



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Câmpus de Presidente Prudente

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**SOBERANIA ALIMENTAR E O ASSENTAMENTO
MULUNGU NO SEMIÁRIDO CEARENSE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Simone Silva Pereira

Presidente Prudente, SP, Brasil
2014

SOBERANIA ALIMENTAR E O ASSENTAMENTO MULUNGU NO SEMIÁRIDO CEARENSE

Simone Silva Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, *campus* de Presidente Prudente, como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Geografia**. Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch

**Presidente Prudente, SP, Brasil
2014**

PEREIRA; Simone Silva

SOBERANIA ALIMENTAR E O ASSENTAMENTO MULUNGU NO SEMIÁRIDO
CEARENSE

Orientador: Dr. Clifford Andrew Welch

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Soberania Alimentar. 2. Luta pela Terra. 3. Campesinato e Agronegócio.

Ficha catalográfica será elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação –
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente.

**Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**SOBERANIA ALIMENTAR E O ASSENTAMENTO MULUNGU NO
SEMIÁRIDO CEARENSE**

elaborada por
Simone Silva Pereira

Como requisito para obtenção do grau de
Mestra em Geografia

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Bernardo Fernando Mançano
(Departamento de Geografia - UNESP)
(Presidente)

Profa. Dra. Aldiva Sales Diniz
(Departamento de Geografia – UECE)
(Comissão Examinadora)

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes
(Comissão Examinadora)

Presidente Prudente, 12 de maio de 2014.

DEDICATÓRIA

*“O Tempo Marcará Nosso Compromisso;
O Povo Cobrará Nossa Prática;
A Mística nos Animará na Luta;
E se errarmos Fazendo,
em um Futuro bem próximo
A História nos Absorverá”.*
Zé Pinto (Poeta Camponês)

Ao Movimento Sem Terra e a Via Campesina, que imbuídos de Amor e Pertencimento a classe Trabalhadora, forjam no seu cotidiano de ensinar Lutar Lutando e fazer fazendo, a construção de uma soberania humanamente possível e justa.

Às mulheres de minha geração e de tantas outras que florescem nas ruas, nas fábricas, se fazem fiandeiras de sonhos na Casa, no Movimento, no Partido, no Sindicato ... na luta golpe a golpe e no amor beijo a beijo... Conheceram a prisão e os golpes, choraram seus mortos e os meus como se fossem seus... as que são estudantes, mineiras, sindicalistas , operárias, artesãs , atrizes, guerrilheiras, até mães e parceiras nos raros tempos livres da luta de Resistência... Elas dizem pão, trabalho, justiça, liberdade. Protegem e animam, dão confiança e suavizam o gume da ira, que resguarda com violência a ternura do mundo. A fé fortalecida, o valor oculto num panfleto o beijo clandestino, Assim são elas, as únicas, imprescindíveis sofridas, golpeadas, negadas porém invictas Mulheres de minha geração. (Luís Sepúlveda, 1999.)

AGRADECIMENTOS

Mas, quando entre camaradas nos encontramos e ousamos sonhar futuros. Quando a teoria nos aclara a vista e com o povo, ombro a ombro, marchamos. Respondemos: vale a pena viver, quando se é comunista.
(Mauro Iasi)

Para o MST Maranhão, que é minha casa e que me educou pra vida militante.

Ao companheiro Elias Araújo que foi motivador na hora certa para que agarrasse esse desafio.

Aos camaradas da turma de mestrado Ana Terra, Andrea, Isabel, Julciane, Gilvania, Alexandra, Ana Emília, Maria, Álvaro, Leonardo, Ney, Vitor, Aelton, pela identidade construída, dificuldades superadas e risos compartilhados.

Gilvan e Divina por toda amizade, companheirismo e racionalidade.

MST Ceará por ter sido um espaço de tantas aprendizagens nestes últimos anos.

Aos professores: Bernardo Mançano, que é um grande aliado dos camponeses e que faz da sua atividade intelectual e acadêmica um território de luta em defesa da classe trabalhadora e Cliff, meu orientador, que muito ajudou no desenvolvimento da pesquisa e elaboração do trabalho.

Também, para Adelaide Gonsalves, Maria Gorete e Lizandra Guedes, pois como se tem dito: amigo de verdade se faz é nas horas do aperreio, e estas estiveram ali lado a lado na construção e sistematização desta pesquisa, que também se trata de uma convicção militante.

Meu mais sincero agradecimento A ENFF que se configura como uma motivadora na tarefa do estudo e da formação política.

A Edite Prates, que se fez companheira em horas difíceis.

Agradeço Elitiel, que com sua máquina fotográfica e seu olhar de classe e de compromisso ajudou na pesquisa e nas fotos, Ricardo, que é um grande camarada, e Nágila que com carinho e meninice me ajudou a segurar a barra.

Madrugada Camponesa

Madrugada camponesa
faz escuro ainda no chão
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.
Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar a solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.
Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.
Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque amanhã vai chegar.

Thiago de Melo

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual Paulista

SOBERANIA ALIMENTAR E O ASSENTAMENTO MULUNGU NO SEMIÁRIDO CEARENSE

AUTORA: SIMONE SILVA PEREIRA

ORIENTADOR: CLIFFORD ANDREW WELCH

Data e local de defesa: Presidente Prudente, 12 de maio de 2014

O ponto de partida deste estudo é a necessidade de mudança na estrutura agrária do país. A concentração de terras tem levado a muitas pessoas ao sofrimento e miséria, provocando assim tencionamentos e conflitos. No século XXI, a consolidação do projeto hegemônico do capitalismo no campo, caracterizado como agronegócio, se contrapõe totalmente ao que as organizações de camponeses se propõem, tanto do ponto de vista da sua relação com a terra como também os meios de produção de alimentos. A problemática da produção de alimentos poluídos pelo uso de agrotóxicos, da fome e da falta de moradia e trabalho digno têm se colocado como um grande desafio na nossa sociedade. Desta forma a Via Campesina Internacional tem se proposto a pensar a internacionalização da luta dos camponeses numa perspectiva contra hegemônica. Uma proposta de solução central da Via, analisada nesta dissertação, é a universalização de uma política de soberania alimentar, quer dizer, a implementação de políticas públicas que valorizam a produção local de alimentos saudáveis e suficientes para a boa nutrição da população, bem como um setor agrícola capaz de contribuir na geração de trabalho, moradia, terra, água e ar limpo e livre para todos e todas. Neste marco essa pesquisa examina um caso de tentativa de construção das políticas de Soberania Alimentar num assentamento Mulungú no Semiárido Cearense, onde uma organização da Via, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem feito um esforço durante os últimos anos para por em prática a estratégia. Vamos assim analisar as formas, limites e desafios para essa construção de fato.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Assentamento, Camponês.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Graduate Program in Geography
Universidade Estadual Paulista

FOOD SOVEREIGNTY AND LAYING IN mulungu SEMIARID CEARENSE

AUTHOR: SIMONE SILVA PEREIRA

SUPERVISOR: CLIFFORD ANDREW WELCH

Date and place of defense: Presidente Prudente, May 12, 2014

The starting point of this study is the need for change in the agrarian structure of the country. Land concentration has led many people to suffering and misery, thus causing tensions and conflicts. The objective of this paper is to present the strategies of building food sovereignty from the conception of organized peasants, having as territory of research the “Mulungú Settlement”, located in the state of Ceará, observing the way they guarantee the production, access and consumption of food. Our field of study goes beyond the settlement and the peasants to also address the relationship of peasants organized with society, because this agrifood management is wrapped in a dimension that is crucial and determines the culture and identity of the people. We also approached what La Via Campesina International is thinking regarding the internationalization of the struggle of the peasants in a non-hegemonic perspective. The theoretical study, field research and the systematization of research point to the need of a globalization food sovereignty policy, which means the implementation of public policies that value local production of healthy and sufficient food for good nutrition of the population, and an agricultural sector that contributes to the generation of employment, housing, land, water and clean and free air for everyone. In these frameworks, the research examines a case of attempt to build policies for food sovereignty, from the organization of workers in the semiarid region of Ceará and the forms, limits and challenges to the peasant organizations with regard to the organization of labor for healthy food production in adverse conditions and against agribusiness.

Keywords: Agrarian Reform, Food Sovereignty, Settlement, Peasantry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa do estado do Ceará.....	14
Figura 02 – Territórios Rurais de Identidade, destaque: Vales do Curu e Aracatiaçu.....	50
Figura 03 – Alimentos e subnutrição.....	78
Figura 04 – Índice de preços dos alimentos até fevereiro de 2014.....	80
Figura 05 – Gráfico da Inflação mensal na América Latina e Caribe 2010-2013.....	82
Figura 06 – Vista do núcleo de Moradia do Assentamento Mulungú.....	108
Figura 07 – Que é?.....	109
Figura 08 – Efeito da seca na vegetação da Caatinga.....	118
Figura 09 – A seca.....	118
Figura 10 – Área de plantio de feijão irrigado.....	120
Figura 11 – Área de plantio de milho.....	121
Figura 12 – Cultivo em sistema mandala no Assentamento Mulungú.....	122
Figura 13 – Assentado em seu trabalho de rega da mandala.....	124
Figura 14 – Reservatório com criação de peixes.....	124
Figura 15 – Forma de captação de água.....	129
Figura 16 – Vista de uma mandala, em destaque o cultivo diversificado.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CPT - *Comissão Pastoral da Terra*

CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo

PQA - Paradigma da Questão Agraria

PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CIC - Centro Industrial do Ceará

FIEC - Federação das Indústrias do Ceará

IPLANCE - Instituto de Planejamento do Estado do Ceará

CPE - Comissão de Camponeses Europeia

ALCA - Aliança de Livre Comércio das Américas

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPEA - Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

CNAS - Conferencia Nacional de Segurança Alimentar

LOSANT - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ONU - Organização das Nações Unidas

FAO - Food and Agriculture Organization

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

OMS - Organização Mundial de Saúde

FMI - Fundo Monetário Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	15
1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS CAMPONESES.....	20
1.1 A Globalização Agrícola Capitalista no Brasil.....	21
1.2 A Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua territorialização no Ceará.....	38
1.3 A Internacionalização da Resistência Camponesa.....	55
2 SOBERANIA ALIMENTAR, CONCEITO CONSTRUÍDO NA LUTA DE CLASSES.....	61
2.1 Um Tempo e suas Contradições.....	62
2.2 Capitalismo e Política Alimentar.....	63
2.3 Segurança Alimentar e Nutricional.....	65
2.4 Soberania Alimentar: enfrentamento do capital e autonomia camponesa.....	71
2.5 Fome, Desnutrição e Pobreza: novas faces do colonialismo.....	75
2.6 Soberania Alimentar: elemento de organização, luta e resistência	82
2.7 Soberania Alimentar (<i>versus</i>) Segurança Alimentar.....	86
2.8 A Produção de Alimentos: território de luta e resistência camponesa.....	96
3 O ASSENTAMENTO MULUNGÚ: TERRITÓRIO DE PARTILHA, CONQUISTA E RESISTÊNCIA.....	100
3.1 Temos que Renovar Todo Dia Nossa Resistência.....	101
3.2 Contextualização do Assentamento Mulungú.....	111
3.3 A terra É Só o Começo: território e produção no assentamento Mulungú.....	114
3.4 Mulungú, Território de Luta e Resistência Camponesa.....	129
3.5 Desafios e Perspectivas de uma Caminhada.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXOS.....	155
ANEXO 01 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PESQUISA.....	156

ANEXO 02 – DATOS DE LAS ORGANIZACIONES SOCIALES MIEMBROS DE LA VÍA CAMPESINA INTERNACIONAL.....	160
ANEXO 03 – ENTREVISTAS COM DIRIGENTES.....	164
ANEXO 04 – QUESTIONÁRIOS.....	171

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é parte de minha trajetória de vida, enquanto filha de camponeses, assentados da reforma agrária, no município de Imperatriz, uma cidade ao sul do estado do Maranhão. Uma vida marcada pelas conflitualidades que cercam o campesinato em nosso país. Deste modo, a produção de alimentos sempre esteve presente no meu cotidiano, quando as famílias do assentamento organizavam o plantio do ano, seja no período das chuvas, durante a carpina ou no tempo da colheita.

Desde sempre, o assunto principal na comunidade era como produzir alimentos para as famílias, e produzir alimentos de forma diversificada era a labuta da vida de todo dia. Afirma-se, deste modo, um sentido da luta pela terra, como possibilidade de promover a produção de alimentos para si e para a sociedade, cumprindo, inclusive, aquilo que é estabelecido no marco legal, ou seja, a terra verdadeiramente cumprindo sua função social, a de produzir alimentos para as pessoas. Pelo ponto de vista da Via Campesina, os camponeses têm uma missão histórica como guardiões da terra, fazendo-a produzir em caráter permanente, como dever social.

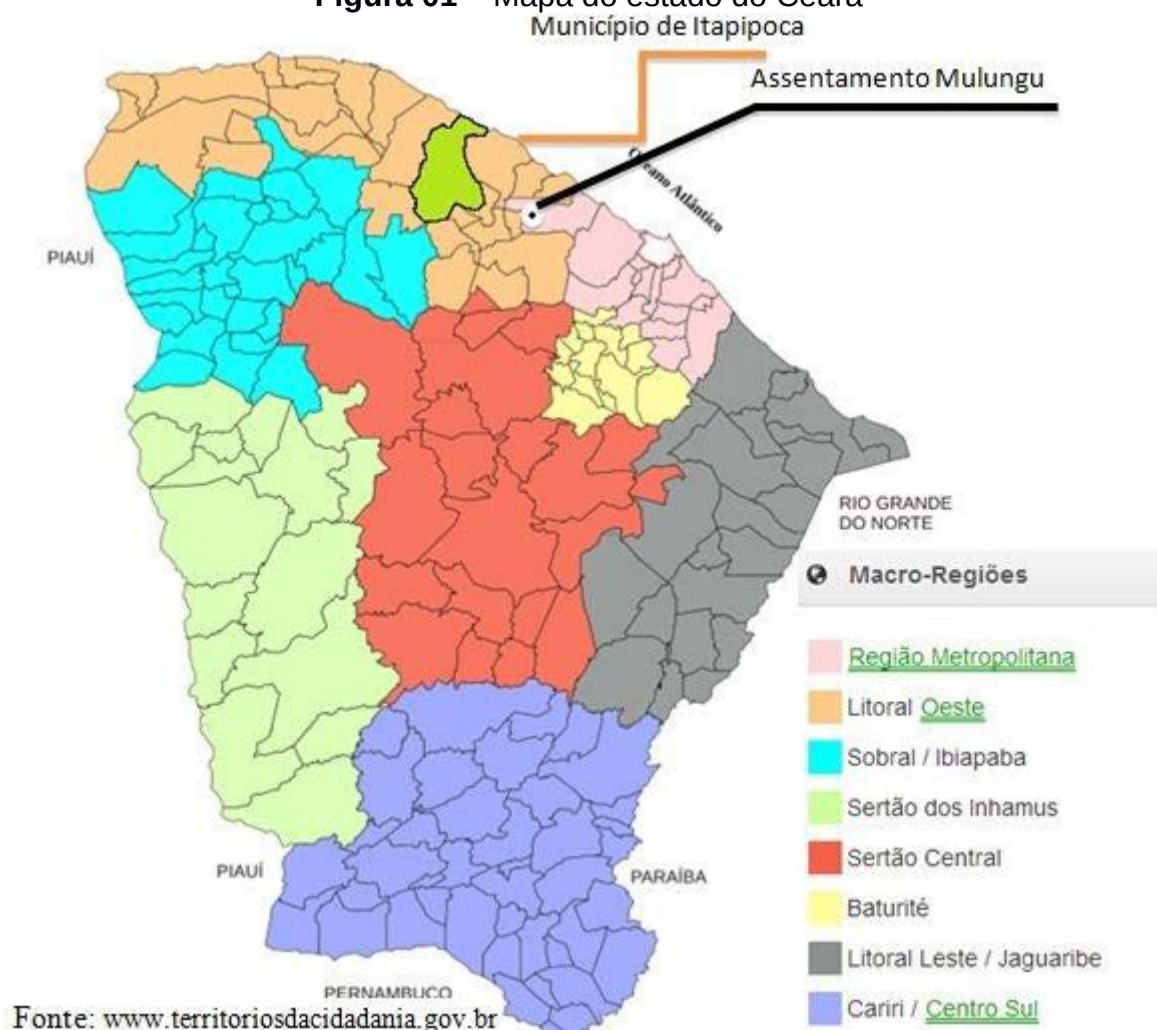
Desta forma, minha relação como tema da soberania alimentar se desdobra para além de uma formulação teórica, pois está ancorada nos modos da experiência, no sentido concreto da vida, observados os contextos e subjetividades envolvidas. No entanto, minhas experiências de vida me levaram não só a estudar a questão agrária, mas a atuar na solução da questão através da participação como militante dos movimentos sociais do campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, para o qual também servi como representante em foros internacionais, como encontros da Coordenadora Latino Americana de Organizaciones del Campo - CLOC.

Dito isto, é preciso ressaltar que a participação no curso de mestrado em Geografia, o convívio com os colegas, os cursos realizados com professores estudiosos da questão agrária e de temas conexos à problemática desta pesquisa, a orientação precisa e solidária, o reconhecimento do necessário aprofundamento nas fontes, o contato com obras significativas do pensamento latino americano e sua leitura, bem como os documentos de orientação estratégica da Via Campesina e do

MST, possibilitaram afirmar a compreensão das questões centrais desta pesquisa.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar as estratégias da construção da soberania alimentar, a partir da concepção dos camponeses organizados, tendo como território da pesquisa o Assentamento Mulungú, localizado no estado de Ceará, observando a forma como garantem a produção, o acesso e consumo de alimentos. Nosso campo de estudo vai além do assentamento e dos camponeses para também abordar a relação dos camponeses organizados com a sociedade, pois este manejo agroalimentar está envolto em uma dimensão que determina e é determinante da cultura e identidade dos povos. Para uma melhor visualização segue o mapa do estado do Ceará e a localização do território da pesquisa, o Assentamento Mulungú.

Figura 01 – Mapa do estado do Ceará



O objeto desta pesquisa se articula ao marco da construção do conceito de soberania alimentar na prática camponesa. Desta forma, a pesquisa no Assentamento Mulungú, visa pensar a materialização da soberania alimentar desde os sujeitos e suas experiências, estabelecendo as relações entre os processos históricos da questão agrária no Brasil, a articulação internacional dos camponeses e o fazer cotidiano da materialização de uma vida de luta e resistência. O ponto de partida da análise observa o desafio da construção da soberania alimentar limitada pelas adversidades que perpassam a questão agrária no Brasil, a concorrência com o conceito de segurança alimentar, o grau de concentração da terra, a dificuldade de acessar mercados e o aprofundamento dos níveis de conflitos e interesses cada vez mais cúmplices entre o poder econômico e o poder político.

Assim, a pesquisa pretende analisar, em perspectiva histórica, a resistência campesina no território em sua forma organizada, suas relações de poder, bem como as perspectivas econômicas, geográficas, culturais e políticas, visando compreender as práticas de construção coletiva da soberania alimentar e as possibilidades de realizar uma vida alternativa com qualidade no campo.

METODOLOGIA DA PESQUISA

No percurso do mestrado, as disciplinas cursadas e leituras realizadas informaram a elaboração da proposta da dissertação, estabelecendo um caminho de diálogo entre as perspectivas teóricas de alguns autores e a prática e discurso dos assentados e lideranças do movimento camponês. Neste passo, a prioridade de leituras e aportes teóricos presentes na pesquisa recaíram sobre os autores cuja dimensão analítica se vincula ao exame das realidades presentes internamente aos movimentos sociais de base camponesa, como é o caso principalmente de João Pedro Stédile (2008), Horácio Martins (2007), Bernardo Mançano Fernandes (2000), Ariovaldo Oliveira (1984), Flavia Braga (2006), Diniz (2004), Cristiane Campos (2007) e Clifford Welch (2010).

Além dos estudos que comparecem na base deste trabalho, de fundamental significado foi o exame criterioso dos documentos recolhidos, nos fornecendo um material extremamente rico, que possibilitou uma análise do vivido e produzido internamente pelos debates e elaborações da Via Campesina e do MST. Nesse

particular, a análise de documentos possibilitou o acesso a fontes diversificadas como: documentos finais de encontros e conferências, relatórios, jornais, revistas, nos quais foi possível encontrar, de forma já sistematizada, reflexões de dimensão coletiva, que ajudaram pesquisadora a dirigir sua atenção à adequada apropriação dos conceitos e categorias de análise atinentes à questão agrária, à soberania alimentar, à conflitualidade e paradigmas do capitalismo no campo, ao internacionalismo dos trabalhadores e aos níveis e formas de participação popular em sua construção de resistências e alternativa.

Alguns dos principais recursos metodológicos empregado foram as entrevistas semi-estruturadas e observações in loco, o que possibilitaram enfatizar questões previamente formuladas, como também abordar livremente o tema, embora sempre pretendendo uma intencionalidade. Estas metodologias foram organizadas em momentos coletivos e momentos individuais, através de visitas no assentamento, reunião com os grupos de famílias que trabalham nas mandalas, vivências do trabalho coletivo no local da pesquisa. Também foram realizadas entrevistas com dirigentes, militantes e intelectuais que debatem a problemática da fome, da necessidade da reforma agrária e da construção da soberania alimentar.

A opção pela realização de entrevistas e dos demais instrumentos de pesquisa adotados se deram na perspectiva de buscar uma relação mais direta para a análise, tanto dos elementos da vivência local, como também da realidade global, atendendo também ao objetivo de compreender, a partir da elaboração existente sobre o campesinato, as reais possibilidades de resistência.

As entrevistas foram realizadas com os sujeitos sociais envolvidos em todos os processos de conquista do assentamento, com camponeses assentados, em que se procurou respeitar a diversidade de sujeitos, inclusive nas questões de gênero e geracionais. Alguns dos entrevistados tinham tarefas de coordenadores políticos da comunidade e, em outros casos, tratava-se de representantes dos movimentos sociais.

No que se refere aos dirigentes e militantes do MST, realizamos entrevistas estruturadas, com militantes do Setor de Produção, da Coordenação Nacional e com representantes da Via Campesina Internacional, com um roteiro específico para cada tipo de entrevista, a partir das questões suscitadas pela observação ou leituras prévias.

É importante destacar a técnica da história oral como estratégia de

compreensão da realidade, mas, sobretudo, como forma de focalizar uma etapa da vida dos sujeitos da pesquisa, a bem dizer, à conquista da terra e a vida no assentamento, o que fortaleceu a inteiração entre o pesquisador e os sujeitos sociais envolvidos no trabalho. Esta metodologia ainda possibilitou uma riqueza de informações e sentimentos, recolhidos a partir dos relatos da experiência em questão, nos dando uma dimensão mais ampla da visão e forma de sentir individual dos entrevistados, assim como a dimensão coletiva da experiência.

A pesquisa de campo se constituiu como momentos de aprofundamento, coleta de dados, mais também como um momento relacional com as teorias estudadas, fortalecendo inquietações do universo cotidiano, despertando a construção do conhecimento pelo novo e pelo estranhamento com algumas questões, em alguns momentos nos levando a reformular os caminhos da pesquisa e delimitar estratégias.

É preciso destacar a orientação desta pesquisa pelo debate paradigmático entre capitalismo agrário e questão agrária. Este paradigma representa as duas orientações de políticas públicas em disputa no Brasil hoje em dia e caracterizam os pontos extremos dos conflitos pesquisados. A soberania alimentar é uma expressão que podemos categorizar dentro do paradigma da questão agrária (PQA), que se contrapõe à segurança alimentar, à política hegemônica dos apoiadores do paradigma do capitalismo agrário (PCA), sobre a qual dissertaremos mais à diante. Na teoria, a soberania alimentar enfatiza meios agroecológicos de produção em contraposição ao uso de agrotóxicos, essencial para os meios de produção do capitalismo agrário. Identificado com o PQA, nosso estudo pretende contribuir para a elaboração de um plano camponês, que concretize a soberania popular e a construção de formas de resistências gestadas em movimento, no cotidiano do enfrentamento e luta por direitos políticos, sociais, econômicos e culturais, possibilitando uma vida digna, seja no campo ou nas cidades.

Entre os pressupostos teóricos que balizam esta pesquisa, destaca-se o debate formulado em Josué de Castro (1948) em relação à fome, quando o autor afirma que a mesma está associada diretamente à forma como uma sociedade organiza suas relações sociais e de produção. Por isso mesmo, como o estudo do PCA mostra, não se pode imputar a fome e a desnutrição às ocorrências naturais ou às fatalidades, mas sim às formas perversas de dominação, expropriação e condenação histórica, estabelecidas internamente pelo sistema do capital e suas

formas de reprodução.

No campo da história da agricultura no mundo e, em particular, na América Latina foi importante o estudo de Marcel Mazoey (2001), em sua abordagem sobre os principais problemas enfrentados pelos camponeses na América Latina. Buscando ainda um aprofundamento acerca do papel histórico do campesinato e sua capacidade de recriação, em cada período histórico, para o desenvolvimento das sociedades.

Nesta linha, a construção desta dissertação partiu de uma concepção que busca construir sua análise articulando as experiências dos sujeitos do Assentamento Mulungú como representativas do PQA e inseridos em uma realidade determinada, principalmente pelas forças do PCA. Assim, a pesquisa, através da convivência cotidiana desta comunidade, nos permitiu compreender melhor a relação entre estes paradigmas, a partir do tratamento da terra, da produção de alimentos e da alimentação do assentamento e município em sua volta. Esta análise implica numa compreensão da vida social e política vivida por sujeitos em movimento e suas lutas de resistência, bem como, numa compreensão da dimensão internacional do seu fazer histórico.

Assim, experiências como ocupações de estradas, a organização de pautas de negociação com o governo do estado do Ceará, debates e estudos sobre a seca, o impacto dos agrotóxicos na vida dos trabalhadores, a participação da festa internacional das sementes crioulas, organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em Santa Catarina, as mobilizações dos Sem Terrinha e “Abril Vermelho”, em 2012 e 2013, também compuseram momentos desta aprendizagem, dando suporte ao estabelecimento de nexos entre as práticas sociais, os saberes coletivos e uma elaboração teórica, articulada com a análise da realidade concreta.

Deste modo, buscamos apresentar no primeiro capítulo uma breve contextualização da nova fase da globalização agrícola capitalista no Brasil e, em particular, no Ceará, a partir da década de 1980, e neste contexto, a formação do MST no estado, como forma de resistência camponesa. Abordamos ainda o imperativo do internacionalismo da luta e resistência camponesas como resistência efetiva no contexto da fase neoliberal do capitalismo agrário. Destacamos a necessidade de articulação no plano internacional, desde a base dos movimentos, com a Via Campesina, como é o caso em estudo, para analisar esta articulação entre a base, o movimento camponês local e nacional e sua relação com o programa

internacional da Via, orientado pelo MST nacional e localmente.

O segundo capítulo contextualiza o problema da fome, a construção institucionalizada dos conselhos de segurança alimentar e o desenvolvimento deste conceito, nascido nas lutas enfrentadas pela Via Campesina em seu plano de lutas e sua materialização, através das campanhas realizadas em conjunturas específicas, como exemplo, os embates entre os campos em disputa: soberania alimentar *versus* segurança alimentar, agroecologia *versus* agrotóxicos e campesinato *versus* agronegócio. O capítulo examina, também, a experiência da luta social, a partir das entrevistas realizadas com dirigentes do movimento camponês acerca dos conteúdos de observação na pesquisa.

No terceiro capítulo, a pesquisa privilegia as famílias do Assentamento Mulungú, com o objetivo de analisar seu modo de vida e a materialização das práticas associadas com soberania alimentar desde a base, os objetivos contemplados na perspectiva dos assentados, bem como as relações firmadas com as instâncias do movimento camponês local, nacional e internacional. Em foco, neste capítulo, está a questão da soberania alimentar, o modelo da agroecologia e o modo de vida em seus detalhes e os desafios que se apresentam face à realidade da dominação do capitalismo agrário. Neste capítulo usamos as fotografias como recurso de registro importante, por ampliarem as ilustrações, dando materialidade aos argumentos do cotidiano vivenciado e, assim, nos propusemos a capturar e manter na dissertação momentos da rotina do trabalho e do ambiente da pesquisa.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS CAMPONESES

Neste capítulo pretendemos contextualizar a nova fase da globalização agrícola capitalista no Brasil e, em particular, no Ceará, a partir da década de 1980, e neste contexto, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como forma de resistência camponesa. Neste capítulo, também abordamos o que foi visto como imperativo para a internacionalização da resistência e luta camponesas, em específico a participação do MST na formação da Via Campesina.

Nosso objetivo é o de analisar a articulação entre a base, o movimento camponês local e nacional e sua relação com a construção das práticas de soberania alimentar, articulado, ainda, no plano internacional, à base dos movimentos na Via Campesina-Brasil. Neste sentido, incorporando a dimensão de *resgate da voz e atuação dos sujeitos sociais*, as entrevistas e a vivência no Assentamento Mulungú, constituíram momentos fundamentais de nossa pesquisa.

Nossa abordagem se inspira nas reflexões do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, que buscou entender os contornos da história dos subalternos em sua análise da formação do MST:

A história subalterna é a escrita da narrativa do passado pela perspectiva dos vencidos, dos subordinados, que se colocam eles mesmos no papel de protagonistas dos eventos. A tentativa de territorializar a história é outra marca dos conflitos no campo. Mitos, longe de serem contos de deusas falsas, são a liga cultural que serve como memória coletiva de comunidades, tais como os movimentos sócio-territoriais (FERNANDES, 2000, p.42).

A citação acima expressa a importância da narrativa do tempo pretérito, desde a fala e os gestos de rebeldia e insubordinação do campesinato frente à dominação, como também, pretende compreender os conflitos do campo como marcas singulares da *territorialização da história*. A partir da análise dos conflitos no campo, que devem ser entendidos em seus contextos e por dentro do movimento da história.

As marcas da violência do processo de colonização brasileiro são, entre outras coisas, fruto da expansão capitalista e suas permanências, observada a intensificação das formas de exploração e da expansão das fronteiras. O significado desse processo de colonização iria produzir a organização política, social e cultural

do “novo mundo” no Brasil. Essa forma determinaria o caráter da sociedade nacional, em sua lógica permeada pelo autoritarismo e a violência, meios de garantia da hegemonia de uma prática e ideologia escravocrata e patrimonialista, que serviria como base de um modelo de desenvolvimento agroexportador para o campo brasileiro, marca indelével dos vários períodos históricos, da Colônia à República.

Desejamos, ainda, mencionar neste trabalho o aporte vindo dos “interpretes do Brasil” ou “explicadores do Brasil”, ao menos fazendo menção aos trabalhos e análises fundamentais que nos ajudaram a compreender o Brasil nas dimensões da economia, política, sociologia e literatura. É preciso na pesquisa observar a afirmação de Welch (2006, p.71) para quem “são muitas questões a serem investigadas para entender a história social do campo e compreender os conflitos do presente. São questões de fato e interpretações que só pesquisa e tempo podem ajudar resolver”, na certeza de que o conhecimento é fundamental para uma prática transformadora.

1.1 A Globalização Agrícola Capitalista no Brasil

O predomínio do latifúndio é marca constitutiva do período colonial e garantia de um sistema de produção que se definia como modelo agroexportador de matérias primas, baseado na exploração de trabalho forçado e de camponeses subordinados. O sociólogo Florestan Fernandes (1973, p. 135) analisou a persistência deste modelo até o contexto da transição gradual para a abolição da escravidão, no final do século XIX:

[...] as evoluções que se iniciaram com a desagregação da economia escravocrata associaram-se a tendências de formação de um mercado de trabalho e de dinamismos econômicos que impunham, a partir de dentro, modelos de relações econômicas que, anteriormente, só se estabeleciam a partir de fora. Aos poucos surgiram vários tipos de vínculos heteronômicos, através dos quais a economia agrária evolui na direção do capitalismo moderno, mantendo laços de dependência, diante das economias centrais, ou criando novos laços de dependência em face dos focos internos de crescimento econômico urbano-comercial e urbano-industrial.

É neste contexto histórico que se apresenta para os camponeses pobres uma perspectiva de luta, face aos conflitos, em busca de um lugar social de sobrevivência de seu modo de vida. Desta feita, é preciso sublinhar, numa pesquisa que se

debruça sobre os sistemas de dominação e as formas de resistência dos subalternos, que:

São os conflitos pela terra que demarcam a história do Brasil, determinando as transições políticas, sustentando ou derrubando governos, formando as classes sociais, selecionando os privilegiados e os marginalizados, estabelecendo os sistemas de dominação e resistência e deixando para a geração atual um punhado de memórias de vencedores e vencidos (FERNANDES et al., 2012, p.146).

A luta travada se estabelecia para manter o uso da terra, posto que o modelo vigente adotasse como base a grande unidade produtiva e a exploração intensiva da mão de obra com o objetivo da produção de monoculturas de exportação. As terras são destinadas ou à mineração ou à produção de açúcar, ambas voltadas para o mercado de exportação e para o mercado doméstico predomina a pecuária extensiva. Logo se vê que o modelo vigente vai excluindo cada vez mais as possibilidades de acesso à terra por parte dos camponeses pobres, aprofundando a concentração da terra, o domínio dos latifundiários, senhores da terra, sobre os rebanhos ou recursos hídricos e naturais para exploração, principalmente pelas grandes operações do campo e da cidade. Enfim, quem ganha mais neste modelo são os donos de amplo poder econômico e político, cuja face mais visível é a perversa gestação do padrão do mandonismo na vida política brasileira, como foi bem destacado décadas atrás nas obras seminais da sociologia crítica brasileira, especialmente por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976).

Para situar o processo histórico da formação regional do Brasil, em perspectiva conjuntural e estrutural, buscamos o entendimento acerca dos “diferentes períodos e relações que definiram as políticas fundiárias e de uso da terra, especialmente as permanências e transformações da questão agrária brasileira, a persistência de antigos elementos e o surgimento de novos fatores” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 09). Situando também as distintas formas de uso do território e os decorrentes e diferentes modelos de desenvolvimento territorial, cumpre assinalar a *diferença dos modelos*, como proposta de análise:

Esta diferença ajuda a compreender que a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo e que a maior parte das pessoas que trabalham no agronegócio vive na cidade. Igualmente esta diferença revela as distintas formas de uso dos territórios, enquanto para o campesinato, a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio, a terra é somente lugar de produção. Estas são características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p.13).

Orientados por este entendimento, sublinhamos as continuidades e permanências na história do Brasil contemporâneo do controle sobre as terras, perpetuando privilégios e domínios sobre o território. Esse modelo dualista vai-se configurando e cristalizando como modelo de um determinado padrão de desenvolvimento do capital, cujo lastro e consequência mais imediata são o aprofundamento da matriz de dependência e subordinação ao capital e suas formas de reprodução desigual e combinada, como bem examinam os estudos clássicos de Celso Furtado (1987), Octávio Ianni (1989) e Florestan Fernandes (1973), em teses consagradas no pensamento social brasileiro e que nos ajudam como “explicadores do Brasil”.

Essa contradição central - um modelo de desenvolvimento excludente e gerador de profundas desigualdades – acarretara, ao longo da história, em grandes e graves conflitos sociais, pois o aprofundamento da miséria, da carestia de vida, dos surtos de fome e desabastecimento era o que restava aos camponeses pobres, que produziam alimentos para sua subsistência, com um pequeno excedente voltado ao abastecimento interno das pequenas vilas.

Assim, os conflitos sociais derivam fortemente do modelo de desenvolvimento adotado, como dito, um modelo voltado à produção para exportação e à pecuária extensiva, o binômio determinado pela lógica da divisão internacional imposta pelo capital. É importante ressaltar que esses conflitos se deram nos marcos de resistências heroicas e localizadas, pois somente no início do século XX, e mais agudamente nos anos 1930, se intensifica o debate em torno da reforma agrária, desde a conjuntura em que emergem outras interpretações sobre as formas de domínio político. Este é o caso do movimento dos Tenentistas, que associava a base concreta do latifúndio ao fenômeno de hipertrofia do poder local, cuja expressão é o coronelismo e as formas decorrentes de controle político e mandonismo, tendo como consequência o aprofundamento da miséria e o “atraso político” do Brasil, conforme assinala a análise da socióloga Leonilde Medeiros

(2003).

A criação do poder e a influência das oligarquias rurais no Brasil, bem como o atraso político característico do país, têm suas raízes neste dualismo. Havia, ainda, uma forte tendência de reafirmação do latifúndio-minifúndio:

Os grileiros aumentavam o tamanho e a quantidade dos latifúndios via a obtenção de documentos falsos e a agricultura de pequena escala sobrevivia precariamente, dependendo, muitas vezes, da grande propriedade para continuar a existir. Em muitos casos, sem conseguir sua titularidade, esses camponeses eram privados de ficar no mesmo lugar por muito tempo. Expulsos pelos latifundiários eram obrigados a abrir novas terras para cultivar e garantir a sobrevivência (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 20).

É, pois, neste contexto, que os estudiosos da questão agrária afirmam as derrotas políticas dos “setores tenentistas” em suas tentativas relativas à reforma agrária na Constituinte de 1934 e os incipientes projetos que resultam do período do Estado Novo; o que indica que, malgrado o debate se intensificasse, ainda é ralo o adensamento de um processo mais articulado de debate, intervenção crítica e luta por reforma agrária, que se espraia timidamente por todo o território nacional.

No Estado Novo, dessas propostas restaram apenas tentativas de estimular projetos de colonização nas áreas de fronteiras (Marcha para o Oeste) e alguns esforços no sentido de criar cinturões verdes em torno das grandes cidades, em especial da capital federal (MEDEIROS, 2003, p.12-13).

Neste ponto de nosso trabalho nos voltamos à conjuntura pós Estado Novo. No transcorrer das décadas de 1950 e 1960, a natureza dos conflitos no campo adquire um novo conteúdo, determinado, em parte, pelas condições políticas internacionais da Guerra Fria que abria, desde a política externa estadunidense, um leque de projetos de aberta intervenção política no Cone Sul, veiculando propostas para um suposto desenvolvimento dos países da América Latina, baseadas numa difusa ideia de progresso, desde que subordinado aos ditames do imperialismo. Ora, tal quadro é precisamente a combinação tática e estratégica de aprofundamento dos mecanismos de controle e dependência nacionais sul-americanos e um potente freio ao avanço da propaganda socialista, principalmente após a vitória da Revolução Cubana, em 1959, sob o signo anti-imperialista e, logo, socialista.

O debate que então se realiza assume o viés da modernização produtiva da agricultura com vistas à superação do atraso tecnológico existente no campo

brasileiro. A peculiaridade desse processo, segundo o sociólogo Octávio Ianni (1989), seria, portanto, que “(...) a industrialização foi gerada pelo capital agrário, mas sem suplantá-lo. Nas condições em que se deu, esse processo envolveu uma 'acomodação' com os setores de produção e com as classes sociais constituídas” (p. 110).

Por outro lado, o sociólogo José de Sousa Martins (1981) acrescenta que, na conjuntura do governo Kubitschek, se assegura o apoio dos grupos clientelistas e oligárquicos da região Nordeste, fortalecendo as bases de um projeto modernizador, baseado no uso da máquina do Estado para beneficiar esses grupos enquistados no poder local e os grandes proprietários de terra. Portanto, tal processo não implica em qualquer ruptura com o padrão concentrador da terra e oligárquico na cultura política; ao contrário, segue o velho receituário das “alianças pelo alto”; donde uma composição entre forças políticas conservadoras levará ao aprofundamento do modelo concentrador de terras e riquezas no país.

Naquele momento se verifica uma conjuntura pontilhada de conflitos gerados pela expulsão cada vez mais crescente dos camponeses de suas terras, com o dramático aumento do êxodo rural e o aprofundamento das rotas internas de migração; são os pobres errantes em longa caminhada, querendo escapar do que supõem uma sina, a triste partida, no dizer do poeta popular. Os dados estatísticos oficiais indicam para o período uma inversão do lugar geográfico da população brasileira: a maioria localizada no campo, agora engrossa o caudal da miséria, da favelização e do inchaço das cidades, habitada pelos “invisíveis sociais” e os “sem cidadania ativa”. Aqui é o caso de mencionar a contribuição do geógrafo Milton Santos (1977), que nos ajuda a compreender as noções de espaço, as relações campo/cidade e o problema das migrações.

Para compreender as lutas camponesas é necessário não perder de vista que essas lutas, de fato, configuram a realidade do Brasil agrário, em seu tempo e em seu espaço, sua história e sua geografia. Escrevendo sobre as diferenciações no território brasileiro, os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 259) desenvolveram uma tipologia que considera um conjunto de variáveis, inclusive situações e características como densidade e rarefação, espaços que mandam e espaços que obedecem, entre outros, para analisar novas lógicas centro-periferia.

O processo de urbanização no Brasil acarretará no (des)ordenamento das cidades, e será fundado a partir da segregação social e econômica, posto que o

Estado demonstrará que o esforço de dotar o espaço urbano de condições de infraestrutura estará em consonância com os ditames da especulação imobiliária e da ordem do capital. O que se observa, então, é a incapacidade do poder público em gerar formas de “planejamento urbano” que se disponham a garantir moradia, educação, saúde, trabalho e condições dignas de existência ao povo pobre tangido do interior, aumentando assim o nível de pobreza nos chamados cinturões de pobreza das médias e grandes cidades.

Por outro lado, no campo também o quadro de pauperização e negação de direitos sociais é flagrante, no entanto, esse processo se defronta com a resistência da parte dos camponeses, que buscam o futuro também no passado e seguem entendendo que as lições de Canudos, do Contestado e do Caldeirão, entre outras lutas, que ajudam a escrever outra história: de luta por garantia de seus direitos historicamente usurpados, negados, subtraídos.

Segundo Medeiros (1996), a expressão aberta dos conflitos se deu num marco de atomização e luta localizada, mas é de relevo a possibilidade de conjugar a luta em termos coletivos e peitar as forças e o mando local do grileiro. De destaque, portanto, é a tomada de consciência sobre as formas de dominação, sobre a ilegalidade das formas de trabalho (perpetuando no tempo a lógica da escravidão), sobre as formas de expulsão da terra (pelo boi, pelo domínio da cana, da soja, do eucalipto, do algodão), que prevalecem sobre os direitos da família camponesa sem terra. Neste sentido:

Embora recorrentes, os conflitos fundiários eram extremamente atomizados e localizados. Posseiros, arrendatários, foreiros, em diversos pontos do país, resistiam isoladamente à ação dos proprietários da terra, visando alterar regras de contrato já consagradas pelo costume e/ou expulsá-los da terra. Era muito comum ainda a resistência às tentativas de expulsão levadas adiante por pessoas que não eram reconhecidas como proprietários legítimos e identificadas como *grileiros*. A expansão da fronteira agrícola, a introdução de novos cultivos, a substituição da agricultura por pecuária eram algumas das razões que promoviam essa expulsão (MEDEIROS, 1996, p.15).

Nessa conjuntura, alguns desses movimentos de resistência se organizam sob a influência do Partido Comunista Brasileiro – PCB, que realiza um processo de organização sindical no campo e articula os sujeitos sociais com vistas a que os conflitos por terra e trabalho possam construir também uma agenda de lutas por garantia de direitos para os trabalhadores rurais. Dentre as fontes que evidenciam

tal influência, citamos o Jornal *Terra Livre*, que constitui um dos mecanismos de difusão da agenda dos comunistas em face da necessidade de organização dos camponeses em sindicatos. Com base nas pesquisas de Fernandes et al. (2012), pode-se perceber o papel desta imprensa e sua singularidade como vetor de mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais, compondo uma agenda de reivindicações modelada pelo paradigma da questão agrária:

Nos artigos do jornal, os elementos do paradigma da questão agrária são evidentes pela diversidade de abordagens das reivindicações de camponeses e de trabalhadores rurais, sugerindo respostas capitalistas (aumentar crédito disponível para camponeses) e socialistas (desapropriação de terras particulares). Em 1954, o PCB organizou a primeira conferência nacional do campesinato e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. Organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR em junho de 1963 (FERNANDES et al., 2012, p. 32).

Em matriz organizativa distinta dessas concepções situa-se a luta encetada pelas Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião, que defendia a luta contra o latifúndio, protagonizada pelos camponeses, enquanto sujeito político de direitos, sem adotar a tática de aliança com a burguesia nacional; configurando assim um debate acerca do caminho da revolução socialista no Brasil. As Ligas Camponesas apareciam também como executoras das leis trabalhistas impulsionadas no governo de Miguel Arraes, em Pernambuco. Mas, ao mesmo tempo, as elites nacionalistas burguesas temiam as manifestações independentes, ademais vindas de trabalhadores do campo, historicamente desconsiderados como sujeito de direitos. A palavra de ordem “*reforma agrária na lei ou na marra*”, era entendida de diferentes maneiras: alguns propugnavam a legalidade como o melhor caminho que “na marra”, outros ainda, descrentes do marco legal burguês e latifundista, entendiam que não havia o que esperar das leis.

Já a formulação estratégica acerca da (im)possibilidade de aliança com a burguesia nacional não aparecia de modo explícito ou homogêneo em todas as instâncias das Ligas Camponesas. Para o estudo das Ligas Camponesas, além de uma vasta bibliografia, pode também ser consultada a produção impressa no jornal *A Liga*, periódico realizado por Francisco Julião e outros. Para os estudiosos, o período de formação das Ligas Camponesas e sua estratégia, em contraponto às

teses do PCB, podem ser assim compreendidos: “para Julião e seus seguidores, ter sua própria terra era melhor que ganhar salário, discordando, então, da visão de etapas que ainda guiava a ideologia e estratégia do PCB, o grupo hegemônico na representação da voz camponesa” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 32).

O que é de relevo, neste ponto de nossa reflexão, é a consideração de que as Ligas Camponesas cumprem um determinado papel histórico no sentido de amplificar a luta camponesa em âmbito nacional, afirmando um sujeito coletivo em confronto aberto contra o latifúndio, como nos mostra o autor:

Foi com as Ligas Camponesas, nas décadas de 50 e 60, que a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, no nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio (OLIVEIRA, 1996, p. 22).

A força política e mobilizadora das Ligas Camponesas se espalha pelo Nordeste do Brasil, em especial na Zona da Mata, como resistência às expulsões de suas terras e da crise política regional, fruto de uma tomada de consciência das condições de miséria e subdesenvolvimento a que estão submetidos na região. Sua luta resiste até os primeiros anos da ditadura civil-militar. É de destaque que o processo organizativo nas décadas de 1950 e 1960, estabelece um novo patamar na luta de resistência contra a concentração da terra e o modelo agroexportador, constituindo núcleos de resistência em âmbito nacional do movimento das Ligas Camponesas.

Este processo as torna inspiradoras na conjuntura de renascimento das lutas camponesas, da década de 1980, nas jornadas de ocupação e resistência, cuja memória mais evidente é da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, quando os trabalhadores – homens, mulheres e crianças - lendo a conjuntura de mobilização e luta nas áreas industriais do ABC paulista, em Betim e Contagem, nas Minas Gerais, entre outras, adotam o duro, e por vezes trágico, caminho da ocupação dos latifúndios, chegando, em alguns casos, a afirmar um novo entendimento da luta camponesa: “a ocupação é a *greve dos Sem Terra*”, como expresso nos depoimentos em luta, escritos por Fr. Sergio Gorgen, sobre os intensos conflitos naqueles idos da década de 1980.

Desta forma, em novembro de 1964, é dado a público o Estatuto da Terra em forma de lei, estabelecendo as diretrizes da reforma agrária e conceituando o entendimento do desenvolvimento rural, consoante aos chamados “objetivos nacionais”, segundo as formulações estratégicas da (ausência de) política de então. O texto legal, segundo os interpretes, tenta incorporar, em certa medida, parte da agenda de reivindicações camponesas, até como instrumento de amortecer a luta latente e subterrânea, que continua “apesar de você”, como na canção de protesto. Contudo, a desapropriação das terras para fins de reforma agrária, na prática, foi inviabilizada, o que se explica, em grande parte, em razão da composição das forças políticas que apoiavam o regime, além da conjuntura internacional, largamente ditada pelos interesses imperialistas estadunidenses.

Para os estudiosos, “tal como a Lei de terras de 1850, o estatuto de 1964 foi escrito ‘*pra inglês ver*’” (OLIVEIRA, 1996, p. 32). De sua elaboração até a aprovação no Congresso Nacional o que se constata é a força dos representantes da oligarquia rural, como asseveram os citados estudiosos:

O documento foi elaborado por um comitê executivo de revisores do próprio regime, com vistas a eliminar o latifúndio e promover a agricultura familiar através da redistribuição de terras, numa aposta de constituição de uma classe média rural. A essência do estatuto final, entretanto, foi transformada por representantes da oligarquia rural no Congresso (OLIVEIRA, 1996, p. 22).

O medo das elites agrárias face ao possível uso do Estatuto da Terra pelos camponeses em luta, explica em parte a articulação daquele setor no Congresso com vistas à alteração substantiva daquele instrumento legal, o que provocaria, em consequência, a ação estatal voltar-se à consolidação da agroindústria. Neste passo, explica-se também a chamada “revolução verde” e seu corolário de expropriação dos camponeses, como se observa do aumento dramático da migração forçada em direção à periferia das grandes cidades. Como se pode observar, o entendimento das práticas de controle territorial por parte das oligarquias rurais se articula à compreensão de sua influência desmesurada sobre a política nacional.

Em realidade, a letra da Lei continha muitas ambiguidades, o que emperrava a desapropriação das terras e a realização efetiva de reforma agrária, assim como, o incentivo econômico decorrente das medidas adotadas como política agrícola era

voltada fundamentalmente para as grandes empresas, que então diversificavam seus investimentos, a partir desta “modernização sem mudanças” no campo brasileiro, como explicitado em estudos sobre o período em questão.

O sentido da modernização conservadora do campo, que se estabelece a partir do golpe de Estado de 1964, tem como fundamento a lógica de expansão de fronteira, o predomínio da monocultura, do extrativismo, da exportação, enfim, a palavra de ordem da ditadura, “integrar para não entregar”, é o jogo de palavras que se traduz em política de colonização, claro exercício político de esvaziamento da reforma agrária. O Estado então se volta ao velho mecanismo de “ocupação e reocupação” da fronteira amazônica, que tem como objetivo a “acumulação primitiva, como processo estrutural do capital” na região, como indica a análise:

Esse é o contexto da ocupação e reocupação da Amazônia, no qual se repetem e multiplicam-se as pendências e os conflitos de terra. Por sob o desenvolvimento da fronteira, da frente de expansão ou frente pioneira o que ocorre de fato é a acumulação primitiva, como processo estrutural. Ao mesmo tempo em que a terra é monopolizada pelo latifúndio e a empresa, como reserva de valor, ou para exploração, expropriam-se índios, caboclos, sitiantes e posseiros. Desenvolve-se um singular divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, em favor de latifúndios e empresas protegidas econômica e politicamente pelo Estado (IANNI, 1979, p. 24).

Entre as consequências desse modelo de desenvolvimento conservador podemos verificar, nas décadas seguintes, o avanço de grandes investimentos no campo e o aumento da concentração fundiária, que tem como consequência a expulsão de camponeses da terra e o aprofundamento dramático da exclusão social de índios, posseiros, quilombolas, Sem Terra de muitos rostos e vindos de muitos lugares do país. Porém, as conquistas de alguns direitos impulsionaram a continuidade dos conflitos, mais presentes nas regiões Sul, Norte e Nordeste do Brasil.

Para o exame acerca do Nordeste do Brasil, é preciso ter em conta o fato de que as oligarquias estruturadas dificultam o desenvolvimento social e centralizam poder e domínio do território. Aqui se ressalta a dimensão singular da questão agrária do Nordeste do Brasil, onde se verifica que a maior parte do campesinato não tem acesso às políticas de infraestrutura, insumos e tecnologias, e ao mesmo tempo “a região conta com 50% do campesinato brasileiro. A maior parte dos 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em

extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo, o bolsa família” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012). São estes agricultores, que mesmo contando com recursos escassos, são responsáveis pela produção de 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho, indicando que: “o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país. Esta também é a realidade das outras regiões, o que nos leva a reconhecer a importância estratégica da agricultura camponesa para o desenvolvimento do Brasil” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012 p. 26). Estes autores ressaltam também que Nordeste não pode ser considerado um modelo do projeto do agronegócio, embora esteja em franca expansão na região.

O exame dessa conjuntura nos leva a observar a configuração de fortalecimento de algumas práticas permanentes na história do Brasil, como o largo predomínio da produção voltada ao mercado externo e baseada na monocultura, altamente mecanizada, financiada, em grande parte, pelos fundos públicos, a créditos baratos e caracterizada pelo uso intensivo de agrotóxicos. Trata-se de uma ofensiva associada do grande capital nacional e internacional, alterando de modo estrutural o cenário rural brasileiro, incidindo sobre os instrumentos, as formas e as relações de trabalho, os modos de vida e a cultura camponesa, e sua relação com a natureza. Adotando ainda novos insumos e a mecanização, que vão provocar maior concentração de terra e diminuir a demanda para mão de obra.

Vale ainda ressaltar, para o estudo do período, o quanto se avançou nas concessões privadas de terras em áreas de fronteiras, restringindo cada vez mais o território dos camponeses pobres, posseiros, quilombolas e índios, provocando o aumento dos conflitos e das lutas sociais, jeito coletivo de responder à política de extermínio, ao massacre, à destruição das matas e dos rios. Afinal, valiam mais o eucalipto e a soja, em detrimento de qualquer perspectiva de soberania alimentar e garantia de suas territorialidades.

Para João Pedro Stédile (2008), a questão agrária pode ser compreendida como o conjunto das interpretações e análises da realidade agrária, que explica como se organiza a posse, a propriedade e o uso e utilização das terras na sociedade brasileira. A interpretação com a qual convergimos, sobre o lugar da questão agrária no Brasil, é a sua ligação umbilical com a concentração da terra, com o conflito que envolve os interesses do poder econômico e do poder político. Em suma, a questão agrária se relaciona com várias dimensões do modo de

produção capitalista, o que irá determinar o quadro atual desta questão no Brasil, como mostram os argumentos do autor:

O núcleo do problema reside no papel determinante do latifúndio na reprodução das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais responsáveis pela perpetuação do regime de segregação social herdado do período colonial. A raiz das gritantes desigualdades sociais, que caracterizam o Brasil como uma das sociedades mais injustas do mundo, encontra-se na relação umbilical entre a concentração da propriedade fundiária e a presença de um gigantesco exército industrial de reserva permanentemente marginalizado do mercado de trabalho. O bloqueio do acesso do homem pobre à propriedade da terra impossibilita a organização de um mercado de trabalho baseado numa correlação de forças relativamente equilibrada entre o capital e o trabalho – a pré-condição fundamental para o funcionamento da economia capitalista em bases minimamente equilibradas (SAMPAIO, 2012, p.4).

Nesse sentido, o avanço do capitalismo brasileiro, internamente à lógica da modernização conservadora, instaura uma dicotomia entre campo e cidade e estabelece uma cultura onde o padrão de vida almejado é o da cidade. Desta forma, representando o campo como lugar de atraso e a cidade o lugar do moderno, restaria às massas rurais despossuídas a vida nas margens e a pobreza como destino inexorável, como na análise de Florestan Fernandes (1973), que acertadamente compara a economia agrária brasileira a uma moenda/engrenagem destruidora dos agentes humanos:

O mesmo não sucede com as massas despossuídas rurais, que se vêm irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização. É nesse nível que se desvendam as iniquidades e a impotência da economia agrária brasileira: uma moenda que destrói inexoravelmente os agentes humanos de sua força de trabalho (p. 133).

A questão agrária brasileira é marcada pela apropriação da agricultura pelo grande capital, trazendo assim profundas consequências, pois não é um fenômeno natural ou sem intencionalidades, submetendo o campo à lógica capitalista da exploração da força de trabalho e não garantindo os direitos vitais do ser humano. Esta é parte da história dos camponeses de toda a América Latina que, teimosos em sua utopia, constroem a luta de resistência em defesa dos bens da natureza, da cultura e dos saberes produzidos coletivamente.

Na concepção do capital e da lógica do desenvolvimento se difunde a ilusão da viabilidade da expansão dos padrões de produção e consumo dos países centrais do sistema mundial. No entanto, em um sistema de super-exploração, é

impossível um avanço igual para todos os países, pois a (des)ordem mundial reserva lugares e papéis, centrais e periféricos, e níveis de desenvolvimento compatíveis com as determinações do capital e as leis do mercado. É de se observar quão díspares são as realidades, visto que perduram no tempo situações de trabalho escravo como padrão da acumulação capitalista, assim como a exploração e o desrespeito ao meio ambiente e aos camponeses.

A presença de um grande contingente populacional vivendo no campo em condições de grande precariedade revela a persistência e gravidade da questão agrária na sociedade brasileira. A dimensão do problema fica caracterizada quando se leva em consideração que, no final da primeira década do segundo milênio, cerca de 30 milhões habitam a zona rural – mais do que a população da Venezuela – sendo que aproximadamente 55% – quase 17 milhões de pessoas – encontram-se em situação de pobreza – população superior à chilena (SAMPAIO, 2012, p.1).

Para Fernandes (2001), a questão agrária é entendida como “[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (p. 23). Tais interpretações remetem a uma leitura da questão agrária como construída historicamente pelas relações sociais e de poder.

Desta forma, a questão agrária tem um lugar, um território em disputa, assim como os sujeitos deste conflito, que ora se fortalecem, ora experimentam recuos, sendo que na realidade concreta se observa o empobrecimento dos camponeses em todo o mundo, o que merece ser discutido de um ponto de vista anticapitalista. As principais causas apontadas por Mazoyer (2000) são: a falta de acesso à terra, ausência de equipamentos agrícolas e subsídio financeiro dos governos, a injusta concorrência dos preços dos produtos agrícolas e os baixos salários praticados no campo. Embora todas essas questões pareçam óbvias, existem alguns elementos de destaque, que não permitem uma linearidade na leitura da história, mas sua análise a partir da observação do movimento real de resistência camponesa.

Conceitualmente é pertinente orientar nosso estudo pelo debate e análise em torno do “paradigma do capitalismo agrário” e do “paradigma da questão agrária”, abordados por Fernandes (2005), posto que nos ajudam a aprofundar os territórios desta temática. O paradigma do capitalismo agrário diz respeito à ação ideológica e territorial dos protagonistas do capitalismo no campo, materializados no

agronegócio, que concentra terra, destrói a biodiversidade com o uso desenfreado dos agrotóxicos na produção de monocultivo em grande escala, na expropriação das terras do campesinato, na imposição das sementes transgênicas. É neste quadro que tais agentes do capital vêm mantendo o controle da política econômica, dos negócios do Estado e dos mercados, tornando a agricultura um mero ramo ou setor dos mercados industrial e comercial, em que as empresas do agronegócio tem como centralidade a maximização do lucro, sem qualquer compromisso com a sustentabilidade do meio-ambiente, tampouco dos seres humanos.

Não obstante as evidências de uma grave crise social no campo, o pensamento conservador insiste em desconstruir a questão agrária. Nos teóricos mais apaixonados do novo ruralismo, tal esforço assume forma caricatural. Um de seus expoentes chega ao extremo de combinar explicitamente a exaltação do agronegócio com a naturalização das desigualdades sociais e da concentração fundiária; o ataque raivoso contra qualquer proposta de mudança no campo; e a despudorada proposta de jubileu para o processo de grilagem de terra. Mais do que expressão objetiva da realidade, a cruzada para a desconstrução da questão agrária constitui sintoma inequívoco do medo pânico da burguesia brasileira em relação às ameaças de rebelião latentes no campo (SAMPAIO, 2012, p. 2).

Instaura-se um projeto cuja intencionalidade é a expropriação dos camponeses, de suas terras e de seu modo de vida, impondo levas de migração para as cidades. Segundo pondera Horácio Martins (2011), em sua exposição no Fórum sobre soberania alimentar, em Assunção, no Paraguai, no ano de 2011, esse modelo do capitalismo agrário se afirma em diversas dimensões. Sua configuração se assenta numa aliança interna à classe dominante, entre as empresas transnacionais, o capital financeiro (bancos), as empresas de comunicação de massa (mídia burguesa) e os grandes proprietários de terra, para controlarem a produção das *commodities* agrícolas (mercadorias padronizáveis) e, a partir daí, controlarem também o mercado e os preços agrícolas. Seguindo tal lógica, impuseram a “racionalidade” do capital no campo, estabelecendo uma escala de produção, o monocultivo, a produtividade máxima do trabalho, a mecanização intensiva, volumes cada vez maiores de fertilizantes químicos (produzidos no mercado mundial), os agrotóxicos e os parâmetros da rentabilidade econômica (MARTINS, 2011, p. 03). Tal paradigma alcança hoje hegemonia tecnológica universalizada, sendo dependente do capital financeiro, da apropriação de terras e dos recursos naturais. Isto significa que sua lógica interna se alimenta do empobrecimento dos camponeses, do aumento da fome no mundo e ocasiona grave

e irreversível degradação ambiental. Ou seja, o que caracteriza o capitalismo no campo são a financeirização da atividade agrícola, a privatização e concentração dos recursos naturais - terra, água e biodiversidade - transformadas em mercadoria sob uso e controle privados.

O paradigma da questão agrária diz respeito ao fortalecimento do campesinato, mudança da base tecnológica, conquistas de terras, incentivo e apoio à agroindústria, novos moldes de organização da produção e construção da soberania alimentar. Neste sentido, se firmam o respeito e a defesa da biodiversidade, através da diversificação de culturas e criações, em busca de uma matriz tecnológica que acabe com as situações dilacerantes de trabalho e garanta uma produção agrícola saudável, promovendo qualidade de vida no campo.

Fernandes (2005) nos ajuda a entender os dois paradigmas dentro de uma visão de totalidade. No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato. No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato. Uma forma linear de análise do processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição.

A trajetória dos camponeses no Brasil tem sido marcada por diferentes lutas e pressão para que o Estado adote políticas públicas consoantes às exigências da reforma agrária enquanto ação imediata, conquanto direitos básicos venham sendo negados ao longo do tempo. A não realização da reforma agrária se constitui em um dos principais fatores que tem provocado o inchaço nas grandes cidades, o aumento da fome no país, o desemprego e a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

São justamente as contradições e os conflitos vivenciados na sociedade que fazem com que os camponeses sigam em busca de formas de superação da opressão vivenciada. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST) se constituiu em um movimento de trabalhadores rurais, que se faz e se refaz na sua luta política e por mudanças na estrutura agrária. O próprio movimento da realidade e da luta de classes exigiu ir além da luta pela terra, ampliando seu caráter de luta popular e organizativa camponesa.

Uma luta por transformações mais profundas e pela construção de comunidades de resistência camponesa, que ganha uma dimensão histórica, social

e política, impulsionada pelos ideais da esquerda latino-americana e pela necessidade de vida mais digna para as famílias do campo, debatendo a questão agrária, colocando-a no cenário político do país, e propondo-a como alternativa face aos problemas sociais e resistência ao modelo capitalista no campo.

A questão agrária no Ceará se coloca no mesmo marco da questão agrária nacional, trazendo em sua base de sustentação especificidades desta realidade, sendo aqui destacados seus aspectos principais: a propriedade privada da terra, a seca, a privatização da água, com a apropriação indevida pela iniciativa privada dos açudes públicos, e um estado permanente de conflitos.

O estado do Ceará se localizado na região semiárida nordestina e tem 93% de seu território coberto pelo sertão, região extremamente seca no Brasil, território que tem como uma das questões bem marcante a falta total de água para consumo humano e animal, o esvaziamento dos açudes e cacimbas e a impossibilidade de cultivo de sequeiro. O semiárido é um bioma totalmente brasileiro, com uma grande diversidade em sua vegetação, que sobrevive em meio à escassez das chuvas. O Ceará ocupa uma área territorial de 148.825,6 km², nos seus 184 municípios, tem uma população de mais de 8,1 milhões de habitantes (IBGE, 2007), concentrada em mais de 70% na zona urbana e o restante no campo.

A dita modernização do campo, através da expansão do agronegócio, insere o Ceará em um contexto próprio das contradições do presente tempo histórico, numa combinação de mudança técnico-científica e desenvolvimento econômico, combinando o atraso da pobreza no campo com o avanço produtivo nos padrões do capital internacional. Segundo Furtado Sampaio (2002), o combate à imagem de um Ceará pobre e faminto é encabeçado, a partir da década de setenta, por um grupo de jovens empresários, que culpa o “coronelismo” pela situação do estado, para eles:

(...) era preciso romper com os “coronéis”, ou destruí-los, por serem eles considerados responsáveis pelo atraso social do Estado, e lutar por espaços políticos. A primeira atitude dessa emergente fração empresarial cearense foi assumir a direção do Centro Industrial do Ceará (CIC), com o apoio da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC). Após galgar o espaço político entre seus pares, partem para outras instâncias de poder, ou seja, o Legislativo e o Executivo. O objetivo inicial era retirar do poder político o “famigerado coronelismo” e pôr em prática um processo de administração pública no Ceará capaz de desenvolver uma nova mentalidade, reconstruindo a economia, pois o Ceará está pobre e faminto, mas essencialmente não o é. A imagem que o grupo emergente transmite à

sociedade cearense é de preocupação com o social, com a pobreza, a fome e a natureza (SAMPAIO, 2002, p. 28).

A ideologia do desenvolvimento, sobretudo no campo, é sustentada pelas relações históricas, políticas e econômicas, pautadas em uma ideologia globalizada que se materializa desde o local, ligada ao trabalho assalariado, ao consumo, ao acesso às tecnologias, sem um projeto coletivo ou de realização humana. Assim, se vive no campo cearense hoje, mesmo com rugosidades políticas, um processo de divisão territorial do trabalho, como escreve Milton Santos (1994), referindo-se a novos espaços geográficos: “As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são as raízes das complementaridades regionais. Há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe” (p. 143). Um exemplo bastante significativo deste processo é a nova estratégia de dominação no Ceará via o controle da água, como aponta Furtado Sampaio (2002):

(...) via vetor águas, existe o fortalecimento do setor agroexportador, através da irrigação de fruteiras tropicais, proporcionando maior estímulo neste setor, mesmo nos assentamentos rurais. É importante salientar que as águas também entram no circuito de produção de peixes, camarão, algodão, pastagens, pecuária, milho, feijão e arroz, e os produtos estão sendo produzidos por cooperados e trabalhadores autônomos. Tem havido crescimento bastante acentuado do setor pesqueiro nos açudes, interioranos, principalmente porque o governo está fornecendo alevinos para os açudes vendendo-os para os empresários que desejarem entrar neste ramo de negócio (p. 35).

É notável o aumento da composição orgânica do capital, onde ciência e tecnologia estão a serviço da exploração da natureza e da ampliação da dominação do capital sobre a classe trabalhadora, assim demonstra o Instituto de Planejamento do Estado do Ceará:

As dificuldades de se conhecer as reais potencialidades e vocações dos diversos municípios e regiões do estado geram obstáculos à otimização na relação de recursos, tanto por parte do governo, quanto pelo setor privado, contribuindo, desse modo, para intensificar o ‘natural’ processo de concentração da atividade econômica na capital estadual e municípios adjacentes em detrimento de outras áreas com grandes possibilidades de aproveitamento econômico (IPLANCE, 1987, p.11).

Deste modo, observamos que várias pesquisas feitas sobre a realidade agrária no Ceará apontam, dentre as questões mais latentes: a crescente desarticulação e destruição da agricultura camponesa regional e a consequente

diminuição na produção de alimentos saudáveis, a expansão da concentração fundiária através do mercado de terras, a ampliação do êxodo rural, implicando o crescimento desordenado das maiores cidades, a expansão da monocultura, do consumo de agroquímicos e da vulnerabilidade ambiental, que traz como consequência a redução da biodiversidade em detrimento da expansão do agronegócio. De destaque também nos estudos realizados é a verificação da contaminação química dos solos e dos recursos hídricos, a aceleração do processo de desertificação, em particular na Chapada do Apodi, bem como a restrição do acesso à água, provocada pelo acirramento das disputas pelos recursos hídricos na região. Também se deve considerar a concentração da renda, a super-exploração dos empregos com a expansão do trabalho assalariado temporário, a sazonalidade do mercado de trabalho e a criminalização dos movimentos camponeses, que fazem a luta pela terra e preservação do meio ambiente.

1.2 A Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua territorialização no Ceará

O processo de reorganização das lutas durante as décadas de 1970 e 1980 é marcado pelo aprofundamento da crise econômica, do arrocho salarial, das lutas abertas pelo fim da ditadura e retorno das liberdades democráticas, a chamada redemocratização do país. Neste contexto, destaca-se o processo de articulação dos camponeses e sua caminhada nas Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais Sociais. Era a (re)tomada da palavra, a mística da liberdade e da esperança como promessa e utopia, à luz da leitura e interpretação radical da Bíblia, inspirada na Teologia da Libertação, desde as novas leituras de uma igreja dos pobres latino americanos, conforme expressas nos documentos de Medellín e Puebla (1968). Era já o tempo de uma luta em que os profetas que atuavam com o povo seriam o grande anteparo e apoio concreto à luta pela reforma agrária no Brasil, como bem expressa uma corajosa e firme pastoral de Dom Pedro Casaldaglia, no Norte, ou de Dom Antônio Fragoso, no Nordeste.

A criação da Comissão Pastoral da Terra - CPT, em 1975, possibilitaria a retomada da luta por direitos e a articulação nacional em torno da denúncia dos graves crimes decorrentes dos conflitos causados pelo poder do latifúndio no Brasil, de norte a sul, de leste a oeste. Essa retomada se dá em meio ao recrudescimento

da violência como norma e padrão dos conflitos agrários, como se observa no impressionante registro realizado e publicado nos *Cadernos da CPT* (2000), o mais completo documento de denúncia da violência continuada contra os pobres da terra na América Latina.

Para a primeira década do século XXI, o Relatório da CPT apresenta dados expressivos para a atualização da história da expropriação e da violência no campo brasileiro: aumento dos conflitos de terra, entre 2001 (625) e 2010 (853); incidência de trabalho escravo, que aumentou mais do que cinco vezes, de 45 (2001) para 204 (2010); conflitos pela água, que aumentaram de 14 (2002) para 87 (2010); e a média de 38 assassinatos por ano – forma mais extrema de violência no campo. Ressaltando a qualidade dos registros, o aprofundamento das análises foi possibilitado pela eleição de temas importantes, como terra, água, trabalho, violência e manifestações e a criação de subcategoria, “como ‘despejos,’ ‘expulsões,’ ‘tempos de seca,’ ‘áreas de garimpo,’ ‘políticas públicas’ e ‘sindicatos’”. Além disso, a CPT procura registrar todas as ‘ações de resistência e enfrentamento’ que ocorrem no Brasil” (FERNANDES et al., 2012, p. 141).

Entretanto, a luta social do período incorpora um novo conteúdo frente a esse complexo cenário do campo brasileiro. Somam-se aos camponeses, homens, mulheres, velhos e crianças, outros Sem Terra e sem direitos: os índios, os posseiros, os quilombolas, os escravizados na apanha de laranja ou os aleijados no corte de cana e rudemente chamados de boia fria, os tratados como bestas de carga na mineração, os atingidos por barragens e outras construções ditadas pelo interesse das empreiteiras, os seringueiros, os despossuídos da terra em favor do eucalipto e da soja, os deserdados do chão em razão da seca e da cerca no nordeste, os expulsos pela pastagem do boi do latifúndio.

É nesta conjuntura que se amplificam as vozes de protesto coletivo e inconformismo com os baixos salários, a inflação, o peleguismo dando as cartas no sindicato de carimbo. E outra vez os braços são cruzados e as máquinas param. As fábricas em greve, os trabalhadores ocupam os estádios, não apenas para ver o jogo de seu time do coração; era outro jogo, do capital contra o trabalho, era o tempo das greves pipocando no ABC, e em muitos outros lugares metalúrgicos, têxteis, transportes, químicos, petroleiros, professores, cortadores de cana. Assembleias, passeatas, romarias da terra, jornadas de luta ampliavam e impulsionavam as reivindicações também pela reforma agrária. E Sem Terra vira

uma identidade, um sujeito de história em movimento, com um hino, uma bandeira, um boné, um jornal e uma escola.

Esse momento, que se inicia na luta de resistência pela terra, vai incorporar um elemento novo, que são as ocupações de terra no Sul do Brasil, que se ampliam por quase todo o território nacional. O MST vai se constituir e se consolidar fundado em uma nova compreensão do direito à terra. Segundo Medeiros (2010, p. 47), “[...] atualizou-se por meio dessas práticas, a própria noção de função social da terra incorporada a Constituição brasileira desde 1946, regulamentada pelo Estatuto da Terra e legislação complementar e atualizada na Constituição de 1988”.

Nascia, da história social do trabalho e da luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que em seu primeiro Congresso Nacional, em 1985, define como principal forma de luta a ocupação da terra, criando, assim, uma forma de organização para combater o latifúndio e lutar pela reforma agrária. Desde sua gênese, vai se definir como movimento social que luta pela transformação. Sua compreensão da realidade agrária vai estabelecer como plataformas de luta o acampamento e o assentamento enquanto comunidades de resistência frente ao modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro.

O processo de territorialização do MST, segundo Fernandes (2001), ocorre num contexto de grandes mudanças em escala global, com a implantação do receituário econômico do neoliberalismo. Aqui, seria necessário pensar a luta pela reforma agrária em novos moldes, pois sua realização não mais seria necessária para o desenvolvimento e reprodução do capital no campo. Desta maneira, o projeto de luta social do MST adquire um sentido que redefine a luta pela reforma agrária como uma luta de todos e ampliada em direção ao combate à injustiça social provocada pelo agronegócio e também ampliada na direção da criação de instrumentos de construção de uma nova matriz de valorização da cultura camponesa, de seu modo vida, de proteção da natureza, da construção das bases possíveis da soberania alimentar.

A radicalidade que assumem os movimentos sociais no campo, expressa sua reação hostil ao novo modelo de exploração do capital. Esse novo padrão de acumulação capitalista no campo com a monocultura, grandes projetos, mecanização, uso intensivo de agrotóxicos, agressão ao meio ambiente, uso de sementes transgênicas como propriedade privada do ser vivo são evidências históricas da acumulação capitalista no campo brasileiro. Deste modo, como dito, se

recoloca a luta camponesa noutra patamar e a compreensão dos movimentos organizados experimenta a ultrapassagem das fronteiras nacionais para se contrapor, de forma global, a um projeto global. Em nossa pesquisa, vale ressaltar, no exame dos documentos da Via Campesina encontramos evidências marcantes da análise das grandes transformações em curso, bem como as novas exigências organizativas dos camponeses em escala global.

O surgimento de movimentos sociais de luta pela terra foi determinado por vários fatores sociais, políticos e econômicos, que vão desde a resistência popular contra o regime político imposto pelo golpe civil-militar de 1964, até a nova conjuntura estabelecida a partir de 1984, com a chamada 'redemocratização', quando parecia prevalecer a retórica da democracia, a retórica da liberdade. No entanto, esta conjuntura não significava exatamente um rompimento com as estruturas anteriores de dominação, exploração, exclusão e segregação dos pobres da terra.

O ressurgimento dos movimentos sociais traz à pauta o debate teórico, político e geográfico da configuração de sua luta como luta de classes, assim o Movimento Sem Terra, fundado em 1984, forjado desde a contradição da questão agrária brasileira e da negação de terra aos camponeses, se configura não só como fruto do campo democrático e de direito, mas principalmente da conquista de territórios.

O MST contribui no Brasil, em um marco político-ideológico, para uma transformação sócio-geográfica do país, configurando um potencial emancipatório, pois apesar (e por causa) do contexto de implantação das políticas neoliberais, se afirma um verdadeiro levante por parte dos povos da América Latina contra a ordem capitalista, internacionalizando a luta e a esperança, como se viu desde Chiapas e a inspiração do zapatismo, para falar apenas daqueles protagonistas.

Para Gonçalves (2006), abordando um ponto de vista emancipatório, o MST vem se constituindo como uma das principais expressões dessa nova configuração geográfico-política do mundo, onde o campesinato se reinventa e tende, cada vez mais, a jogar um papel inovador nas novas configurações territoriais que estão sendo gestadas no mundo contemporâneo. Análise que coaduna com a capacidade demonstrada pelo MST na afirmação e o empenho em desfraldar diversas bandeiras de luta que dizem respeito não só aos camponeses. Neste ponto, trazemos a análise de Anibal Quijano (2000) para compreendermos o sentido dos atuais movimentos

camponeses, como um novo fenômeno na história social latino americana:

Es solamente en los últimos veinte años que se asiste al desarrollo de movimientos campesinos generalizados, duraderos, con tendencia a una coordinación que sobrepasa las lealtades localistas, desarrollando normas de conciencia social más adecuadas para interpretar la naturaleza real de su situación social, canalizándose a través de formas organizativas modernas o utilizando formas tradicionales para objetivos distintos. En este sentido, los actuales movimientos campesinos son un fenómeno nuevo en la historia social latinoamericana, y es desde esta perspectiva, por lo tanto, como deben ser enfocados (p.172).

A territorialização do MST está não apenas em conquistar reconhecimento enquanto ator político e social, mas em criar espaços de vida próprios. Território aqui entendido como algo materializado em um conjunto de relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, que se amplia enquanto percepção de mundo, luta de classe, conflitos e resistência.

Nesta perspectiva, é interessante dialogar com Fernandes (2009) para entender a territorialização dos camponeses a partir de sua organização nos movimentos sociais. É ali onde a bandeira da luta pela terra e das condições de viver nesta terra, consegue ganhar uma maior materialidade, na luta por mudanças na estrutura agrária do país e de garantia de direitos de viver com qualidade e dignidade.

Uma dimensão relevante na trajetória do MST é a luta pela transformação das relações sociais. Fernandes (1999) aponta para o fato social, quando se agrega o elemento político à luta pela terra, sendo que este elemento político emerge do processo de formação política e ideológica. A contribuição do MST à luta dos trabalhadores é a de trazer elementos de força nessa tarefa de (re)construção: uma primeira é a organização e mobilização na luta por direitos e sua materialidade; em segundo lugar, é a participação nas tomadas de decisões; o terceiro, diz respeito à formação política, incidindo na autoconsciência e no fortalecimento da perspectiva histórica e coletiva.

Assim, os territórios camponeses afirmados pelo MST, mesmo inseridos na lógica capitalista, também refletem formas de resistência. Aqui se faz necessário compreender como foram historicamente se construindo, como surgem e o que vai sendo incorporado na sua maneira de produzir e garantir existência concreta.

Certamente o debate sobre as possibilidades de emancipação dos camponeses é cada vez mais forte, no sentido de compreender esta categoria, percebendo-a como parte de uma lógica que é ao mesmo tempo de dominação

capitalista, pautada pelo avanço do modo de produção capitalista, sua ideologia e sua lógica de mercado. Porém, neste mesmo contexto, apresenta-se a construção de uma racionalidade de vida, que provém não de sua natureza, mas do movimento histórico e do vivido, das experiências e relações sociais construídas.

A forma de dominação hegemônica é do capitalismo. Deste modo, as relações de produção, a produção da subsistência, o trabalho agrícola estão submetidos à lógica capitalista. No entanto, a condição histórica dos camponeses, expropriados de suas terras e explorados em sua força de trabalho, tem fortalecido sua perspectiva enquanto sujeito de luta pela garantia dos espaços da produção, da cultura e reprodução da vida.

Aqui é preciso considerar a territorialidade do capital como uma estratégia de dominação, do controle dos recursos naturais e dos indivíduos, através da ideologia, determinado, assim, como força política que condiciona a vida cotidiana de cada lugar. Entretanto, como mencionado anteriormente, território, territorialidade também contém os elementos da contradição; neste aspecto, as forças que condicionam o domínio da vida em comunidade, com suas normas e costumes, provocam o conflito de interesses entre as classes sociais, dando um novo conteúdo às relações de poder.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos socioculturais, envolvendo diferentes lugares, setores e sujeitos. Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar, fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. Estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes na lógica capitalista, aqui entendida como lógica de exploração da força de trabalho, extração do lucro, subordinação à lógica do mercado, num jogo de submissão, de controle de recursos e de indivíduos, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET, 2006).

A natureza dos conflitos se revela no processo de territorialização do capital, desterritorialização das comunidades e reterritorialização dos camponeses e trabalhadores rurais. Esse processo determina o grau e a intensidade dos conflitos, reafirmando que aqui entendemos território como produto das relações sociais e de classes. Segundo Horácio Martins (2012), a formação do campesinato no Brasil se realizou historicamente numa relação de contradição e de subalternidade com o

latifúndio da sesmaria, com as empresas mercantis e, depois, capitalistas. Não houve e nem tem havido trégua econômica, política ou social em qualquer momento da história brasileira para que o campesinato se afirme e possa manter sua reprodução social sem hostilidades por parte das classes dominantes (MARTINS, 2012).

Os camponeses têm se mantido no cenário da história a partir de suas organizações, enfrentamentos e resistência e têm construído alianças tanto entre os camponeses assalariados, trabalhadores urbanos, operários, em seu conteúdo de solidariedade de classe, se afirmando como sujeito social que tem um modo de produzir e reproduzir as relações sociais de sua classe. Shanin (1979) alertava que:

[...] no decorrer da história, o campesinato atuou politicamente muitas vezes como uma entidade social de classe. Ademais, dentro das sociedades industriais, tem demonstrado possuir coesão em sua ação política, e não somente em seus enfrentamentos com os proprietários de terra tradicionais em combates noite a dentro do tipo pré capitalista; os interesses comuns compartilhados pelos camponeses os tem impulsionado também a sustentar conflitos políticos com os grandes proprietários de terra capitalistas, com vários dos diferentes grupos urbanos e com o Estado moderno (p. 32).

É neste cenário que há também uma resistência camponesa em marcha, onde os vários movimentos sociais que atuam no campo fazem uma luta permanente contra a estrangeirização das terras, a privatização da água e dos perímetros irrigados, o uso desenfreado de agrotóxicos na produção de alimentos e nos solos e preservação da biodiversidade. Deste modo Oliveira (1998) afirma que:

O território deve ser compreendido como produto concreto da luta de classes travada no seio da sociedade capitalista. Portanto, é a síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência (p. 74).

É justamente esta luta permanente que também tem possibilitado a (re)construção do território camponês, fruto da luta e do enfrentamento de classe. E nesta pesquisa podemos perceber no cotidiano, na realidade concreta, que a resistência também se faz desde o local onde o contraste das relações capitalistas dos grandes latifúndios se confronta com o trabalho cooperado da unidade familiar, das práticas agroecológicas e do trabalho pela construção da soberania alimentar. A

posse da terra é de uso comum assim como o acesso à tecnologia, aos equipamentos, implementos e animais. A inserção nos movimentos camponeses possibilita, além da organização, uma inserção política de unidade como sujeito social e participação efetiva, elemento esse que tem ajudado na percepção de que, frente à uma globalização capitalista, é a internacionalização das lutas dos camponeses que pode elevar o nível de enfrentamento e denúncia.

No estado do Ceará, a questão agrária é marcada por intensos conflitos como na maioria do território brasileiro, fato este reafirmado na pesquisa de Rigotto (2010) sistematizando como principais marcos:

A grilagem de terra pública; o desaparecimento de comunidades e pequenos produtores que perderam suas terras, sendo estes obrigados a morarem nas periferias das cidades; o uso abusivo de venenos na produção de frutas gerando a contaminação da água inclusive as subterrâneas, do ar, a degradação do solo e o aparecimento de doenças causadas pelos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores expostos ao veneno (p.59).

Além destas questões, há que se destacar a secular problemática da seca, que com certeza tem suas consequências mais perversas sobre os camponeses mais pobres. Segundo pesquisa de Silva (2011):

Com o discurso da escassez de água tem sido usado como ação de governos, forma de angariar recursos públicos para investir em infraestrutura, estas que sempre se voltaram para ampliar o domínio e a riqueza dos detentores do capital, mantendo todos seus privilégios e a garantia da intocabilidade na estrutura da propriedade da terra. Conhecida como a 'indústria da seca', também tem sido por esta forma que muitas das famílias oligárquicas se mantiveram e permanecem nas estruturas do Estado (p. 47).

As consequências da seca não se dão da mesma forma para o agronegócio, que tem se expandido na produção e exportação de frutas, como mostram os dados do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), apontando que, em 2012, o Ceará chega a ser o primeiro estado do Nordeste na produção de frutas para exportação.

A produção moderna das frutas em pleno sertão acabou por criar uma ruptura nas possibilidades de produção no semiárido, pois a procura pela regularidade climática presente nestas áreas foi paradoxalmente o elemento-chave para que as empresas regionais, nacionais e multinacionais pudessem implantar seus estabelecimentos, dotadas de infraestrutura disponibilizada pelo Estado, contribuindo, também, para dinamizar o

mercado de terras na região e agravar o quadro de extrema concentração fundiária (BEZERRA, 2008, p. 23).

Dentre as regiões de expansão do agronegócio fruticultor, ainda segundo Silva (2011), é a região Jaguaribana onde se dá:

A consolidação da chamada integração de bacias hidrográficas e na construção de açudes, a exemplo do Castanhão e do Figueiredo, este último ainda em construção, e a ampliação dos atuais perímetros irrigados. A grandiosa obra da transposição das águas do Rio São Francisco vem fortalecer esta estratégia, bem como a conclusão do Eixão ou como é mais conhecido como o Canal da Integração¹ (p. 431).

A monopolização da terra e da água são, definitivamente, os elementos fundamentais para o capital. A água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs centrais e a irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, mais recentemente também se inscreve na produção de energia elétrica. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos entendendo esse processo no âmbito do agrohidronegócio, por onde nos propomos entender os desafios da dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI (THOMAZ, 2008, p. 9).

O território de nossa pesquisa, o semiárido Cearense, é caracterizado por regiões com clima árido, solos pobres em matérias orgânicas e baixo índice de chuvas, de aridez sazonal (SILVA, 2011, p.15). Em 1977, esta região foi incluída pela Organização das Nações Unidas – ONU, no Plano de Ação de Combate à Desertificação das Nações Unidas (ONU, 1977), que definiu o grau de aridez de uma região através da precipitação das águas das chuvas e da temperatura, quando se dá uma perda de água causada pela evapotranspiração potencial.

Historicamente a região do semiárido nordestino é marcada pelas políticas públicas intervencionistas, sem preocupação de convivência com a seca. Na busca por melhores condições de vida, o “povo sertanejo” acaba migrando para os grandes centros urbanos, onde na maioria das vezes não encontra trabalho e passa a viver

¹ Constituído por um sistema de adução com 255 km de extensão, composto por uma estação de bombeamento, 166,59km de canais, 93 km de adutoras e 1,1Km de túneis que serão responsáveis pela transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza, bem como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, integrando as bacias hidrográficas do Jaguaribe e Metropolitana. O Eixão, em toda sua extensão, cortará os municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Morada Nova, Russas, Ocara, Cascavel, Pacajus, Horizonte, Itaitinga e Pacatuba. Do total de 05 trechos quatro já foram concluídos.

marginalizado, condição que degrada a dignidade humana e aumenta ainda mais os graves problemas sociais e econômicos das grandes cidades.

Comparado com a maioria das regiões semiáridas do mundo, o semiárido brasileiro conta com uma vantagem, seu índice de chuva anual varia entre 268 e 800 mm, enquanto que outras regiões apresentam uma média anual na ordem de 80 a 250mm. No entanto, seu clima “[...] muito quente e sazonalmente seco, projeta radicais derivações no volume de água, as características biológicas das caatingas e as condições socioeconômicas do povo sertanejo” (AB’SABER, 2003, p. 85).

O debate da convivência com o semiárido já produziu muitas teses e estudos, pois conviver significa “com viver”, viver junto com outros, estar junto. Portanto, a convivência com o semiárido implica em uma harmonia entre humanos e o meio ambiente, pois não se trata de tentar modificar suas características naturais. Não podendo neste caso esquecer que existe um processo sócio histórico que também determina muitas das características que temos hoje, a exemplo da desertificação que, segundo Cristiane Pimentel:

Após décadas sob um sistema agropecuário invasivo, em que o período de pousio (descanso) das terras era praticamente inexistente e a sobrecarga animal, uma constante, a vida dos solos em Irauçuba definha. Em algumas áreas, de tão extenuadas, nada mais brota da terra, a não serem rochas. Nas primeiras chuvas, as sementes que estão no chão fertilizam e fica aquela gramazinha. Logo, os produtores botam o gado em cima, e ele come tudo. Se chover, ela cresce, e eles botam em cima de novo. Se não chover, vem a ovelha e come a semente. O problema maior mesmo é a falta de conhecimento. No entanto, estamos entrando em ciclos de secas frequentes então, a fé já não é mais suficiente, tem que haver o conhecimento (2013, p. 25).

Dessa forma, o conhecimento histórico possibilita a interação e aceitação de convivência com o meio ambiente e a elaboração de políticas públicas adequadas ao enfrentamento da seca e para que se estabeleça um equilíbrio, quando “[...] da aceitação e do cuidado com o outro reconhecido em sua legitimidade enquanto outro da partilha, aquele com quem cada uma das partes da convivência estabelece laços de complementariedade e interdependência” (PIMENTEL, 2002, p. 193).

Em nosso estudo sobre a construção da soberania alimentar no Assentamento Mulungú, no Ceará, buscamos analisar, sobretudo, as práticas sustentáveis de adaptação, como o manejo sustentável de mananciais e a valorização da captação das águas, seu armazenamento e a gestão das águas das chuvas. Assim, se faz necessário o desenvolvimento e uso de tecnologias

alternativas para captação, armazenamento e uso racional dessas águas, possibilitando o desenvolvimento da agricultura familiar e consequente melhoria na condição de vida das famílias assentadas. Esse processo deve fazer parte de uma estratégia maior de gestão comunitária dos recursos naturais e infraestruturas disponíveis, além da combinação de cultivos e criações apropriados para cada região e o manejo sustentável da vegetação nativa.

A sustentabilidade dos agroecossistemas aqui está vinculada aos princípios da agroecologia, que parte de uma observação aprofundada da dinâmica e das interações bióticas que ocorrem no sistema em questão, levando em conta três dimensões básicas: social, econômica e ambiental; podendo haver subdimensões ligadas a estas, como a prática dos camponeses nesta relação e seu projeto político e ambiental. Observar os componentes dos agroecossistemas e suas interações é também observar as trajetórias de vida, as relações de trabalho, a organização social, a busca de autonomia, bem como os solos, a diversidade da fauna e da flora, as variedades cultivadas, as condições climáticas, a adaptabilidade das plantas ao ecossistema, o acesso a água, como conceitua Ferreira et al. (2011).

Neste contexto, a agroecologia é uma prática relevante na realidade cearense, sendo compreendida como importante alternativa de convivência com o semiárido, pois se caracteriza pela capacidade de promover sistemas mais resilientes e, nas unidades de produção camponesas assim como nas estruturas coletivas de produção, se materializa como um sistema que acumula recursos no período chuvoso, como água, forragem para os animais, sementes e alimentação para a família. A diversificação nos sistemas produtivos é para as famílias um mecanismo anti-risco: nos tempos de seca, algumas atividades econômicas podem se tornar inviáveis, enquanto outras não. Outra característica muito trabalhada pelas organizações agroecológicas é o fortalecimento de organizações sociais, pois é difícil pensar o desenvolvimento da agroecologia sem organizações fortes, baseadas na agricultura familiar.

O fortalecimento da agricultura camponesa, com a adoção dos princípios agroecológicos, favorece o desenvolvimento e uso de técnicas que permitem cultivar a terra com maior autonomia sobre o regime pluviométrico da região, possibilitando a construção da soberania alimentar, assim como a produção de uma renda extra para as famílias.

Desta forma, é imprescindível que as populações locais desenvolvam uma participação ativa no tocante ao desenvolvimento da agricultura camponesa, onde possam se sensibilizar e priorizar a busca por soluções apropriadas às condições naturais locais. Não se trata apenas de novas tecnologias, é necessária uma autoconscientização, pois não adianta apenas possuir a terra e tecnologias para seu manuseio, é preciso que haja um respeito e um cuidado com os mesmos, para que se evitem fracassos e um manuseio inadequado do solo, ocasionando sua degradação e consequente inviabilidade da unidade de produção camponesa como espaço de construção e reprodução social das famílias.

O assentamento estudado nesta pesquisa se localiza no território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, anteriormente denominado de território de Itapipoca, com uma extensão de 12.094,38 km² e uma população total de 570.908 habitantes, da qual 45,62% residem na área que o IBGE convencionou chamar de zona rural e 54,56% reside na área urbana (tabela 1). Nesse espaço geográfico existem 26.644 estabelecimentos rurais, correspondendo a uma área de 711.221 hectares, que abrigam 30.701 agricultores (as) familiares.

Tabela 1 – Quadro populacional por município.

Município	População urbana	População rural	População total	Área da unidade territorial (km²)	Densidade populacional
Itapipoca	66.909	49.156	116.065	1.603,654	72,4
Trairi	18.784	32.638	51.422	925,717	55,6
Pentecoste	21.394	14.006	35.400	1.378,303	25,7
Apuiarés	5.772	8.153	13.925	552,34	25,2
Umirim	11.097	7.711	18.808	316,816	59,4
Uruburetama	14.689	5.076	19.765	107,566	183,8
Itapajé	33.990	14.360	48.350	430,414	112,3
Tururu	5.288	9.120	14.408	202,273	71,2
Paraipaba	13.435	16.606	30.041	300,918	99,8
Paracuru	20.589	11.047	31.636	296,215	106,8
Amontada	15.947	23.285	39.232	1.179,030	33,3
TOTAL	227.894	191.158	419.052	7.293,244	845,50

Fonte: IBGE, 2010.

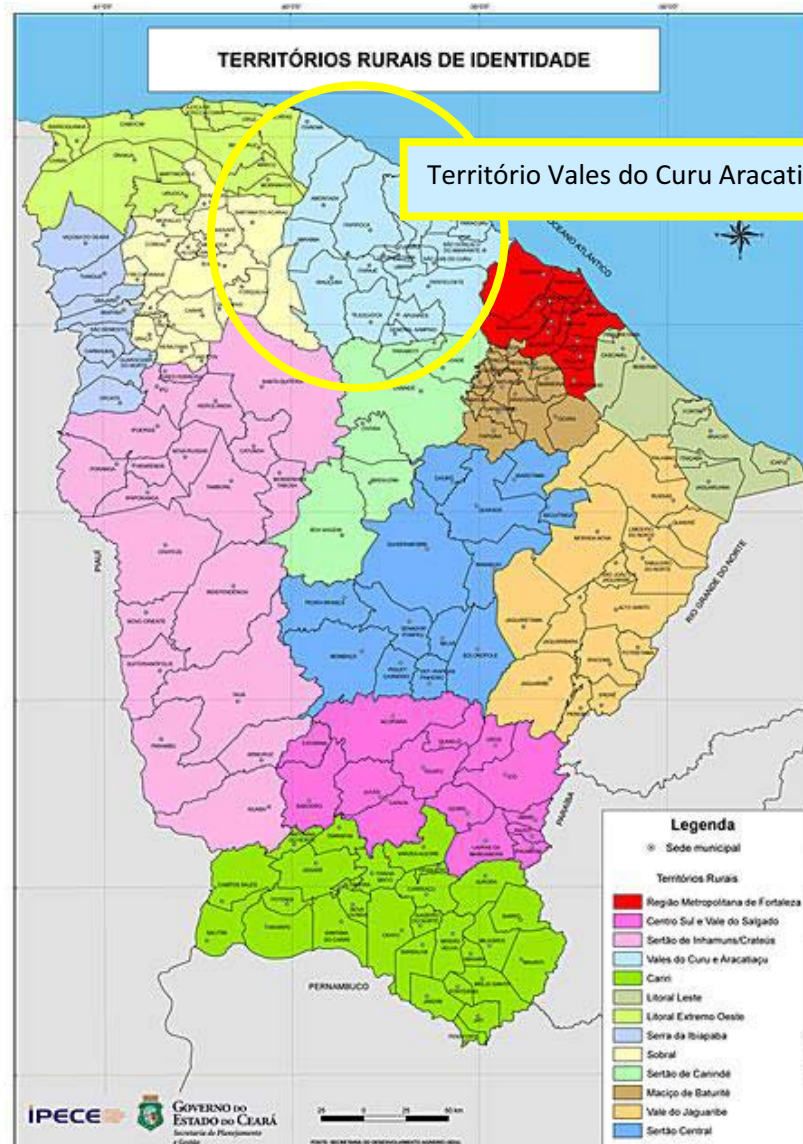
No tocante à política de colonização e reforma agrária, o território possui 64 assentamentos federais (3.479 famílias) e 44 estaduais (703 famílias). A figura 02 mostra a localização espacial/geográfica do território, distribuído em seus 18

(dezoito) municípios. Devido à sua grande extensão territorial, aliada ao grande número de municípios, o território foi subdividido em 04 (quatro) microterritórios, a saber:

- ✓ **Microterritório Umirim:** Umirim, Uruburetama, Itapajé e Irauçuba;
- ✓ **Microterritório Médio Curu:** Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio e Tejuçuoca;
- ✓ **Microterritório Itapipoca:** Amontada, Itapipoca, Itarema, Miraíma e Tururu;
- ✓ **Microterritório Paraipaba:** Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Paracuru e Trairi.

O território apresenta peculiaridades e especificidades de uma região caracterizada pela existência de ecossistemas distribuídos em áreas de serra, sertão e litoral. Estes fatores ambientais se mesclam aos elementos socioculturais e econômicos na formação da identidade territorial.

Figura 02 – Territórios Rurais de Identidade, destaque: Vales do Curu e Aracatiaçu



Fonte: IPECE, 2013.

Na região estudada, outro fator de destaque é a significativa concentração de áreas de assentamentos da reforma agrária, perfazendo um total de 108 (cento e oito) assentamentos. Destes, 14 (catorze) estão localizados em Itapipoca, 12 (doze) em Amontada, 12 (doze) em Itarema, 11 (onze) em Tejuçuoca e 9 (nove) em Miraíma. A distribuição das áreas de assentamentos se apresenta da seguinte forma nos outros municípios: Pentecoste 6 (seis), Trairi 5 (cinco), São Gonçalo do Amarante 4 (quatro), Apuiarés, Umirim e Irauçuba 3 (três) e Paracuru e Tururu 2 (dois) (BRASIL, 2010). São 120.403,76 ha (cento e vinte mil, quatrocentos e três e setenta e seis hectares) de área, beneficiando em torno de 3.824 (três mil, oitocentos e vinte e quatro) famílias. O tamanho médio dos estabelecimentos rurais, bem como o tamanho médio das propriedades rurais dos agricultores familiares, significa sem dúvida um entrave para o desenvolvimento da agricultura e pecuária.

Do total geral, 52,19% têm área inferior a 5 ha e 20,71% estão na faixa de 5 a 20 ha. Apenas 8,61% estão na faixa de 20 a 50 ha e apenas 4,65% dos agricultores familiares tem propriedades na faixa de 50 a 100 ha. Quando contabilizadas as áreas acima de 100 Hectares, esse número cai para 2,71%, o que indica a alta concentração de terra.

Caracterizada como uma região que congrega três sistemas ecológicos distintos: sertão, serra e litoral, os sistemas produtivos agropecuários praticados pelas famílias e seguidos nos assentamentos de reforma agrária são forjados historicamente por essas condições. Em um mesmo assentamento da região encontramos diversos sistemas ecológicos. Os sistemas ecológicos *sertão*, encontrados em grandes áreas na maioria dos assentamentos do semiárido, se caracterizam como unidades fitoecológicas de caatinga arbustiva densa e aberta, e sua exploração produtiva é determinada pela qualidade da terra e disponibilidade da água. Os municípios do lote 14, com maior presença deste ecossistema são: Apuiarés, Pentecoste, Umirim, Uruburetama, Itapajé, Tururu e parte dos municípios de Amontada e Itapipoca.

Nesses espaços, as famílias desenvolvem sistemas produtivos diversificados, as áreas são utilizadas como *pastagem nativa* (mata), *pastagem nativa melhorada* (capoeira, raleamento, rebaixamento e recenseamento) e *cultivada* (palma forrageira, mandioca, sorgo, milho, capins de pisoteio de sequeiro e leucena), com a tradicional agricultura de subsistência, com a exploração do milho e do feijão e a fruticultura de sequeiro na produção do caju.

As áreas de *baixio*, como o próprio nome indica, correspondem à área de solos aluviais comumente chamados de beira de rio ou 'croá', e são utilizados fortemente para a agricultura de subsistência, com cultivo de milho e feijão e uma pequena parte na produção de forragem cultivada de sequeiro e irrigada de corte (*capim Napier*) e superficialmente na produção de fruteiras de sequeiro (*caju*), plantas medicinais e hortaliças (*cheiro verde*) para consumo das famílias.

Em geral, o cultivo é feito em sistema de sequeiro, no entanto, existem locais com relevante potencial hídrico para desenvolver atividades irrigadas. As culturas mais apropriadas para irrigação nesse sistema são: as hortaliças, as fruteiras, o milho, o feijão e as capineiras de corte. Outra atividade potencial para esses locais é a *irrigação de salvação* para as culturas de milho e feijão de sequeiro no período *invernoso* e as *fruteiras de sequeiro* (manga, graviola, acerola, cajá, siriguela). A

situação ambiental é bastante diferenciada entre os assentamentos e varia em função do tamanho das áreas com essas características, as condições de fertilidade do solo e a possibilidade de acesso à água.

A quantidade de famílias em cada assentamento e a pressão sobre esses sistemas ecológicos são fatores que devem ser observados, pois a falta de uma política de reforma agrária efetiva e de uma descentralização da terra tem sobrelotado os assentamentos desta região, muitas vezes impactando negativamente esses ecossistemas, com a degradação do solo, assoreamentos e contaminação dos mananciais.

Essa região é favorecida, em comparação com outras regiões do Ceará pela disponibilidade de “subsistema de baixio perenizado”, que corresponde à área de solos aluviais comumente chamadas de beira de rio/riacho, baixio ou croa, localizadas no lado jusante de médios e grandes açudes, com disponibilidade permanente de água no leito dos rios ou riachos dessas áreas. Essas condições, podemos observar no Assentamento Mulungú, localizado no município de Itapipoca, à margem do Rio Curu, perene e com solos férteis em suas margens.

Característico também nos assentamentos dessa região é o “sistema ecológico de *serra*”, que se caracteriza por um conjunto de elementos naturais com destaque para a altitude, topografia, temperatura, umidade e uma variação significativa dos solos. Os municípios de Uruburetama, Itapajé, Itapipoca, e Tururu são os mais representativos desse sistema. Os sistemas ambientais identificados nesse ecossistema são: Alto da Serra, Aba da Serra e Pé de Serra. Mesmo com acentuado declive, muitas famílias desenvolvem sistemas agrícolas nessas regiões, fator que tem colaborado significativamente para a degradação desses frágeis agroecossistemas.

Também localizado no território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, encontra-se o “sistema ecológico de *litoral*”, que se caracteriza por ter uma altitude/latitude baixa, um solo com perfil arenoso variado (areia quartzosa marinha, litólicos e planossolo solódico) de fertilidade mediana, presença de unidades fitoecológicas de complexo vegetacional da zona litorânea e unidades geomorfológicas de sedimentos tabulares pré-litorâneo e dunas.

Outra característica é a existência de um potencial hídrico subterrâneo no seu subsolo. Os assentamentos localizados nesse ecossistema desenvolvem sistemas agrícolas historicamente apropriados para essas condições, como a exploração da

mandioca, feijão, caju e coco; para a pecuária é mais adequado à criação de bovino, ovino, assim como a criação de abelha e aves, a criação de camarão e a pesca marítima. Outra atividade relevante nesse sistema é o turismo ecológico e de lazer e o artesanato.

A experiência com a mandalas vem colaborando com a renda familiar, pois permite a comercialização da hortifruticultura na região, além de ampliar a oferta de alimento para o autoconsumo das famílias. Os quintais produtivos são uma tecnologia social, que apresenta e resgata valores inerentes aos espaços do quintal, com toda sua simbologia, suas histórias, seu lugar na convivência familiar e comunitária. O quintal possui relevância cultural, social, econômica e política (LEONEL, 2010) e é um sistema agroflorestal destinados a colaborar com a segurança alimentar, renda, saúde e outras necessidades básicas de pequenos agricultores e suas famílias. A grande diversidade de espécies vegetais presente nestes espaços oferece maior segurança às famílias, devido à possibilidade de colheitas durante todo o ano e não somente no período das chuvas. O apoio técnico planeja o uso racional dos recursos disponíveis, sejam eles naturais, humanos e financeiros.

A proposta dos quintais produtivos é racionalizar o uso da água, identificando as fontes e planejando o uso, desenvolvendo sistemas eficientes com menor perda e melhor aproveitamento pelas plantas e animais, assim como o uso de técnicas de conservação e melhoria da fertilidade do solo, primando pela reciclagem. Nesse processo, a escolha das espécies a serem cultivadas pelas famílias deve considerar a importância cultural e os resultados produtivos, assim como a adaptabilidade às condições locais. Os quintais produtivos têm influência direta sobre a construção da soberania alimentar e consequentemente na qualidade de vida das famílias que trabalham utilizando essa metodologia. A proximidade das casas de moradia, favorece o envolvimento de todos os membros da família no desenvolvimento dos quintais produtivos, com o envolvimento das mulheres e jovens, fator que permite seu empoderamento nos espaços de tomada de decisão, tanto no grupo familiar quanto nos espaços de debate comunitários.

Deste modo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará vem trabalhando, através da Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (CCA/CE), no desenvolvimento de experiências sobre os processos organizativos e produtivos nos assentamentos de reforma agrária, construindo

formas alternativas de manejo dos recursos naturais e de organização social, capazes de responder positivamente aos desafios da produção agrícola sustentável, da preservação da biodiversidade sociocultural e da inclusão social. As ações e orientações do MST, nos assentamentos do estado do Ceará, são orientadas tendo como base os princípios da agroecologia, aportando bases teóricas-práticas na construção de uma nova matriz tecnológica para a agricultura familiar.

Importa reafirmar que, no estado do Ceará, o atual modelo de exploração da agricultura está baseado no latifúndio monocultor de exportação, no uso sistemático de agroquímicos e intensivos de capital e energia proveniente de fontes externas não renováveis. Essa realidade gera uma crise socioambiental no campo, tornando-se mais danoso quando impõe a inserção dos seus princípios na cultura camponesa e sua ruptura exige um processo amplo e profundo de mudanças.

Como alternativa, os movimentos sociais da Via Campesina buscam trabalhar a partir de uma matriz produtiva que incorpora princípios, métodos e tecnologias de base ecológica, apropriáveis pela pequena produção camponesa e menos dependente de insumos externos, somando esforços para a conquista de níveis crescentes de sustentabilidade ecológica, social e econômica na sociedade contemporânea. Portanto, precede constituir estratégias de transição agroecológica e esse é um processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, como dispõe o decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a política nacional de agroecologia e produção orgânica, a transição agroecológica.

A instituição de uma “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica” (PNAPO) e mais recentemente do “Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica” (PLANAPO), lançado em outubro de 2013, são conquistas sem as quais são impossíveis avanços significativos, embora tímidas e limitadas, principalmente pela hegemonia do agronegócio e desvinculadas da reforma agrária e da garantia dos direitos territoriais das populações tradicionais. Entretanto, este é um indicativo da luta dos camponeses para que o Estado brasileiro reconheça a agroecologia e seu potencial para a produção de alimentos saudáveis e a conservação dos bens comuns, como uma alternativa necessária à vida camponesa.

Considerando os desafios postos para o desenvolvimento social e produtivo das famílias no meio rural cearense, com vista à melhoria da qualidade de vida das mesmas, as experiências agroecológicas em desenvolvimento nos assentamentos representam um rompimento paradigmático com o modelo predominante na agricultura brasileira. Primeiro porque rompe com a lógica do monocultivo e produção de *commodities*, passando a produzir alimento com vista à soberania das famílias. Segundo por ainda ofertar produtos de qualidade no mercado local, fortalecendo a economia solidária, aqui entendida a partir da interpretação de Filho (2006), como iniciativa que estimula um circuito integrado de relações socioeconômicas, envolvendo produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços, numa lógica de rede de economia solidária.

Considerando os cenários e realidades vividas pelos agricultores e agricultoras em suas comunidades, o MST e a Via Campesina buscam estimular processos de transição agroecológica, adotando metodologias participativas para o desenvolvimento e uso de tecnologias sociais, visando a convivência com o semiárido e com os ecossistemas litorâneos, buscando a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das famílias.

1.3 A Internacionalização da Resistência Camponesa

A dimensão internacional da resistência camponesa tem na articulação da Via Campesina uma de suas expressões mais significativas, enquanto lugar onde, em escala internacional, são construídas propostas alternativas de enfrentamento à dominação capitalista, à concentração fundiária, à monocultura para exportação e à expropriação das riquezas naturais. Uma articulação amparada em um modelo de desenvolvimento alternativo para o campo, que possibilite o acesso à terra, a preservação do meio ambiente e da biodiversidade e construção da soberania alimentar, constitui o cerne da proposta internacionalista da Via Campesina.

Nesta pesquisa, entendemos como um dos nossos maiores desafios a compreensão de um tempo de interdependência das economias, dos governos e, também, das estratégias capitalistas para o campo, marcado pela sobreposição do projeto do agronegócio à agricultura familiar e camponesa. Nesta perspectiva, vale ressaltar que os camponeses da América Latina, mesmo em contextos diversos,

sofrem o mesmo impacto proporcionado pelo processo de hegemonização do capitalismo no campo, na forma do agronegócio. Universalidades e características comuns das dimensões acima citadas podem ajudar os sujeitos a perceberem a materialidade do real concreto, produzindo um conhecimento coletivo e mediado, ou melhor, dando sentido às ações articuladas.

Nesse contexto, a reforma agrária representa uma luta histórica contra as desigualdades econômicas e sociais em escala mundializada. As fronteiras a serem enfrentadas, nessa perspectiva, continuam marcadas como espaço de conflito e o conteúdo desse enfrentamento ultrapassa a luta dos camponeses, pois se trata de garantir a continuidade de um projeto de vida da humanidade. É pertinente destacar que o imenso custo social face à agressão à natureza poderá causar a destruição da humanidade, além do que o desprezo pela vida é recorrente e manifesto nos marcos do imperialismo, o que se observa pelos altos orçamentos que alimentam a potente máquina de guerra estadunidense.

Desde os finais da década de 1980, os analistas percebem um descenso na luta dos camponeses e dos trabalhadores em geral, em vista da crise experimentada pela esquerda, face à crise do chamado “socialismo real”, o que intensifica a necessidade, por parte dos movimentos camponeses, de construir uma organização internacional.

Desde a Campanha dos 500 anos de dominação colonial na América Latina se estabelece uma articulação, que deságua, em 1992, na criação da Coordenadora Latino-Americana das Organizações Camponesas – CLOC, enquanto na Europa, se constrói a CPE – Comissão de Camponeses Europeia. Essas articulações internacionais possibilitaram, através de intenso debate, o intercâmbio de experiências convergentes, planos de lutas em comum e a construção de uma organização internacional dos camponeses: La Via Campesina. Esta organização se processa de forma autônoma e vai se tornando referência na luta dos camponeses em escala internacional, afirmando a defesa de uma agenda radical contra a globalização neoliberal, por soberania alimentar e um projeto alternativo para a agricultura, como se observa na leitura dos documentos e cartilhas da Via Campesina, situando o grau de reflexão e internacionalização das propostas gestadas em coletivo e em luta social.

O Movimento Sem Terra, protagonista no território desta pesquisa, se afirma no Brasil no período de 1985 a 1989, se territorializando, construindo visibilidade

social e materializando sua estrutura organizativa, tornando-se assim um movimento camponês em luta pela terra, em debate pela reforma agrária e que, na década de 1990, constrói pontes entre sujeitos e coletivos no plano internacional.

Em perspectiva dialética, quando, em 1984, o MST nascia, a partir de ideais de esquerda mundializada, embora sua principal bandeira de luta fosse a conquista da terra para quem nela vive e trabalha, seus ideais de classe são amalgamados desde o influxo dos levantes populares na América Latina e pelo exemplo da Revolução Cubana. Fernandes (2010) aborda o momento atual como um período de mundialização dos movimentos camponeses, afirmando que o MST se inclui neste processo com a criação da Via Campesina, quase dez anos depois. A nova conotação internacional da luta pela reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com a construção da Via Campesina, fortalecendo a contraposição à política de reforma agrária imposta pelas regras do mercado e de seus agentes, como é o caso do Banco Mundial.

De acordo com Flavia Braga (2010), para entendermos a internacionalização da agenda de lutas do MST é necessário atentar para dois pontos conectados: em primeiro lugar, observar em perspectiva histórica os temas introduzidos na citada agenda (reforma agrária, agronegócio, soberania alimentar, biodiversidade, ecologia sustentável, a condição das mulheres no campo, a condição da juventude, a identidade dos *sem terra*); em segundo lugar, observar as alianças com os subalternos encadeadas com um projeto político de emancipação enquanto classe.

Nesta reflexão, percebemos ainda a importância das organizações que, em seu projeto atual, ajudam a instaurar uma práxis dos trabalhadores na perspectiva de luta por direitos e sobrevivência. Considerar as contradições que o modelo capitalista impõe é também considerar as possíveis mudanças. Uma realidade concreta é a dos movimentos sociais camponeses, que se reinventam enquanto atores sociais de luta, resistência e conquista de territórios nas últimas décadas.

O território recoloca a questão das classes sociais, já que as classes são formadas por sujeitos que ocupam idêntica posição nas relações sociais de produção em função da propriedade dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais, pois a propriedade é relação social e território, o que nos possibilita, portanto, o estudo dos territórios das classes sociais.

A centralidade desta percepção está voltada à realidade quando afirma que

se faz necessário incluir as diversas dimensões da vida social para uma melhor compreensão do processo histórico. A dinâmica da territorialização e desterritorialização é determinada pela luta de classes em movimento, e precisa ser percebida como historicamente construída e constituída por relações econômicas, políticas e culturais. Esse movimento dialético de contradição e superação só é possível quando os sujeitos desse território se colocam frente a problemas estruturais ou conjunturais, de ameaça à produção de sua existência, seja pela exploração, pela concentração de riqueza ou pela dominação social. A desterritorialização, na maioria das vezes, tem bases em políticas econômicas e sociais capitalistas, que embora se manifestem de forma globalizada, sua materialização mais brusca se dá de forma local e os processos de lutas e resistência começam no local, mas precisam se ampliar para o global.

Essa inserção em uma totalidade da luta de classes também se expressa na abordagem de Gonçalves (2006, p.172), quando aponta as dimensões e as formas de territorialização do movimento social camponês. Uma dimensão territorial a ser destacada nas práticas do MST, em sua articulação na Via Campesina, diz respeito à urbanização da questão agrária por meio da politização do debate técnico. No que diz respeito à paisagem monótona da monocultura, indica não só que outros desenhos paisagísticos estão sendo suprimidos (expulsão de populações originárias, de afrodescendentes e de camponeses), como estão associados ao desequilíbrio ecológico (doença da vaca louca, pneumonia asiática, gripe do frango, estresse hídrico, erosão de solos e diversidade genética) e a um regime alimentar midiaticamente induzido. A questão básica não é a da produção de alimentos, mas da reprodução, na luta pelo controle das sementes que, no fundo, é uma luta pelo modo de produção no sentido material e simbólico do modo de comer, que caracteriza cada cultura, cada povo. Assim, o debate em torno da transgenia é, a um só tempo, político e epistêmico.

Neste exemplo podemos perceber alguns movimentos de uma luta que, embora comece em sua singularidade local, ganha uma dimensão global pela dinâmica do emaranhado das relações e das formas de dominação do capital sobre a biodiversidade, os alimentos, as terras, as riquezas naturais e a genética. Essa ampliação se materializa na perspectiva de um novo internacionalismo, onde os camponeses se percebem como sujeitos de uma exploração mundial e passam a construir uma identidade com singularidades, mas unificada em universalidades que

podem levar ao fortalecimento da resistência e luta e, assim, conquistar territórios materiais e até desafiar as novas leituras sobre a realidade, podendo construir uma percepção não determinista, incluindo a materialidade da resistência numa dominação estabelecida, mas não imutável.

O MST constrói a luta pela reforma agrária, vinculando-a a questões como soberania alimentar, combate ao uso dos agrotóxicos, defesa das sementes como patrimônio dos povos e da humanidade, entre outras. No processo globalizante do capitalismo, surgem projetos de ampliação do capital que, de maneira contundente, tem afetado diretamente as famílias camponesas Sem Terra, como é exemplo da ALCA, com sua proposta de liberação das fronteiras trazendo em seu bojo a desestabilização das relações comerciais e uma maior exploração dos pequenos agricultores, associando a isso o projeto de controle das sementes por grandes corporações transnacionais, que caracteriza inclusive o monopólio através dos transgênicos.

Ações como essas constituem estratégias para discutir o processo de dominação do “paradigma do capitalismo agrário” e suas implicações na vida dos assentamentos, sendo esta uma forma de discussão acerca do global, atingindo a vida das comunidades Sem Terra. Neste quadro, firmam-se as diversas dimensões da luta como espaço de reflexão e projeção do que objetiva o Movimento, buscando fazer com que a participação de homens, mulheres e crianças *sem terrinha* nas assembleias, nas marchas e mobilizações, em geral, se materializem como lugar de resistência, assim como nas práticas cotidianas da produção, da educação, da cultura, fortalecendo mecanismos do “paradigma da questão agrária”.

Assim, essa reflexão afirma que, embora o projeto hegemônico do capitalismo no campo caracterizado pelo agronegócio se contraponha completamente ao que os camponeses e suas organizações populares propõem, não tem conseguido barrar as várias formas de manifestações sociais e lutas de resistência dos camponeses em uma articulação internacionalizada.

Neste contexto, a articulação internacional dos camponeses, expressa na Via Campesina, permite uma melhor compreensão das ações que vem sendo realizadas por estas organizações, na perspectiva de unificação das lutas contra o processo de exploração e destruição da vida e pela conquista da soberania dos povos. Sobretudo, agrega novas formulações organizativas, uma vez que a práxis desarticulada não oferece resposta à altura às tarefas exigidas neste tempo

histórico. A luta dos camponeses tem construído estratégias de articulação com outras organizações em âmbito nacional e internacional, promovendo ações conjuntas com indígenas, quilombolas, ativistas dos direitos humanos, na intenção de que a classe trabalhadora articule luta corporativa e luta política coletiva de enfrentamento ao agronegócio, pois compreende que sua expansão tem acarretado impactos socioambientais gravíssimos, não apenas para a vida dos sujeitos do campo, mas de toda sociedade.

2 SOBERANIA ALIMENTAR, CONCEITO CONSTRUÍDO NA LUTA DE CLASSES

Neste capítulo abordamos a questão da fome e da modernidade como contradição de um tempo histórico em que vivemos, assim como a construção do conceito de soberania alimentar, perpassado pelo conceito de segurança alimentar e suas respectivas matrizes. Assim, interessa-nos analisar aqui o quadro estrutural da fome como uma questão central no debate e materialização da soberania alimentar.

O embate segurança *versus* soberania alimentar foi estabelecido em Roma, em 1996, no contexto da Conferência Mundial sobre Alimentação da Organização das Nações Unidas, no entanto, foi somente em 2004, que o debate desta questão iniciou-se entre os movimentos camponeses brasileiros, a partir da IV Conferência Internacional da Via Campesina, em Itaici, Brasil. Na prática, o significado do debate começou ser discutido entre os militantes dos movimentos numa série de encontros subsequentes, que foram dedicados à questão da terra, das sementes crioulas, da produção de alimentos sem agrotóxicos e a preservação da biodiversidade, como parte da campanha promovida internacionalmente pela Via Campesina.

Buscando contextualizar a emergência do debate sobre a soberania alimentar, nossa pesquisa recolheu subsídios entre documentos, depoimentos, testemunhos e fatos sociais protagonizados pelos movimentos e organizações camponesas. A leitura de um manancial de estudos e pesquisas sobre a crise alimentar, a persistência da fome em escala global, colaborou na formulação das perguntas que orientam nossa pesquisa. Ao desnaturalizar a fome, identificando suas causas nos desdobramentos políticos e econômicos desde a adoção de um determinado modelo de agricultura, as fontes provocaram questões orientadoras para nosso estudo. São elas: Como são definidas as políticas agroalimentares e em que proveito? Como os alimentos se converteram em mercadoria? Como se explica a perda de autossuficiência alimentar em certas regiões do mundo? Como compreender as histórias parecidas (e dramáticas) de “abandono” do campo ao redor do mundo, na conjuntura dos ajustes impostos pelo programa neoliberal? Por que existe fome num mundo de abundância? Como se organiza esse modelo estrutural que atua contra a soberania alimentar? Face à crise alimentar, que alternativas se apresentam? Como construir outro modelo de produção, distribuição e consumo de alimentos? Neste capítulo, pretendemos fazer uma reflexão sobre

estas questões frente à realidade do Brasil e mais detidamente do Ceará.

2.1 Um Tempo e suas Contradições

Vivemos um momento contraditório em nossa sociedade, pois, ao mesmo tempo em que temos um avanço tecnológico associado, entre outros elementos, ao incremento da sociedade de consumo, a pobreza, fome e a desnutrição continuam a atingir milhões de pessoas em todo o mundo. Na perspectiva histórica apresentada por Hobsbawm (1995), uma das explicações para o extremo avanço destes problemas sociais, verificado a partir da década de 1950, é a reestruturação do capitalismo e das relações sociais nele engendradas. Hobsbawm destaca algumas variáveis dos elementos que caracterizam o período, tais como: o desenvolvimento de uma economia mista (privado/público), a nova divisão internacional do trabalho e a união entre liberalismo econômico e democracia social, sem esquecer da disseminação ideológica dos meios de comunicação. Desta forma, o surto econômico liga-se ao desenvolvimento tecnológico, enquanto o desenvolvimento tecnológico associa-se à expansão do consumo e à exclusão de parte significativa da sociedade. Hobsbawm identificou três elementos principais para demonstrar o processo em curso: a transformação da vida cotidiana, o conhecimento aprofundado de processos e produtos e a aplicação de capital para a criação de novas tecnologias.

Explicação semelhante é apresentada por Manuel Castells (1999), ao afirmar que o espírito originado, no final da década de 1960, traduz a coincidência histórica de três processos: a revolução da tecnologia da informação, a crise e reestruturação econômica do capitalismo e a emergência de novos movimentos sociais. Ainda que Castells direcione sua análise especificamente à informação, é possível observar a primazia do desenvolvimento tecnológico para as novas formas de relações sociais.

Por intermédio da tecnologia, redes de capital, de trabalho, de informação e de mercados conectaram funções, pessoas e lugares valiosos ao redor do mundo ao mesmo tempo em que desconectaram as populações e territórios desprovidos de valor e interesse para a dinâmica do capitalismo global (CASTELLS, 1999, p. 412).

Outro conceito com atuação alargada na sociedade moderna é o da ciência,

em particular a ciência que atua sobre a agricultura e a alimentação com um discurso a favor da eliminação da fome, mas com objetivos voltados para ampliar mercados, intensificar a industrialização e a padronização dos alimentos. Nesta época pós-guerra, foi vista como solução ao problema da fome, o crescimento da produção, que deu impulso para a criação dos projetos iniciais de que será chamada a revolução verde. Esta análise não traz em si nenhuma novidade, pois Josué de Castro (1948, p. 294) já chamava nossa atenção para o fato de “a fome e a desnutrição não serem de ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si”.

É nesse cenário de “sociedades globalizadas”, detentoras do poder hegemônico, como os EUA e USRR, que a realidade do campo se constrói e se ressignifica num lugar/ambiente imbricado na modernidade. Tal modernidade constitui um modo de vida pautado pela comunicação de massa e pelo consumo, por um sistema produtivo regulamentado pela lógica tecnicista e pelo valor econômico da produção, tendo como resultado principal a acumulação, concentração de lucro e fragmentação dos costumes e das tradições.

2.2 Capitalismo e Política Alimentar

Entre a população que consegue se alimentar, nos foi imposta uma padronização dos alimentos. (...) E há trinta anos, depois da hegemonia do capitalismo financeiro em todo o mundo, hoje, a base de toda alimentação da humanidade está representada em 80% na soja, milho, arroz, feijão, cevada e mandioca. O mundo virou um grande supermercado, único. As pessoas, independentemente do lugar onde moram, se alimentam com a mesma ração básica, fornecida pelas mesmas empresas, como se fôssemos uma grande pocilga a esperar passivos e dominados a distribuição da mesma ração diária. Uma tragédia, escondida todos os dias pela mídia a serviço da classe dominante, que se locupleta com o banquete de juro, lucros, contas bancárias, champagne, lagosta. Cada vez mais obesos e desumanizados. Empanturrados de injustiças e iniquidade (STÉDILE, 2013, p.01).

A questão proposta na reflexão de João Pedro Stédile constitui aqui nosso ponto de partida para compreender o cerne da relação estrutural entre capitalismo e política alimentar. Para o autor, um conjunto de questões deve ser levado em devida conta para compreender desde a mundialização do capital, até a transformação dos alimentos em mercadoria, considerando ainda que o acesso ao alimento se dá de acordo com o que se pode pagar por ele. Vale ainda lembrar que esta equação

perversa é controlada por cerca de cem empresas transnacionais - Bunge, Monsanto, Cargill, Continental, GrainCorp, ADM (Archer Daniels Midland), PepsiCo (que comprou Quaker, em 2001), Unilever, Nestlé, Syngenta, Bayer, Basf, Coca-Cola Company, Bannisco, Kellogg Company, (comprada pela Nestlé, em 2001), Philip Morris, British American Tobacco, Proctor & Gamble, Parmalat, Groupe Danone, Conagra, Noble Group, Marubeni, Dupont, Dreyfuss, entre outras – que dominam todo o processo de produção, beneficiamento e distribuição dos alimentos.

Os alimentos se tornam, ainda, um filão especulativo nas bolsas de valores internacionais: “Milhões de toneladas de soja, milho, trigo, arroz, até as safras vindouras e ainda nem plantadas de 2018, ou seja, cinco anos adiante, já foram vendidas. Esses milhões de toneladas de grãos, que não existem, já têm dono” (STÉDILE, 2013, p. 1). Para o agroecólogo norte-americano Peter Rosset (entrevista a IHU On-Line, 2008), examinando as causas de curto e de longo prazo em relação à crise alimentícia mundial, a mais importante causa de curto prazo da crise mundial do preço dos alimentos é:

A entrada de capital financeiro especulativo nos mercados futuros de *commodities* mundiais. 61% de todos os contratos futuros de trigo nos EUA estão atualmente detidos por fundos (de risco) multimercados, e a ConAgra recentemente vendeu sua unidade comercial de commodities a um fundo multimercados (ou fundo de derivativos). Esses fundos têm “descoberto” o commodities trading [comércio de bens] como resultado do colapso do verdadeiro mercado estatal nos EUA, e estão em busca desesperada de novas áreas de investimentos. Eles vivem da volatilidade nos preços, tirando seus lucros das oscilações tanto para altas como para quedas, e estão atualmente inflando a ‘bolha’ dos *commodities*, que está deixando a alimentação fora do alcance das pessoas pobres por todo o mundo. Quando a bolha de preços eventualmente entrar em colapso devido à lei da gravidade, eles acabarão com mais agricultores pelo mundo (ROSSET, 2008).

Neste sentido, os dados de pesquisa de Peter Rosset indicam que “61% de todos os contratos futuros de trigo dos Estados Unidos estão detidos por fundos de risco multimercados”, enquanto estudos produzidos pela ActionAid indicam que a especulação nos mercados futuros movimentou cifras bilionárias diariamente, “volatilizando os preços e afastando-os da realidade da produção”. Segundo estudos recentes, estima-se que “cerca de 40% de todos os contratos de compra foram feitas por fundos de investimentos apenas para especulação. E hoje, os volumes de negócios feitos nessas bolsas entre os diferentes investidores-especuladores extrapolam em dez vezes o volume real de produção agrícola a ser produzida”

(MST, 2008).

Em suma, a especulação nas bolsas de futuro transforma a fome do mundo em fonte de lucro do capital financeiro. Neste ponto, o pesquisador Jorge Romano acresce a análise acerca “das apostas” cada vez mais “ousadas” dos investidores, dirigindo os investimentos para a formação de estoques de terra, depósitos, silos, equipamentos:

Enquanto isso, alguns investidores institucionais estão fazendo apostas mais ousadas e de longo prazo, adquirindo terras aráveis, depósitos de fertilizantes, silos para armazenar grãos e equipamentos de transportes. Fundos como Black Rock são proprietários de terras aráveis na África subsaariana, no Brasil e até na Inglaterra, e a Calyx Agro está adquirindo milhares de hectares brasileiros. Investidores chineses, americanos, franceses, holandeses e ingleses estão comprando usinas no Brasil e formando um estoque de terras que rende uma valorização acelerada semelhante à especulação típica das zonas urbanas. A Braemar Group está investindo em terras no Reino Unido que, segundo executivos da empresa, têm ‘atraso’ nos preços, já que custam 50% menos que na Irlanda e na Dinamarca (ROMANO, 2010).

Esta é a demonstração cabal do controle dos oligopólios sobre os alimentos, gerando mais iniquidade e injustiça e afastando os pobres do acesso à comida para sua sobrevivência. Tal efeito, de transformação dos bens da natureza em mercadoria, insistimos no argumento, é causa direta de uma maior concentração da propriedade da terra e da expropriação do modo de vida camponês.

2.3 Segurança Alimentar e Nutricional

O Brasil é um país com todas as potencialidades para superar suas desigualdades sociais e seus problemas crônicos, tanto por suas riquezas naturais como minério, bacias hidrográficas, biodiversidade, clima, como por suas fronteiras agrícolas. No entanto, temos que abordar a questão da terra, da agricultura, a partir das opções de desenvolvimento feitas pelos governos e classe dominante, o que nos leva a reconhecer a fome, em suas mais diversas expressões e períodos históricos, como resultado de um contexto político, econômico e social.

A segurança alimentar e nutricional (SAN) tornou-se um dos grandes debates em torno do combate à fome, uma vez que a insegurança alimentar e nutricional tem sua principal manifestação materializada na fome, que segundo dados da Unaiids (2010) e OMS (2011) ainda é o problema de maior risco a saúde, matando bem mais

peessoas que as doenças como Aids, Tuberculose e Malária combinadas. Ou seja, a fome envolve questões psicológicas e físicas, que comprometem a saúde e colocam em risco a própria vida das pessoas. Assim, se faz necessário que as políticas públicas elevem o conceito de SAN para várias dimensões, uma vez que a aquisição de alimentos para uma alimentação adequada e em quantidade nutricionais suficientes e de modo permanente exige medidas estruturais para se resolver de fato o problema da fome.

Em diversos estudos, o conceito de segurança alimentar e nutricional aparece com dois elementos distintos e complementares: 1) o acesso aos alimentos necessários 2) conhecimento sobre suas formas de preparo, aspectos nutricionais, culturais e socioambientais. Esta definição coloca o conceito de segurança alimentar na necessária incorporação de dimensões como da produção agrícola, acesso, abastecimento, qualidade e nutrientes e acesso a uma melhor qualidade de vida ligada à higiene, saneamento básico, moradia e acesso à terra. Considerando a insegurança alimentar e nutricional como:

Falta de alimento (não ter o que comer), a carência de determinados nutrientes (ferro e vitamina A pela baixa ingestão de carnes e legumes), o consumo de alimentos contaminados (agrotóxicos) ou deteriorados (estocados por longos períodos aguardando o melhor preço de mercado), o consumo de alimentos quimicamente preparados (enlatados e embutidos, cheio de sal e açúcar, como xarope de milho) e geneticamente modificados (soja, milho transgênico), o acúmulo de substâncias nocivas no organismo (alumínio, bisfenol A), higiene sanitária (do meio, do manipulador, do consumidor), a falta de emprego e renda (instabilidade do mercado de trabalho e instabilidade econômica), desinformação nas escolhas alimentares (rotulagem; consumo excessivo de carboidrato e gordura, e baixo em proteína), modo de produção e distribuição de alimentos (produção > distribuição > consumo), elevando potencialmente os riscos à saúde e a vida (FERREIRA, 2010).

É comum fazermos uma ligação linear entre a fome e a questão da falta de alimentos, no entanto, pesquisa da FAO (2004) aponta que, em 2002, a média de consumo energético dos brasileiros era de 3.010 kcal por pessoa/dia, quando o recomendado, pela própria FAO, é de 2.300kcal por pessoa/dia, indicando que hoje produzimos comida suficiente para alimentar a população. Sabemos que a questão não é a produção de alimentos e sim o fato de que para ter acesso a ele é preciso comprá-lo e é por este motivo que quase a metade da população mundial sofre de carência alimentar, cerca de um milhão de fome crônica e dois milhões de subnutrição. A forte necessidade da segurança alimentar e nutricional tem levado a

uma verdadeira especulação por parte de governos e empresas alimentícias, o que nos leva a acreditar que temos a insegurança alimentar devido ao aumento dos preços dos alimentos, usos crescentes de alimentos na engorda de animais, pouco investimento na agricultura familiar, assim como nas pesquisas para o desenvolvimento agrícola para construção de uma soberania alimentícia. Soberania aqui entendida como autonomia para definir suas políticas, produção e consumo de acordo com a necessidade e cultura dos povos.

Na direção contrária à construção da soberania, os governos diminuíram o subsídio aos pequenos agricultores, dando prioridade ao setor privado como o agronegócio, acarretando no fato de que, segundo Sundaram (2012), muitos países pobres recorrem ao mercado mundial para compra de alimentos mais baratos aos invés deles mesmos incentivarem sua produção e ainda têm destinado suas culturas alimentícias cada vez mais para a produção de biocombustíveis.

Segundo Rocha (2006), no Brasil, os primeiros documentos sobre as políticas de combate à fome são de 1985, com a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar, pelo Ministério da Agricultura, cujo principal objetivo estava relacionado com a necessidade de se atingir a autossuficiência nacional da produção de alimentos e de resolver o problema da fome no território nacional. Com esta intenção, se cria pela primeira vez o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que desencadeou uma série de estudos que relacionaram, desde início, a assistência básica à saúde, aleitamento materno, cuidado com o lar e com os alimentos dentre outros às questões alimentares. Assim, se avança na definição de uma política nacional de alimentação e nutrição, através de portarias como a de número 710, de junho de 1999, fundada no direito humano à alimentação e nutrição.

O art. 5º da referida lei prevê que o Estado busque a soberania alimentar como um dos pressupostos da garantia da SAN, o que na realidade é contraditório frente à formulação da política macroeconômica do país, pela pouca ou nenhuma participação da área econômica nos espaços em que se definem as ações e programas que se configuram como sendo de segurança alimentar. Além disso, há um enfraquecimento dos Estados nacionais frente ao poderio dos grandes conglomerados do mercado agroalimentar mundial. Por fim, um dos desafios que estão postos para ser colocados em prática é o caráter eminentemente multidimensional, que é a intersetorialidade da política (BRIZABEL, 2013).

Textos oficiais do governo brasileiro (BRASIL, 2004) relacionam e até mesmo

definem a SAN como acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades, possibilitando práticas alimentares que respeitem as diversidades culturais, econômicas e que sejam socialmente sustentáveis. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é considerado como um instrumento importante na articulação entre o governo e a sociedade civil, na proposição de diretrizes para as ações na área de alimentação e nutrição. No entanto, cada momento histórico tem sido marcado por ações que até então tem dado respostas insuficiente para solução do problema.

No período da ditadura civil-militar de 1964, o debate do combate à fome foi marcado por retrocessos e negação, uma vez que no máximo se apresentavam intenções políticas pouco consolidadas de baratear os alimentos e negar a fome. Nas décadas seguintes, de retomada de um governo democrático de tintas neoliberais, vieram medidas de caráter administrativo, com privatizações e questões sociais marcadas por profundas desigualdades. Somente, em 2003, no início do governo Lula, houve uma institucionalização de uma política de governo, com a pressão dos movimentos sociais, que exigiam uma maior atenção ao combate à fome, posteriormente transformada em política de Estado (2010). Segundo Cadelha (2007), cria-se o Programa Fome Zero, definindo-se ações emergenciais voltadas para o atendimento dos segmentos vulneráveis da população, com o objetivo de superar a fome e a desnutrição que atinge grande número de brasileiros.

É notável a imensa dificuldade que o poder público tem de garantir o direito humano à alimentação e este estado de insegurança alimentar é fortalecido pelos próprios governos, a partir dos subsídios que fortalecem o domínio das grandes corporações do ramo alimentício. Essa prioridade dos governos ao modelo do agronegócio tem promovido a desertificação, grande uso de agrotóxicos e alimentos a base de transgênicos, colocando em risco a qualidade dos alimentos. Muitas organizações já se debruçam sobre alguns aspectos construídos para forjar um consenso em torno do agronegócio, no sentido de pensar a superação deste modo de produção, repensando desde o transporte de alimento em longas distâncias até o controle pelas redes de supermercados. Neste sentido, avalia-se que se faz necessária uma aproximação entre produtores e consumidores, dispensando atravessadores, fortalecendo os ciclos locais de comercialização dos alimentos promovendo uma oferta alimentar mais diversificada.

A segurança alimentar e nutricional não se realizará sem a construção de uma soberania alimentar, uma vez que a segurança alimentar se pauta em uma política muito mais de distribuição de alimentos do que em mudanças estruturais da produção deste alimento e suas características e circulação. Não podemos reduzir a condição do alimento ao da mercadoria, mas temos que entender também seu aspecto soberano, cultural e ambiental em parceria com os povos.

Muitos documentos trazem elementos importantes sobre estes aspectos e são bastante eloquentes, pois, na sua maioria, são frutos de debates de organizações da sociedade, como os conselhos que trabalham em prol do combate à fome e de organizações sociais que trazem esta superação como elemento primordial de suas ações e mesmo o governo do último período parece demonstrar ampliar sua compreensão sobre o problema a exemplo desta citação:

Aplicar uma política econômica com redistribuição de renda que privilegie o desenvolvimento e o crescimento econômico, negociando de forma soberana os acordos com os organismos financeiros internacionais, como premissa para existência de uma política nacional de SAN e do Direito Humano à Alimentação: o controle de câmbio para evitar a fuga de capitais; a imediata redução das taxas de juros para que haja investimentos na geração de emprego e renda, na produção industrial, na agricultura, na saúde, na educação, etc (BRASIL, 2004, p. 11).

Ferreira (2010, p. 42), afirma ser perceptível a preocupação com a sustentabilidade da produção de alimentos, a exigibilidade do Estado em garantir o cumprimento do direito humano à alimentação adequada de forma sistemática. No entanto, ainda há muito por fazer e face às profundas contradições e inconsistência das medidas, os movimentos sociais do campo se posicionam criticamente em torno das políticas públicas de segurança alimentar, demonstrando sua insuficiência em relação ao aprofundamento da crise alimentar. Os problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional, que atingem contingentes significativos de nossa população, ocorrem devido à desigualdade de acesso à alimentação adequada.

De acordo com dados coletados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2004), do IBGE, no Brasil há 72 milhões de pessoas (cerca de 40% da população) convivendo com alguma forma de insegurança alimentar. Dessas, 14 milhões (7,7% da população) estão em insegurança alimentar grave, ou seja, *passam fome*, e têm seu direito humano à alimentação adequada violado.

Como analisa a pesquisa:

A insegurança alimentar é percebida em seus vários níveis, desde a preocupação de que o alimento venha a acabar antes que haja dinheiro para comprar mais, o que configura uma dimensão psicológica da insegurança alimentar, passando, em seguida, pela insegurança relativa ao comprometimento da qualidade da dieta, porém ainda sem restrição quantitativa, até chegar ao ponto mais grave, que é a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição na disponibilidade de alimentos para seus membros (IBGE, PNAD, 2004, p.24).

Na pesquisa do PNDS, de 2008, investigou-se a segurança alimentar por meio da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), onde mais de 15 mil mulheres, com idade entre 15 e 49 anos, foram entrevistadas. A pesquisa foi realizada em 2006 e seus dados divulgados pelo Ministério da Saúde em 2008. Esse estudo mostrou que o acesso aos alimentos, em termos quantitativo e qualitativo, é desigual em relação às regiões do país: a insegurança alimentar grave foi observada em 4,8% dos domicílios, o que significa que seus moradores tiveram restrição quantitativa importante na sua alimentação nos três meses que antecederam a pesquisa, com prevalências mais altas no Norte (13%) e Nordeste (7%) (BRASIL, 2009, p. 266).

Stédile e Carvalho (2012, p. 716), afirmam que a partir de várias pesquisas e estudos é possível compreender o conceito de *segurança alimentar* como sendo “uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem”. No entanto, se faz bastante necessária uma reflexão em torno dos mecanismos adotados pelo governo para efetuar a política pública de combate à fome, pois estas ações se caracterizam mais por “distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do programa Bolsa Família” (STÉDILE; CARVALHO, 2012). Precisariíamos entender que não basta garantir a distribuição de alimentos, pois é importante uma preocupação com o onde e como estão sendo produzidos.

Assim, em perspectiva que se contrapõe ao conceito de *segurança alimentar*, os movimentos sociais vêm construindo, por dentro da luta social globalizada, o conceito de *soberania alimentar*. Neste sentido, as organizações camponesas

adotam como ponto de partida o enunciado de um princípio: “o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional” (STÉDILE e CARVALHO, 2012, p. 720). Nesta compreensão abordamos, no tópico seguinte, os argumentos, práticas e desdobramentos da luta por soberania alimentar.

2.4 Soberania Alimentar: enfrentamento do capital e autonomia camponesa

A busca pela construção da soberania alimentar é fundamentada em uma realidade concreta de fome e pobreza do Brasil e amparada por dados assustadores. O conceito de soberania alimentar é aqui apresentado “como o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação, respeitando as múltiplas características culturais dos povos” (FERREIRA, 2010, p. 42). O conceito também remete às relações internacionais como elemento importante para a definição política alimentar e de produção, respeitando as tradições de cada povo e país. Neste sentido é que a soberania alimentar deve ser compreendida por cada nação como elemento estratégico de seu desenvolvimento, pois, segundo Ferreira (2010, p. 43):

O desrespeito à soberania alimentar pode resultar na destruição dos sistemas nacionais de produção, distribuição e consumo de alimentos, modificando os hábitos alimentares das populações nacionais e gerando sua dependência por alimentos disponibilizados por grupos multinacionais e de países que exercem o controle das modernas tecnologias de alimentos.

Nesta pesquisa, ao examinarmos a construção do conceito de soberania alimentar, se levou em consideração a incorporação de novas formas de abordagem no próprio *fazer-se* dos movimentos sociais de base camponesa. Neste sentido, observados os contextos da luta social nos finais do século XX e entrada o novo milênio, novas estratégias políticas vão se esboçando. Exemplo disso é a incorporação em sua agenda de lutas e mobilizações do debate em torno da agroecologia, como contraponto à ofensiva do agronegócio.

Segundo Gabúr e Toná (2002), significativos debates, elaboração de cartilhas e a temática inserida nas lutas do dia a dia de vários movimentos sociais

camponeses, já tem difundido um novo vocabulário. Estes sinais são observados, por exemplo, nas periódicas Jornadas de Agroecologia, tendo como eixo de debate do lema “Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos”, realizadas no Paraná, desde 2002. De tal modo, o debate em torno da agroecologia, como parte da reflexão sobre as sementes e a autonomia camponesa, proposto pelas organizações da Via Campesina, traz significativas contribuições do ponto de vista da estratégia política. Assim, a agroecologia é incorporada ao debate como inerente à luta por soberania alimentar e energética.

Pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida (Via Campesina e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2006), sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana (GABÚR e TONÁ, 2002, p. 64).

Carvalho e Costa (2012), colocam como elemento básico desta problemática dificuldades políticas de acesso à terra, várias formas de pressão e repressão para a sua subalternização às empresas capitalistas, exploração continuada da renda familiar por diversas frações do capital, indução direta e indireta para a adoção de um modelo de redução e tecnológico que lhes era e é desfavorável e a desqualificação preconceituosa e ideológica dos camponeses, sempre considerados retrógrados em sua forma de fazer agricultura.

Os estudiosos da soberania alimentar, também nos apresentam, em perspectiva histórica, como se vai construindo este conceito e, neste sentido, a articulação da unidade em luta das organizações camponesas como ótica privilegiada para entender os debates em torno desta elaboração, ao reunir diversas contribuições. Como exemplo, Stédile e Carvalho (2012) se referem à Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba, na Bolívia, em abril de 2010, como um destes momentos em que avança, do ponto vista formal, o significado da soberania alimentar na América do Sul, em que foram incorporado vários elementos, como: autonomia camponesa, controle das sementes, garantia de acesso aos alimentos, fortalecimento da produção em vista da cultura local. Naquela conferência também se deu significativo passo, quando da incorporação de *novas visões e conceituações* relativas ao território, à natureza, às etnias, à visão feminina do mundo, como se percebe pelos

citados autores:

[Em 2010, na Bolívia] foi ratificado que a soberania alimentar se refere ao direito dos povos de controlar suas próprias sementes, terras e água, garantindo, por meio de uma produção local e culturalmente apropriada, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos, em complementação com a Mãe Terra, e aprofundando a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo. Nessa proposta, foram afirmadas novas visões e conceituações (...) em consonância com os direitos dos povos de controlar seus territórios, seus recursos naturais, sua fertilidade, sua reprodução social e a integração entre etnias e povos de acordo com interesses comuns, e não apenas determinados pelo comércio e o lucro. E há também uma influência na construção do conceito da visão feminina do mundo, baseada na fertilidade e na reprodução social da humanidade em condições igualitárias e justas (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p.722).

Como afirmamos na abertura deste tópico de nosso trabalho, a soberania alimentar, como construção de um paradigma por dentro da luta social das organizações camponesas, se afirma como *mais do que um conceito*. Em sendo assim, ao se propor para além de um conceito operativo, em disputa com o conceito de *segurança alimentar*, amplia-se sua noção, pois:

Trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não respondem a uma definição acadêmica, mas emergem de um processo coletivo de construção, um processo participativo, popular e progressivo que foi se enriquecendo em seus conteúdos como resultado de um conjunto de debates e discussões políticas iniciadas no próprio processo de conformação da instância que abriga as organizações camponesas críticas das atuais políticas agrárias liberalizadoras e de alimentação (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p.721).

É neste sentido que se constitui indispensável compreender os sistemas de acesso aos alimentos para além da via mercadológica, pois o modo de vida camponês, ao se colocar no enfrentamento do capital, mostra que a sua lógica para uma vida melhor é mais eficaz do que a perspectiva do capital no campo. Desta forma, proporciona condições efetivas de resistência e manutenção da sua estrutura, mesmo parcialmente inseridos no mercado, mas sem perder a essência de sua produção para o autoconsumo, tendo a família como núcleo central de organização do trabalho e a construção de sua autonomia, como afirmado abaixo:

A lógica camponesa nega quem lhe nega, ou seja, nega a reprodução ampliada do capital que na sua dinâmica reprodutiva nega o campesinato [...] É fundamental, portanto, que se afirme a racionalidade camponesa que tem como centralidade a reprodução social da família (negando a lógica do capital que se baseia no lucro) (CARVALHO, 2010, p.6).

Podemos observar que reside na organização do trabalho e na estrutura camponesa a possibilidade da garantia da soberania alimentar e os movimentos sociais do campo, através de suas estratégias e ações, são portadores dessa condição.

As estratégias agroalimentares de comunidades camponesas articulam, portanto, três esferas fundamentais para a garantia da alimentação: acesso à terra e à água, os simbolismos dos saberes e práticas tradicionais e a identidade do grupo a que pertence. No entanto, a relação estabelecida com a natureza está para além de um meio de subsistência. É preciso observar a relação do camponês com a terra como sendo essa a condição necessária para o acesso ao alimento e sua capacidade de garantir a reprodução social e cultural dos grupos familiares e suas comunidades, fator importante não só para quem vive no campo, mas também para as populações urbanas. Dessa forma, é preciso ressaltar o campo como possibilidade de uma relação homem/natureza permeada por relações de reciprocidade e que possuem, nas práticas de produção dos alimentos, um dos mecanismos de formação da identidade e da cultura dos grupos.

De acordo com Campos e Campos (2007), para a Via Campesina, a questão alimentar até então abordada se preocupava apenas em garantir alimentos, sem se importar com o onde e como são produzidos, o que, em última análise, favoreceria a lógica do agronegócio, contribuindo para inviabilizar a agricultura camponesa e seu modo de vida. Assim, no Fórum Mundial sobre soberania alimentar, realizado em Havana, em 2001, a partir de discussões que incidiram sobre o modo de produção de alimentos e de fazer agricultura hegemônico, declarou que:

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses,

indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Tal diferença central não se atém apenas ao diagnóstico, mas no sujeito de ação transformadora da realidade, uma vez que para a segurança alimentar este sujeito é o Estado e para a soberania alimentar são os camponeses, em seus usos da função social da terra para produção de alimentos saudáveis em sua luta na sociedade. Estes sujeitos teriam, inclusive, o papel de pressionar pela definição e efetividade de políticas públicas baseadas em diretivas que não sejam orientadas pelas exigências do mercado capitalista, mas soberanas e autônomas, afirmando a compreensão do sentido sociocultural da alimentação.

2.5 Fome, Desnutrição e Pobreza: novas faces do colonialismo

Neste contexto é fundamental entender que ao enfrentarmos, neste trabalho, o debate e o entendimento sobre a soberania alimentar, nos remetemos a um dos mais graves problemas socioeconômicos do tempo presente – a fome, questão social associada e decorrente dos problemas estruturais da questão agrária e do modelo vigente de reprodução da ordem do capital. Neste caso, destacamos ainda, enquanto causas ampliadas da permanência da fome no mundo, a ausência da disseminação de conhecimentos relacionados às técnicas de produção, as disputas e perdas dos territórios mais férteis e a ocorrência de fenômenos como as secas e catástrofes ambientais, dizimando os pobres. A ocorrência da fome formalmente se apoia nas seguintes variáveis:

a) baixo conhecimento de técnicas de produção de alimentos mais produtivas; b) disputa e perda dos territórios mais férteis, aptos para a produção de alimentos; c) ocorrência de fenômenos naturais que destroem colheitas e fontes naturais de alimentos; d) epidemias que atingem grande parte da população e impedem a produção de alimentos; e e) ocorrência de guerras generalizadas que não apenas mobilizam os trabalhadores, mas também inutilizam as áreas agricultáveis (STÉDILE e CARVALHO, 2012, p. 716).

A esta explicação formal, agrega-se a identificação das causas da fome, “no controle da produção e da distribuição dos alimentos e na renda auferida pelas pessoas”.

A tese clássica de Josué de Castro (1946) nos defronta com uma das análises mais profundas sobre a questão aqui estudada, considerando que “a fome e a desnutrição não é uma ocorrência natural, mas o resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si” (CASTRO, 1946, *apud*. STÉDILE e CARVALHO, 2012, p. 720). Assim, a relação de produção fundamentada no modo de produção capitalista tem como objetivo o lucro a partir da produtividade, do comércio e da exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais, desconsiderando plenamente o direito à qualidade de vida dos sujeitos do campo e da cidade.

Tendo como fundamento as leis do lucro e da acumulação capitalista, a “solução” dos problemas relacionados à fome, à desnutrição e a pobreza são submetidos a uma determinada lógica: os governos comprem alimentos de grandes empresas e sua distribuição é feita como parte de políticas compensatórias, incapazes, portanto, de gerar mecanismos públicos que favoreçam mudanças estruturais desde a produção, inclusão e distribuição dos alimentos.

Aqui se abre um parêntese para situar as teses de Josué de Castro no contexto das décadas de 1960 e 1970, quando foram combatidas no cenário dos embates ideológicos no período da Guerra Fria. Naquele momento, ao pensamento de Josué de Castro, se contrapõem a elaboração desde o governo dos Estados Unidos, defendendo “que o problema da fome era causado pela baixa produtividade física das lavouras” (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 720). Com base neste ponto de partida, a solução apresentada como panaceia ao problema da fome consistia na difusão de:

Novas técnicas de produção agrícola baseadas no modelo de agroquímicos, com uso intensivo de adubos químicos, venenos agrícolas e mecanização agrícola. Esse pacote tecnológico foi chamado Revolução Verde, pois o aumento da produtividade física das lavouras eliminaria a fome e seria combatida a proposta da “Revolução Vermelha” defendida pelas ideias socialistas (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p.718).

De acordo com João Pedro Stédile (2009), em palestra na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo:

[...] há uma tendência geral pelo controle oligopolizado mundial da produção, processamento e distribuição de alimentos tendendo a surgir novas formas de colonialismo baseados na elevada predisposição para permissividade na presença do capital estrangeiro com fusão entre

empresas e apropriação de terra (notas pessoais).

Afirmando essa mesma tendência, Ziegler (2004), nos adverte acerca dos processos especulativos que envolvem a comercialização dos produtos alimentares em escala internacional. O mesmo autor nos chama atenção também quanto aos problemas advindos das supostas soluções adotadas com vistas a mudança de parâmetros das políticas para a agricultura por parte das agências especulativas:

Uma das principais causas da fome e da desnutrição de milhões de seres humanos é a especulação, que sobrevêm, sobretudo, da Chicago Commodity Stock Exchange (Bolsa das matérias primas agrícolas de Chicago), onde são estabelecidos os preços de quase todos os produtos alimentícios do mundo (...). Para resolver a crise alguns sugerem as seguintes soluções: regulação da especulação... em vetar de modo absoluto a transformação dos produtos agrícolas em biocarburantes... uma outra poderia ser que as instituições como Bretton Woods e a OMC poderiam mudar os parâmetros de sua política na agricultura e dar prioridade absoluta aos investimentos nos produtos de primeira necessidade e na produção local, incluindo sistemas de irrigação, infraestrutura, sementes, pesticidas, etc. Trata-se, pois, de um problema de coerência. Muitos países que fazem parte da International Convention on Economic, Social and Cultural Rights (Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) são também membros das instituições Bretton Woods e OMC [...] (ZIEGLER, 2004).

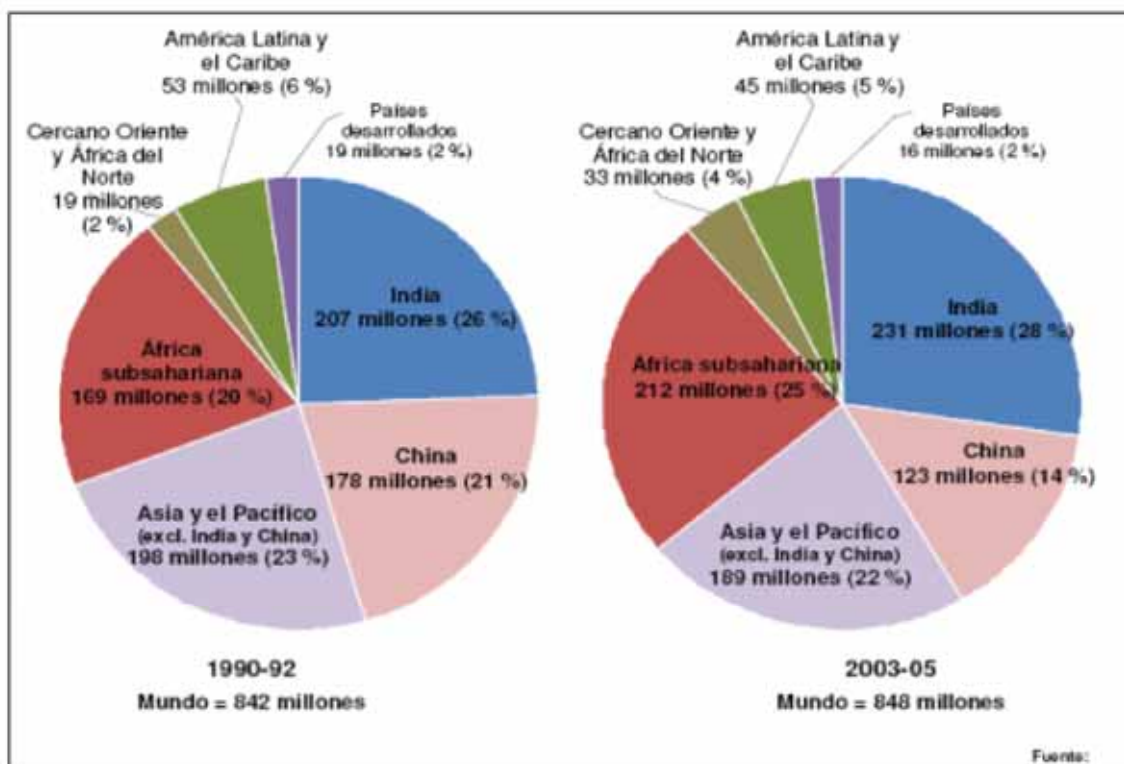
Muito se tem discutido sobre a fome no mundo. Embora estejamos em um estágio na humanidade em que a fome poderia ser eliminada do planeta, os índices permanecem dramáticos: mais de um bilhão de pessoas passam fome no mundo, segundo dados da FAO/ONU. Tais dados afirmam que não há escassez de alimentos, como ocorreu em outros períodos históricos, mas trata-se de acesso à alimentação. Em recente palestra no Brasil, Ziegler (2013) afirma, de modo contundente, que o problema da fome deve ser por nós observado como a mais grave violação de direitos fundamentais:

Que o direito à alimentação é o direito fundamental mais brutalmente violado. A fome é o que mais mata no planeta. A cada ano, 70 milhões de pessoas morrem. Destas, 18 milhões morrem de fome. A cada 5 segundos, uma criança no mundo morre de fome. Que é a primeira vez que a humanidade tem condições efetivas de atender às necessidades básicas de todos. Depois do fim da Guerra Fria, mais especificamente em 1991, a produção capitalista aumentou muito, chegando a dobrar em 2002. Ao mesmo tempo, essa produção seguiu um processo de monopolização das riquezas. Hoje, 52,8% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial está nas mãos de empresas multinacionais (ZIEGLER, 2013).

É de se notar o uso político e econômico da fome, e como a concentração de

capitais colabora para o agravamento do problema, ao observarmos que nas regiões onde houve um aumento de preço de alimentos, consequentemente houve o aumento da quantidade de pessoas famintas e desnutridas, conforme mostra o gráfico abaixo, aumentando o risco de morte. Segundo dados da OMS, a fome segue sendo o problema número um na lista dos dez maiores riscos à saúde, por outro lado, a própria FAO sugere que a fome é o maior problema solucionável do mundo. Como resolver essa equação contraditória, se os próprios organismos internacionais como FAO e OMS reconhecem a fome como um dos maiores problemas da humanidade e, ao mesmo tempo reconhecem a existência de soluções possíveis?

Figura 03 – Alimentos e subnutrição



Neste sentido, não basta reconhecer que há fome no mundo, como indica a FAO (2012), mas é preciso assinalar as verdadeiras causas do fato dramático da existência de cerca de 870 milhões de pessoas que não têm o necessário para comer e levar uma vida saudável. Isto significa, que um em cada oito habitantes do globo, todos os dias, passa fome. É preciso compreender o que nos leva a essa situação, portanto, a análise do tema deve considerar a perspectiva dos movimentos

sociais do campo, no entendimento das possibilidades alternativas à eliminação da fome no mundo, ou seja, como diria Ziegler (*op. cit.*), é preciso inclusive situar o tema da permanência da fome como uma luta pela afirmação dos direitos fundamentais da humanidade.

Diante desse quadro, os movimentos camponeses do mundo, articulados em sua organização internacional La Via Campesina, desencadearam uma luta contra a fome no mundo, tendo como eixo central a defesa da vida, a partir do exercício do direito de todos às possibilidades de acesso e partilha dos alimentos sadios e produzidos pela agricultura camponesa. Tal perspectiva define *a priori* que alimento não é mercadoria, ao contrário, é condição indispensável para cada indivíduo produzir e reproduzir sua existência.

Tendo como base essa definição, os movimentos sociais propõem-se contrapor o debate em torno do conceito de segurança alimentar defendido pela FAO em suas campanhas contra a fome no mundo. Este conceito foi incorporado pela FAO a partir da ação de organizações não governamentais (ONGs) preocupadas com o tema da fome no mundo, principalmente na África e América Latina. A maioria das ONGs se caracteriza pelo desenvolvimento de ação paliativa, uma ajuda humanitária, que minimize o problema, sem soluções estruturais, reforçando a permanência e até agudizando o problema da fome em escala global. Ilustrativo desta afirmação é a observação dos indicadores sociais que revelam, por exemplo, o retorno das doenças e outras mazelas sociais que decorrem diretamente da fome no mundo.

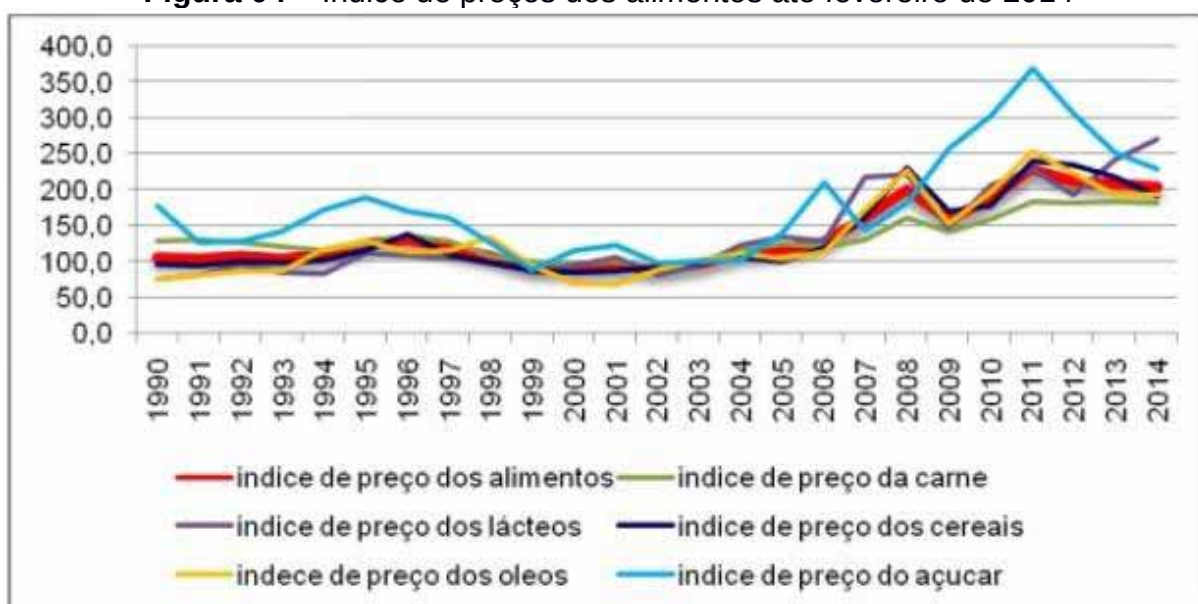
Desta forma, o conceito de segurança alimentar é debatido e formulado levando em conta a questão da fome e desnutrição no mundo, de modo a atenuar o problema, sem com isso atentar para a criação de mecanismos efetivos que possibilitem aos indivíduos, o acesso a uma alimentação de qualidade. A partir das décadas de 1980 e 1990, essas campanhas se multiplicaram, e a FAO subsidiaria as ditas ações humanitárias de várias ONGs na África, América Latina e na Ásia. Essas campanhas, adotando o lema “A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada”, não modificaram os índices da fome no mundo: 57 mil pessoas morrem de fome por dia e, somente no ano de 2012, 70 milhões de pessoas morreram, sendo que 18 milhões morreram de fome.

Os alimentos são condições fundamentais para a autonomia dos povos, por isso, não podem estar submetidos aos interesses econômicos e de livre comércio

entre os países. Agricultores e agricultoras, agroextrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais, precisam decidir o que e como cultivar. Ao mesmo tempo, é dever do poder público proteger, prover, informar, monitorar e garantir a realização destas práticas.

Em suma, a especulação nas bolsas de futuro, transforma a fome do mundo em fonte de lucro do capital financeiro. Neste ponto, o pesquisador Jorge Romano (2012) chama a atenção para o fato de que “as apostas” dos investidores estão cada vez mais “ousadas”, dirigindo os investimentos para a formação de estoques de terra, depósitos, silos, equipamentos tendo como consequência desse processo a elevação dos preços dos alimentos. Dados da FAO, lançados já em 2014, apresentam a variação média internacional dos preços dos alimentos como mostra o gráfico I (abaixo), informações construídas a partir dos preços de uma cesta de commodities alimentares. Esses dados apresenta a média de cinco índices de preços de commodities (carne, lácteos, grãos, óleos vegetais e açúcar).

Figura 04 – Índice de preços dos alimentos até fevereiro de 2014



Fonte: FAO, 2014.

Conforme os dados FAO, o preço do cereal registrou um aumento de 6,8 pontos, ou 3,6 por cento, face ao mês anterior e com o aumento mais forte registrado desde julho de 2012. O salto no preço observado reflete principalmente as preocupações com culturas de trigo nos Estados Unidos, e uma demanda rápida por grãos grosseiros, tanto para alimentação animal como para produção de biocombustíveis. Aconteceu também a elevação nos preços arroz. Os preços dos

cereais permanecem, em geral, 18,8% abaixo do seu nível, em fevereiro de 2013, um sinal claro de que a situação da oferta/demanda mundial diminuiu consideravelmente em relação ao ano anterior.

Os produtos lácteos apresentaram um aumento de 7,7 pontos, ou 2,9 por cento, em relação a janeiro. A demanda de todos os produtos lácteos permanece firme, especialmente no Norte da África, Oriente Médio e Rússia. Em ritmo contrário a oferta foi reduzida, fato que levou a consequentemente elevação dos preços, com o índice estando atualmente 31,3% acima de seu nível em Fevereiro de 2013.

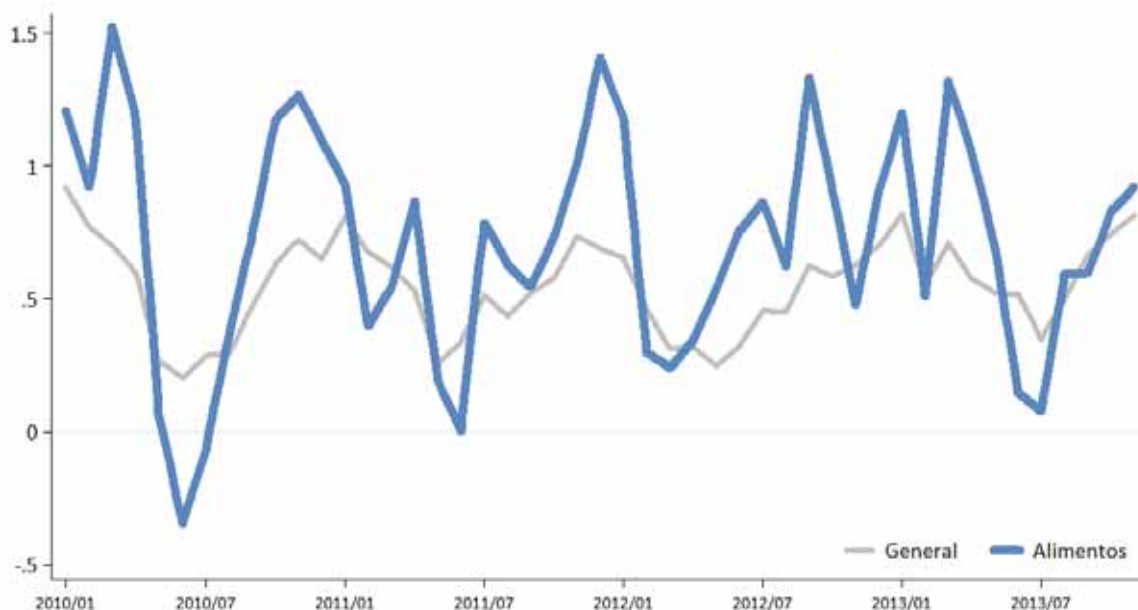
O índice de preços da carne ficou com média de 182,6 pontos em fevereiro de 2014, apenas 0,5 pontos abaixo do seu nível de janeiro. Em geral, os preços pouco mudaram para as várias categorias de carne. Olhando para as tendências de mais longo prazo, em comparação com fevereiro de 2013, a redução do custo de alimentação tem contribuído para algum declínio nos preços de aves e carne de porco. Por outro lado, para o mesmo período, os preços da carne bovina estão quase no mesmo nível, enquanto bens de exportação limitados emprestaram apoio aos preços da carne de ovinos.

O óleo vegetal apresenta índice de preços médio de 197,8 pontos em fevereiro, até o máximo de 9,2 pontos (ou 4,9 por cento) a partir de janeiro, sustentado principalmente pelos preços mais firmes para o óleo de palma e óleo de soja. A força do mercado de óleo de palma reflete, principalmente, as preocupações com tempo seco em algumas das principais áreas de produção no sudeste asiático, juntamente com demanda aquecida em todo o mundo, incluindo produtores de biodiesel. Quanto ao óleo de soja, as cotações subiram em função do clima desfavorável na América do Sul, fato que impactou negativamente as culturas de soja.

O açúcar sofreu um aumento de 13,7 pontos, ou 6,2 por cento, a partir de janeiro. Depois de uma queda de três meses, o preço do açúcar se recuperou no final de fevereiro, solicitado por preocupações de danos às culturas de clima seco no Brasil, e previsões recentes apontam para uma queda potencial de produção na Índia.

Na América Latina o preço dos alimentos também sofreu aumento, com oscilação superior à inflação geral, como mostra o gráfico abaixo (figura 05).

Figura 05 – Gráfico da Inflação mensal na América Latina e Caribe* 2010-2013**



*Média a partir de 09 Países que representa 90% do PIB Regional.

** Variação em porcentagem.

O gráfico nos mostra claramente como a inflação dos alimentos é superior à inflação geral e as causas principais. Relacionando quem comanda o mercado dos alimentos e sua circulação, seria possível reverter esse quadro se houvesse mais investimento na produção e circulação de alimentos desde o local. Desta forma a falta de acesso aos alimentos fica condicionada a ter dinheiro para comprar.

2.6 Soberania Alimentar: elemento de organização, luta e resistência

Enquanto o imperialismo, a partir da década de 1990, intensifica uma forte ofensiva de dominação do campo e da produção agromineral, desde a consolidação das políticas neoliberais, os povos originários e os camponeses do continente latino-americano iniciam, em suas organizações, novas formas de lutas e resistências. Esse enfrentamento marca toda a década de 1990 e entra pelo século XXI.

Los “nuevos” movimientos que protagonizaron el ciclo de resistencias sociales al neoliberalismo y cuyas acciones resultaron decisivas en la crisis de legitimidad que agrietaron los cimientos de la ciudadela neoliberal, se constituyeron con capacidad de articulación y peso nacional en un recorrido que iba de las periferias de los grandes latifundios y urbes a los centros del poder político y económico. Desposeídos o amenazados por la expropiación de sus tierras, trabajo y condiciones de vida, muchas de estas organizaciones se constituían en la identificación política de su desposesión (los sin tierra, sin trabajo, sin techo), de las condiciones sobre las que se erigía la opresión (los pueblos originarios) o de la lógica comunitaria de vida

amenazada (los movimientos de pobladores, las asambleas ciudadanas). En el ciclo de resistencia al neoliberalismo se entrecruzaban y a veces convergían con otros sujetos urbanos donde también nuevos procesos de organización tenían lugar, los trabajadores -especialmente los del sector público y los precarizados-, los estudiantes y jóvenes, los sectores medios empobrecidos (SEOANE, 2008, p. 28).

Com o processo de internacionalização e integração às economias mundiais, a América Latina sofre uma profunda deterioração da sua frágil soberania e autonomia, resultado do controle dos setores mais dinâmicos da economia pelo capital internacional. O impacto danoso às economias nacionais se aprofunda a partir da privatização de várias empresas estatais, da crescente desarticulação da produção nacional e da eliminação de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, provocando o aumento da pobreza no campo e nas cidades.

Em 1996, com a realização da Cúpula Mundial sobre Alimentação, em Roma, a Via Campesina propôs alternativas ao problema da fome, da pobreza e da marginalização no mundo. Importante ressaltar, conforme a pesquisa nos documentos internos da Via Campesina e jornais do período, que as mulheres da Via Campesina tiveram um papel determinante na crítica à segurança alimentar e na construção de um novo conceito, o de soberania alimentar, gestado a partir das lutas camponesas e baseado nos princípios e na ética da luta social anticapitalista. A principal crítica dos movimentos camponeses nessa Conferência reside no argumento político e ético de que os alimentos não devem ser tratados como um grande e lucrativo negócio. As deliberações da referida Cúpula reafirmaram que a soberania alimentar é uma necessidade dos povos e está garantida como direito à alimentação, um direito humano básico, como parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, proclamada em 1944: “Todas as pessoas têm direito a uma boa nutrição como condição *sine qua non* para um desenvolvimento pleno, físico e mental” (ONU, 1944, artigo 25).

No sentido de dar consequência à elaboração crítica dos pressupostos da soberania alimentar, a Via Campesina define um conjunto de medidas necessárias, como: a realização da reforma agrária e o controle popular da produção dos alimentos, que produziria comida saudável, alimentando a diversidade e se contrapondo ao papel do mercado internacional em ditar as políticas agrícolas nacionais. Importa destacar que, na contramão desta concepção, a construção do conceito de segurança alimentar adota como base o acesso aos alimentos apenas

pela via do lucro e da especulação. Neste caso, a política de abastecimento, a capacidade de beneficiamento e distribuição à macroeconomia mundial têm suas raízes fincadas nos mercados oligopolistas. Peet (2007), em sua abordagem acerca da relação estabelecida entre estas entidades, identifica uma “Trindade Profana”, anotando o papel subordinado da FAO como órgão da ONU e auxiliar especializado do Banco Mundial.

No entanto, para analisar as dimensões da alimentação humana, é imprescindível compreender os sistemas de acesso aos alimentos para além da via imposta pelo mercado internacional, tornando-se fundamental para este estudo analisar as estratégias de construção da luta por soberania alimentar, a partir da concepção dos camponeses organizados. Este manejo agroalimentar dos ambientes está envolto em uma dimensão que determina e é determinante desde a cultura e identidade dos povos do campo, condição inerente à garantia de produção, acesso e consumo de alimentos não apenas para os camponeses.

Em 2007, no Fórum sobre soberania alimentar, no Mali, em entrevista a Sebastian Valdomir, (REDES - Amigos da Terra - Uruguai), João Pedro Stédile aponta com precisão os avanços do conceito de soberania alimentar, na perspectiva da Via Campesina:

Existia uma concepção genérica de soberania alimentar como direito dos povos a produzir seus próprios alimentos. Acrescentamos que é também um dever. Porque toda a população que deseja ser livre e autônoma tem a obrigação de produzir seus próprios alimentos. Portanto, é mais do que um direito, é uma determinação, uma condição política. Por isso, nós passamos a aplicar este conceito em todos os espaços territoriais: países, regiões, cidades e comunidades rurais. Outro avanço foi o entendimento de que a soberania alimentar somente será possível se acontecer em paralelo com a soberania política dos povos que precisam ter condições políticas para exercer a autonomia dos seus territórios e sobre o Estado, para que este possa aplicar políticas que gerem autonomia na produção de alimentos. Por último, acredito que avançamos no conceito de destacar a necessidade de se utilizar técnicas agrícolas que respeitem o meio ambiente, agroecológicas, ou seja, que aumentem a produtividade e autonomia da produção de alimentos mas de uma forma sustentável, preservando a natureza para as futuras gerações e produzindo alimentos saudáveis. Por fim, o Fórum está dando resultados concretos, articulando atores sociais e deixando um conceito coletivo muito mais amplo do que tínhamos até agora sobre soberania alimentar (STÉDILE, 2007).

No citado Fórum de Malí, a declaração elaborada aponta no sentido não apenas de conceituar o princípio da soberania alimentar, em sua qualidade de direito, mas reivindica que os sujeitos da produção, distribuição e consumo dos

alimentos sejam considerados acima das exigências do mercado e dos conglomerados transnacionais. Aponta também um sentido de futuro, enfatizando as estratégias de resistências com vistas ao desmantelamento do comércio corporativo. Além disso, a referida declaração insiste na diferença substantiva que marca a soberania alimentar em contraposição à segurança alimentar, como caminho possível de garantia dos direitos fundamentais de acesso e gestão da terra, dos territórios, das águas, das sementes, dos animais e da biodiversidade. O documento em análise afirma como princípio que a soberania alimentar se realiza como construção de novas relações sociais sem a opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos e gerações. Como se pode perceber no texto da declaração:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. Nos oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual, e para *encauzar* os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentícia, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade meio ambiente, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garanta que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzimos os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY – FORO MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

Assim, a soberania alimentar caracterizada, sobretudo, por uma produção diversificada, uma produção descentralizada, passa por mudanças estruturais necessárias como a do amplo direito à terra, a reforma na estrutura agrária, a valorização da relação com a natureza, numa perspectiva de apropriação das tecnologias, visando a diminuição da penosidade do trabalho e o respeito ao meio ambiente.

Deste modo, o que era um objetivo baseado na prática e na relação histórica dos camponeses com a terra, se constitui para além de um conceito, se tornando um

princípio e uma bandeira de luta política, que busca fortalecer a lógica da produção camponesa, a preservação das sementes crioulas e uma árdua luta contra o modelo de produção do agronegócio e do uso de agrotóxicos, que põe em risco a saúde dos alimentos – não basta a destruição física e psicológica de milhares que passam fome, agora também se mata todo dia pela ingestão do veneno.

Para além do acesso aos alimentos e das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais: o fortalecimento das práticas da agricultura camponesa, a preservação da biodiversidade e da autodeterminação, no sentido de definir o que, o como deve se dar a dieta alimentar dos povos. Proposto pelos movimentos sociais do campo, especialmente pela Via Campesina, o conceito de soberania alimentar, como se vê neste trabalho, surge como um posicionamento crítico ao viés neoliberal do conceito de segurança alimentar, expresso nas políticas públicas destinadas ao suposto combate à fome e à desnutrição crônicas.

A soberania alimentar ainda atualiza o debate sobre a questão agrária e o capitalismo agrário. Com seu pioneirismo, a Via Campesina coloca ao campesinato uma grande responsabilidade, desenvolver políticas que defendam a soberania camponesa. Isso significa expandir ideias, ou seja, territórios imateriais e territórios materiais, configurados em terras produtoras de alimentos saudáveis. A proposta da soberania alimentar reorganiza o comércio local e mundial, coloca em questão a viabilidade do modelo do agronegócio e ao defender o alimento, defende o território em que se produz o alimento (FERNANDES, 2008, p.15).

2.7 Soberania Alimentar (*versus*) Segurança Alimentar

Neste passo, João Pedro Stédile, nos propõe a questão: em face de evidência de tal magnitude, qual é a solução? Entendemos que aqui se situa a ultrapassagem teórico-prática da perspectiva da segurança alimentar em direção à soberania alimentar. Ou como expresso em Peter Rosset (2008), para quem é pensado este projeto?

O único paradigma alternativo para evitar futuras crises de alimentos é a soberania alimentar. A soberania alimentar inclui a proteção aos mercados nacionais de alimentos dos mercados internacionais (incluindo os de capital especulativo e concorrência desleal); a reconstrução da capacidade nacional de produção de alimentos da agricultura familiar e do campesinato, via reforma agrária, garantia de

preço, créditos e outros mecanismos; o bloqueio do controle monopolista por corporações transnacionais sobre nossos sistemas alimentares; restauração do setor público de reserva de grãos; e o uso de práticas de plantio baseadas em agroecologia que restaurem a terra degradada e construam a futura capacidade produtiva de nossos solos (ROSSET, 2008). Isto exige, em primeiro lugar, repor em escala global a compreensão do alimento como direito de sobrevivência e reprodução, sem os condicionantes da lógica do mercado. Tal compreensão dirige sua crítica aos governos e seu modo de adoção do conceito de segurança alimentar.

Ora, se os defensores do conceito entendem que já é um passo largo por parte dos governos suprir as carências alimentares dos ditos “vulneráveis sociais”, os movimentos sociais apontam para a insuficiência do conceito em seu ponto nevralgico, na medida em que deixa sem solução o problema da produção dos alimentos, sua distribuição e garantia de acesso. Logo, a questão não se apresenta na qualidade de direito, derivando seus pressupostos da lógica do capital e apresentando modos paliativos de “combate à fome”, o que, na prática, condena as amplas maiorias dos trabalhadores à subalternidade estrutural, pois *as pessoas seguem dependentes, subalternas, antes do mercado, agora dos governos*. Para João Pedro Stédile, afirmando a compreensão construída nos fóruns organizativos e a elaboração do MST e da Via Campesina, a questão fundamental reside em *como garantir a soberania alimentar dos povos*. Para tal, é preciso afirmar que o direito ao alimento ou o alimento como direito se articulam aos seguintes elementos: direito à terra, à água, à energia; a realização da reforma agrária; a soberania nacional e popular sobre os bens da natureza; a agroecologia como prática; as sementes como patrimônio da humanidade; a manutenção dos hábitos alimentares como cultura; acesso aos alimentos adequados como acesso à saúde pública; beneficiamento dos alimentos na forma cooperativa e práticas de comércio internacional baseadas na solidariedade, complementariedade e troca.

A construção do conceito/princípio/ética pela Via Campesina é pautada no controle sobre a produção de alimentos e sua distribuição seja retirado das corporações e retornado ao Estado por meio de políticas de desenvolvimento da agricultura em bases diferenciadas, como a agroecologia, produção regional diversificada e em pequena escala para os mercados locais (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 38).

Esta compreensão da Via Campesina acerca da soberania alimentar como um "direito fundamental de todos os povos, nações e Estados controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares, e a decidir suas políticas garantindo, a cada um, alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados", é afirmada em sua VI Conferência realizada em Jacarta, na Indonésia, em 2013. Nesta Conferência, a Via Campesina afirma também a agroecologia, como "produção de alimentos baseada na agricultura camponesa"; a rejeição à violência e à discriminação contra as mulheres; e a defesa da terra e dos territórios mediante "uma reforma agrária integral, único modo de garantir um futuro para os jovens do campo", como se vê nos documentos consultados nesta pesquisa. No entendimento de Francisca Rodríguez (2013), da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas do Chile e da Via Campesina, em entrevista concedida a Júlio Godoy (IPS), é preciso atentar para as questões centrais da soberania alimentar. Para ela, é preciso situar as sementes crioulas como um pilar fundamental, face às ações das multinacionais da agricultura química (roubo de sementes, agricultura transgênica, monopólio da terra, monocultivo, entre outras).

Para Francisca Rodriguez é preciso compreender a eliminação das sementes como um atentado aos camponeses e à humanidade, pois, ao se destruir essas variedades, reduz-se a biodiversidade, nos tiram riqueza alimentar e cultural mundial. Além disso, as multinacionais buscam vincular suas sementes a toda cadeia de produção agrícola, para dominá-la com seus insumos. As sementes têm muitos significados que unem a humanidade. Nelas há ciência, espiritualidade, sabedoria e tudo isso se esvai quando perdemos as sementes, inclusive o direito de continuar sendo camponês. Deste esforço de elaboração coletiva resultam diagnósticos e definições programáticas, como se pode observar do documento intitulado *Plataforma Política para a Agricultura Brasileira* (2010), cuja análise parte do entendimento acerca do crescente enfrentamento entre distintos modelos de produção na agricultura, por um lado o modelo do agronegócio e por outro o projeto da soberania alimentar. O modelo do agronegócio pode ser assim caracterizado: controle da produção agrícola, comercialização de insumos e sementes pelas grandes empresas e proprietários de terra; adoção do monocultivo extensivo, em grande escala, destruindo o ambiente e a saúde, pelo uso do veneno; adoção do monocultivo florestal, igualmente destrutivo da biodiversidade; desnacionalização da produção agrícola; eliminação das sementes nativas; desmatamento da floresta

amazônica e expansão da pecuária, soja, eucalipto e cana; exportação de madeira e minérios.

Ainda de acordo com o citado documento de denúncia, o modelo do agronegócio deve ser analisado em face das seguintes questões correlatas: exploração do trabalho escravo, do trabalho infantil e a super-exploração dos assalariados rurais; concentração da propriedade da terra, inclusive sua *estrangeirização* na faixa de fronteira; privatização da propriedade da água; privatização do direito de pesca; legalização da grilagem de áreas públicas; entre outras graves questões, que incidem diretamente nas questões da soberania nacional e soberania popular.

Definidas de modo sumário, o diagnóstico e a caracterização do modelo do agronegócio, a face antagônica ao projeto de soberania alimentar, o documento analisado sintetiza em grandes linhas um esboço programático para a agricultura no Brasil. Deste programa, sublinhamos os eixos fundantes que materializam o conceito de soberania alimentar: defesa de um programa agrícola e hídrico que priorize a soberania alimentar, a produção de alimentos saudáveis, a diversificação da agricultura, a reforma agrária; organização cooperativa da agroindústria; prioridade da policultura e produção camponesa; respeito ao ambiente e à agroecologia; combate ao uso de agrotóxicos; preservação das sementes nativas e melhoradas, entre outras diretrizes apontadas.

No sentido das políticas públicas para a agricultura, a citada *Plataforma* define aquelas que reforçariam a matriz da soberania alimentar, destacando como função do Estado as seguintes políticas públicas: produção de alimentos para o mercado interno; garantia de preços aos pequenos agricultores; crédito rural para investimento nos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas; pesquisas definidas a partir das necessidades dos camponeses e da produção de alimentos saudáveis; adequação da legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos.

Segundo a pesquisadora uruguaia Sílvia Alvarez, do grupo ETC, em entrevista ao jornal *Brasil de Fato* (12/07/2011), a raiz do problema da crise alimentar reside no modelo de concentração corporativa, ou seja, a vigência de “um modelo estrutural contra a soberania alimentar, onde os mais afetados são os países mais pobres”. Situando a questão em termos da destinação de grãos para a

produção de agrocombustíveis, a pesquisadora chama nossa atenção para a relação entre a alta do preço dos alimentos e o desvio de grãos para o agrocombustível:

Atualmente, os EUA, que são o maior produtor de milho no mundo, destinam 40% de sua produção para o etanol. O mesmo está passando com outros alimentos, já que os agrocombustíveis também se originam da soja, da cana-de-açúcar, do pinhão, da mamona. Aí existem dois fenômenos: as pessoas deixam de plantar o que plantavam para plantar para agrocombustíveis; e, além disso, ocupam terra, água, nutrientes, e fertilizantes - que não são um detalhe menor. Por exemplo, o preço dos fertilizantes que não são derivados do petróleo, são de extração mineira, subiu muitíssimo, porque se supõe que tem muito pouco potássio, fósforo e sódio. Isso também aumenta o preço dos alimentos (SÍLVIA ALVAREZ).

Em relação aos agrocombustíveis, João Pedro Stédile² entende como possível sua produção de modo mais equilibrado em relação ao meio ambiente e sem substituir os alimentos. Para ele, é preciso, neste caso, potencializar também o uso dos resíduos e a produção de energia:

Os resíduos da produção podem ser usados como fertilizantes ou alimento para o gado. Isso só pode ser feito se o agricultor destinar apenas uma parte de suas terras para a agroenergia, e ao mesmo tempo, construir pequenas usinas. Fazer de forma cooperativada, ser dono de uma micro-usina, que pode ser feita pelas cooperativas de metalúrgicos, o que seria, inclusive, um exercício de complementaridade. Assim, podemos produzir energia sustentável, que dê mais renda e cidadania. Temos que criar em cada município pólos de produção de energia para que o agricultor familiar não dependa mais da Petrobras. Se fizermos isso em todo o Brasil, vocês vão ver que o povo vai se apoderar. Não existe independência política e econômica sem soberania alimentar. Precisamos produzir nossa própria energia (STEDILE, 2008).

Ainda segundo a pesquisadora Sílvia Alvarez, outro fator a considerar em termos da crise alimentar diz respeito ao aumento da demanda por carne no mercado mundial, em que “a cifra mais conservadora diz que 40% de todos os cereais, de qualquer tipo que se produz no mundo, é destinado para a alimentação do gado”, o que implica em diminuição de território para a produção de alimentos para as pessoas. Em relação à concentração corporativa, a pesquisadora chama nossa atenção para os dados referentes aos altíssimos lucros das grandes corporações que dominam desde a semente até o supermercado.

Em relação à especulação financeira em torno dos alimentos, que gera fome

² Seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia, ocorrido em Maringá – PR, em 12/05/2008.

e carestia, Stronzake do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em entrevista ao IPS, (2010) feita por Gustavo Capdevila sustenta que:

As multinacionais tiram partido disto, jogam e especulam com a fome das pessoas e obtêm lucro. Para demonstrar isto, basta comparar entre os anos de queda dos preços dos alimentos e os gráficos de lucro das grandes empresas transnacionais. Por exemplo, entre 2004 e 2008, assistimos a uma série de choques, distúrbios, populações atacando supermercados em busca de alimentos e, ao mesmo tempo, alta nos preços da comida. Nesse período, os lucros da Syngenta, que é uma das maiores empresas do setor agrícola mundial, saltaram de US\$ 6 bilhões para US\$ 11 bilhões. Então, enquanto a fome castiga as populações, as companhias multinacionais embolsam os lucros.

Sua análise chama a atenção para a gravidade dos acordos implementados via a Organização Mundial do Comércio, que aprofundam a lógica do mercado e expõe a posição da Via Campesina, que em seus fóruns defende que este tipo de acordo não inclua os alimentos, pois estes: “Não pode ser considerada uma simples mercadoria. Toda a humanidade precisa de comida e devemos garantir um mínimo para todos independente de suas condições econômicas”. Stronzake (2010) observa ainda que políticas assistenciais, como cestas básicas e Bolsa Família, não resolveram o problema, já que a questão “passa pela necessidade de dar poder às pessoas a partir de sua própria comunidade para garantir e produzir alimentos. Esta é a soberania alimentar”. Observe-se aqui uma boa síntese da conceituação de soberania alimentar, acentuando o acesso ao alimento, a produção, a perspectiva da cultura local e a negação do mercado como motor da provisão de alimentos no mundo.

Expressando um ponto de vista construído nos movimentos sociais camponeses, Janaína Stronzake (2010) repõe o debate central acerca da capacidade de produção de alimentos no Brasil em vista do território disponível e afirma a reforma agrária como condição histórica aos propósitos da soberania alimentar:

Temos capacidade no mundo para produzir alimentos, e de qualidade, suficiente para todas as pessoas, sem recorrer a tecnologias duvidosas, como são os transgênicos. No Brasil, temos 120 milhões de hectares sem cultivar. Para produzir mais não é preciso tirar terra da Amazônia, desequilibrar o meio ambiente nem acabar com as florestas. Só é preciso fazer uma reforma agrária decente, adequada, que assegure condições para que os camponeses continuem produzindo.

No artigo, “A fome que dá lucro”, de 2010, o pesquisador Jorge Romano aborda também a especulação financeira junto ao mercado de alimentos, donde se depreende o funcionamento da equação capitalista: “Para os produtores, preços maiores. Para os investidores, a possibilidade de aumentarem os lucros. Para as bolsas, uma liquidez mais atraente. Para os pobres, simplesmente a fome”. Para o pesquisador, é preciso sublinhar o alerta disparado pelo Programa de Alimentos das Nações Unidas de que o enorme contingente de 854 milhões de pessoas que passam fome no mundo pode crescer em mais 100 milhões. Deste modo, alerta também para as variáveis que incidem sobre o crescimento da fome no mundo, a saber: o deslocamento dos camponeses em direção às cidades; a utilização de bens alimentares para a produção de agrocombustíveis; a redução dos estoques internacionais de trigo, milho e soja; além dos elementos estruturais aprofundados pelas políticas neoliberais.

Neste ponto, Jorge Romano chama nossa reflexão para os efeitos perversos de tais políticas e, apoiado em Peter Rosset, do Centro de Estudos para a Mudança no Campo Mexicano (Ceccam), afirma que as políticas de corte neoliberal “desmantelaram a capacidade da maioria dos países de produzirem o seu próprio alimento enquanto promoviam a agricultura de exportação e o crescimento das empresas transnacionais”. Sinalizando para a dimensão catastrófica do problema da financeirização da fome, sua pesquisa também se apoia na análise de Ladislau Dowbor, para destacar os principais elementos impulsionadores da perspectiva do alimento/mercadoria: a expansão da monocultura extensiva, as sementes caras e monopolizadas, os circuitos comerciais cartelizados, as tecnologias pesadas, a esterilização dos solos, a irrigação em grande escala, o esgotamento dos aquíferos, provocando “um círculo vicioso de desestruturação que ameaça o planeta” (ROMANO, 2010, p. 5). Buscando analisar a questão desde a contextualização econômica da agricultura mundial, João Pedro Stédile, no referido seminário de Maringá, aborda a questão sob o seguinte prisma:

Estamos em uma nova fase do capitalismo, na qual os setores mais dinâmicos de controle são os bancos e as grandes empresas transnacionais que controlam os ramos de produção em nível global. O neoliberalismo, em termos de modelo econômico, significa que agora as economias do mundo estão dirigidas pelos bancos e empresas, esse é o novo poder econômico dos capitalistas. (...) Isso provocou grande mudança, pois nos últimos 15

anos as empresas passaram a controlar toda a produção agrícola mundial. Atualmente, não mais que 40 empresas controlam toda a produção de sementes, de fertilizantes químicos e de grãos, além do comércio desses grãos e da agroindústria (transformadora dos produtos alimentícios), ao ponto que hoje o preço dos produtos agrícolas não é mais determinado por cada agricultor em cada país, mas determinado pelo controle monopólico que essas empresas fazem em nível internacional.

Alargando o debate em torno da articulação necessária entre os modelos de agricultura e a perspectiva da soberania alimentar, as reflexões propostas em João Pedro Stédile e Tomás Balduino (2008), atualizam algumas questões centrais para se pensar o Brasil em específico e em particular o grave problema de uma *nova geopolítica da fome*. Estes autores nos chamam a atenção para a atualidade das teses de Josué de Castro que, desde o meado do século XX, frente ao escandaloso contingente de famintos ao redor do mundo, proclamava seu desacordo com os argumentos falaciosos da fome como fatalidade, afirmando seu conteúdo social e histórico. Trata-se de observar que a aritmética da fome, dos 1960, salta de 80 milhões para 800 milhões e nos últimos dois anos:

Em função da substituição da produção de alimentos por agrocombustíveis, de acordo com a FAO, aumentou em mais 80 milhões o número de famintos. Ou seja, agora são 880 milhões. Nunca a propriedade da terra esteve tão concentrada e houve tantos migrantes camponeses saindo do interior e indo para as metrópoles e mudando de países pobres para a Europa e os Estados Unidos. Somente neste ano, a Europa prendeu e extraditou 200 mil imigrantes africanos, a maioria camponeses. Há oito milhões de trabalhadores agrícolas mexicanos nos Estados Unidos. Setenta países do hemisfério sul não conseguem mais alimentar seus povos e estão totalmente dependentes de importações agrícolas. Perderam a autossuficiência alimentar, perderam sua autonomia política e econômica (STEDILE; BAUDUINO, 2008, p.8).

Ainda segundo estes autores, trata-se, neste momento de crise alimentar e de aumento dos desterrados e da fome, de afirmar o princípio ético da soberania alimentar em contraponto às fórmulas paliativas da segurança alimentar, pois:

Cada povo e todos os povos devem ter o direito de produzir seus próprios alimentos. Isso se chama soberania alimentar. Não basta dar cesta básica, dar o peixe. Isso é a segurança alimentar, mas não é soberania alimentar. É preciso que o povo saiba pescar! No Brasil, com um território e condições climáticas tão propícias, não temos soberania alimentar. Importamos muitos alimentos, do exterior e entre as regiões do país. Mesmo em nossas "ricas" metrópoles, o povo depende de programas assistenciais do governo para se alimentar. A única forma é fortalecer a produção dos camponeses, dos pequenos e médios agricultores, que demandam muita mão-de-obra e têm conhecimento histórico acumulado (STEDILE; BAUDUINO, 2008, p.8).

Em se tratando dos conceitos recém-criados de *agronegócio* ou *agricultura patronal* e *agricultura familiar*, para nomear respectivamente a *agricultura capitalista* e a *agricultura camponesa*, os autores estudados compreendem tal operação conceitual como parte dos embates “entre os paradigmas nas posturas de retirar ou destacar o caráter de classe social no desenvolvimento territorial rural”, chamando nossa atenção à análise proposta em Ariovaldo Umbelino, tendo como dado empírico os censos agropecuários no Brasil.

Análises sobre as diferentes participações da agricultura camponesa e capitalista a partir dos censos agropecuários foram feitas pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira desde a década de 1980 para demonstrar a importante participação do campesinato no desenvolvimento do país (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012, p. 38).

Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em entrevista ao *Correio da Cidadania*, em 23/12/2011, realizada por Valéria Nader, o problema da crise de alimentos na presente conjuntura tem seu ponto de partida na “crise estrutural no interior do sistema produtivo que o capitalismo adotou no neoliberalismo, com a mudança da sistemática de controle da produção de alimentos, antes baseada no sistema de estoques e hoje baseada no livre comércio, ou seja, na disponibilidade dos estoques no mercado”. O referido estudioso sublinha ainda a lógica do neoliberalismo, em que “manda-se comida a quem paga mais, não a quem tem fome. Nem para o próprio povo do país. A lógica neoliberal não está assentada na segurança, quanto menos na soberania alimentar”. Para ele, a própria sobrevivência da humanidade é colocada em risco quando a questão da produção de alimentos é colocada na lógica do livre mercado, já que “O mercado não é capaz de regular nada, exceto as vantagens dos capitalistas. E o problema da fome está aí, para demonstrar essa incapacidade”.

Examinando o caso do Brasil e a crescente drenagem dos recursos públicos rumo às empresas do agronegócio, Ariovaldo Umbelino desfere uma crítica certa, inclusive em relação às permanências históricas, definindo o agronegócio como “a reatualização do passado, ou seja, continuamos a viver as mesmas políticas que vivemos desde o período colonial: o Estado foi sempre chamado a custear essa política de exportação que o Brasil mantém”. Para o autor, a agricultura brasileira não reúne condições de competitividade no mercado mundial.

Ainda é importante destacar da análise de Ariovaldo Umbelino de Oliveira sua observação sobre os argumentos falaciosos que se reproduzem como legitimação do agronegócio, pois estes é que sustentam um mito entorno do tema, servindo não só para justificar os enormes volumes de recursos do fundo público destinados a financiá-lo, como também arrolam argumentos para o combate à reforma agrária. Esta análise pode muito bem ser comprovada, quando se contrasta o volume de recursos drenados para o agronegócio e a ausência de investimentos dirigidos à agricultura camponesa, aos assentamentos da reforma agrária. Para além deste comparativo, é preciso destacar ainda que:

(...) Ao mesmo tempo, precede-se ao crescente direcionamento da produção para a exportação ou para a agricultura energética, ao que tem correspondido a fragilização da produção de alimentos para abastecer o mercado interno. Se olharmos o volume da produção de arroz, feijão e mandioca, que são os três principais alimentos da população pobre desse país, não há nenhum crescimento desde 1992. O preço da âncora verde é, assim, o não-aumento da produção. E se a produção não aumenta, mas a população cresce, temos que recorrer à importação. Hoje, o Brasil é o maior importador de trigo do mundo. Importamos também arroz, feijão, o que é um absurdo total, uma vez que são culturas que o país podia produzir. Se não produz, é por falta de uma política voltada para a proteção à agricultura de pequeno porte (OLIVEIRA, 2011).

Diante de tal quadro, o pesquisador aponta que: “O resultado é que não temos hoje, em pleno século XXI, nem segurança alimentar e nem muito menos soberania”. Em seu *“Crise dos alimentos ou do neoliberalismo?”*, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, não deixa dúvidas quanto ao diagnóstico da crise anunciada:

A crise alimentar, portanto, é resultado da total incapacidade do mercado para construir uma política mundial de segurança ou mesmo de soberania alimentar. (...) Trata-se, portanto, de uma crise estrutural, do cerne do modo capitalista de produção em sua versão neoliberal. O capitalismo é incapaz de garantir oferta de alimentos para toda a humanidade. Com a crise revela-se o fracasso do império da agroquímica na agricultura com seus agrotóxicos e a falência antecipada da transgenia como alternativa biológica da garantia de aumento crescente da produção de alimentos. (...) É por isso que a crise atual é estrutural e revela a incapacidade da agricultura capitalista em garantir a oferta de alimentos a preços baixos aos brasileiros e à população mundial. Somente uma política agrícola fundada na agricultura camponesa seria capaz de garantir a soberania alimentar às populações dos diferentes países do mundo. A reforma agrária como estratégia de política econômica de produção de alimentos continua, portanto, na agenda política, e, somente ela pode superar crise de alimentos (OLIVEIRA, 2008).

Desta forma, podemos perceber a atualidade da necessidade da reforma agrária, como esta foi elevada a uma condição estratégica na resolução de problemas, não só da socialização da terra, mas também do acesso ao trabalho, à produção de alimentos saudáveis para a sociedade a preços baixos e de forma acessível.

2.8 A Produção de Alimentos: território de luta e resistência camponesa

Especialmente nas duas últimas décadas do século XX, as classes populares conseguiram organizar vários movimentos de resistência e enfrentamento ao modelo dominante. Nesse período também se observa a vitória de alguns governos saídos do campo progressista, ligados aos movimentos populares e comprometidos com as causas anti-imperialistas; no entanto, tais mudanças no espectro político não conseguiram modificar o cenário imposto pela hegemonia do grande capital. Os governos de alguns países passaram a programar políticas compensatórias destinadas às populações mais empobrecidas, mas sempre nos marcos das políticas definidas pelo próprio Banco Mundial para a América Latina.

Em suma, para discutir os impactos vividos no campo em razão das políticas neoliberais, é necessário compreender a entrada violenta do capital na agricultura com o modelo do agronegócio e sua lógica predatória dos recursos naturais e destruição da pequena produção. A ação das multinacionais, associadas aos grandes empresários nacionais e com apoio logístico da maioria dos governos da região, se sustenta no argumento da necessidade de um suposto desenvolvimento do campo. Na prática, tal discurso escamoteia os problemas dos quais a América Latina é secularmente vítima, o que nos faz questionar sobre que premissas o suposto e apregoado *desenvolvimento* se baseia. Crescer de que modo e em que direção? A serviço de quem?

Como bem coloca Thorp (2006), a América Latina tem uma agenda secular pendente, bastando que se examinem os aspectos relacionados à distribuição da renda e ao modo de funcionamento das estruturas de poder. Quando o exame se fixa em determinados aspectos das políticas econômicas emanadas em distintas conjunturas, vemos que as mesmas são incapazes de modificar a extrema concentração da renda e do poder. Embora algumas vezes possam até gerar

crescimento econômico, se a medida segue sendo a do mercado e seus indicadores, estas são incapazes de implementar um projeto de desenvolvimento baseado na soberania dos povos e na justiça social.

Mais ainda, o modelo dominante de desenvolvimento econômico, que se realiza em detrimento dos povos do campo (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assalariados rurais), só contribui para postergar a agenda, pois, na verdade, este modelo agrava a concentração de renda e de poder. Em resposta às lutas, a estratégia do Banco Mundial tem sido a de “combater a pobreza”, focalizando as regiões de maior tensão social, recorrendo às organizações não governamentais para legitimar o ajuste das políticas públicas neoliberais, lógica perversa denunciada por Pereira (2006): “Termos como ‘sociedade civil’, ‘participação’, ‘capital social’, ‘descentralização’, ‘autonomia’, e ‘empoderamento’ foram criados ou ressignificados para legitimar o ajuste das políticas sociais ao projeto neoliberal” (p.15).

O avanço do grande capital, o empobrecimento e destruição dos pequenos e médios proprietários de terra e a não realização da reforma agrária, empurraram os camponeses de todos os continentes para uma reação comum: eles são levados a romper as fronteiras dos seus próprios países, iniciando a formação de uma articulação internacional conhecida como Via Campesina. Trata-se de uma ousada tentativa de organização internacional dos camponeses e indígenas de quatro continentes - Ásia, África, América e Europa - a primeira com essas características, que procura organizar e firmar alianças entre esses povos. Atualmente, a Via Campesina está organizada em oito regiões. No anexo 01 deste trabalho apresentamos o documento “Datos de las organizaciones sociales miembros de La Via Campesina Internacional”, para que se dimensione a representação por região do mundo, bem como se situe a emergência dos movimentos camponeses em todos os continentes.

A Via Campesina nasceu em abril de 1992 e realiza sua primeira conferência em maio de 1993, quando define as primeiras linhas estratégicas de trabalho e sua forma de organização e articulação. Define como seus campos prioritários: soberania alimentar, luta pela reforma agrária, igualdade de gênero, defesa dos direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos. Seu estatuto estabelece que:

O principal objetivo da Via Campesina é desenvolver a solidariedade e a unidade na diversidade entre as organizações do campo, para promover relações econômicas de igualdade e justiça social, a defesa de terra, a soberania alimentar, uma produção agrícola sustentável e equitativa, baseada nos pequenos e médios produtores. É um movimento internacional que coordena as organizações camponesas, de médios e pequenos produtores, de camponeses e comunidades indígenas, que defendem seus interesses básicos. É um movimento autônomo, pluralista, independentemente de qualquer filiação política, econômica ou de outra natureza. Está interligada por organizações nacionais, representativas, cuja autonomia deve ser cuidadosamente respeitada (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002).

A Via Campesina, desde sua gênese, questiona o conceito de segurança alimentar, propondo a luta por soberania alimentar no marco do direito humano de acesso à alimentação saudável, nutritiva, como direito fundamental de não passar fome. Pretende ainda desvelar quão insuficiente e incompleto é o modelo da segurança alimentar, afirmando que o conceito de soberania alimentar engloba, para além de um direito do indivíduo a alimentar-se, um direito coletivo, direito dos povos de produzir seus alimentos de acordo com as dietas culturais de cada região de sua nação. Neste passo, a Via Campesina adverte para o fato de que as políticas agrárias de cada nação devem estar organizadas para produzir alimentos básicos que satisfaçam as necessidades de seu povo.

Entendemos que na forma de organização do trabalho do campesinato reside a possibilidade e a garantia da soberania alimentar, pois a base da produção desta classe leva em consideração as questões culturais e sociais inseridas na perspectiva de uma produção de alimentos respeitando a biodiversidade, que atenda às necessidades do campo e da cidade com produtos acessíveis, saudáveis e suficientes. Assim sendo, a soberania alimentar implica na materialidade da territorialização do campesinato e os movimentos campestinos que lutam justamente para fortalecer a autonomia dos povos do campo, remarcam a importância da definição sobre o que é consumido, em respeito às especificidades locais. Quando analisados os contextos particulares, como a comunidade em estudo, os elementos encontrados no conceito de soberania alimentar não se referem apenas ao sentido sociocultural da alimentação, como pressupõem alguns estudiosos, mas estão relacionados às estratégias de gestão alimentar e autonomia no sentido das escolhas, bem como a forma de uso e apropriação da terra.

Vale ainda ressaltar que a produção de alimentos, a agroecologia, a proteção

dos mercados locais frente à concorrência com o agronegócio, a diversificação dos alimentos produzidos com tecnologias agrícolas tradicionais, a promoção do consumo responsável e a valorização da cultura ligada à produção do alimento com vistas ao fortalecimento da identidade dos camponeses são fatores que se encontram presentes no conceito de soberania alimentar.

No estudo de Ribeiro (2000), os recursos naturais apresentam importância fundamental para a reprodução das comunidades, que podem ser analisadas a partir da dependência direta para o abastecimento alimentar. Através das estratégias da produção de alimentos saudáveis consubstanciam-se as dinâmicas de uma cultura e identidade próprias, que possui no alimento, e todos os processos que o envolve, um meio de expressão e de afirmação dos modos de vida de determinadas comunidades.

3 O ASSENTAMENTO MULUNGÚ: TERRITÓRIO DE PARTILHA, CONQUISTA E RESISTÊNCIA

Neste capítulo, a partir das vivências de pesquisa ao longo deste trabalho, situamos o Assentamento Mulungú, destacando os principais elementos que configuram a conquista da terra e os modos de construção das relações de trabalho como desenvolvidas pelas famílias assentadas. O capítulo aborda a organização do território de vida e trabalho, a produção no assentamento, analisando as especificidades desta produção de base camponesa, a saber: o sistema de *mandalas* e os *quintais produtivos*, como exemplo. Em simultâneo, destacamos, a partir destes exemplos, os nexos entre a experiência no assentamento e as práticas emanadas da luta por *soberania alimentar*. O Assentamento Mulungú, em sua condição de território de luta e resistência camponesa, é nosso caso de estudo destas práticas. Ao final do capítulo, apresentamos uma reflexão em torno dos desafios e perspectivas das lutas camponesas no tempo presente, tendo sempre em vista os nexos entre as famílias e à difusão dos princípios e práticas da soberania alimentar pelo MSTe Via Campesina.

Do ponto de vista dos aportes à pesquisa, buscamos situar as questões abordadas, recorrendo aos estudos que tratam mais diretamente da questão agrária no Ceará, como é o caso de Diniz (2009), Sampaio (2009, Cavalcante, (2011), entre outros, destacando nestes, as análises acerca da concentração fundiária, das relações de trabalho marcadas por graus diversos de subordinação, bem como as resistências que se vão construindo e as formas organizativas desenvolvidas no assentamento, em seu entorno e com as organizações externas. Na elaboração deste capítulo, foram utilizados mais três aportes significativos: 1) depoimentos recolhidos nas entrevistas realizadas no assentamento; 2) depoimentos resultantes das entrevistas realizadas com dirigentes do MST e da Via Campesina e 3) imagens registradas durante trabalhos de campo no Assentamento Mulungú. Importa ressaltar que nossa metodologia de pesquisa resultou também das leituras e estudos que têm respaldado nossa formação de pesquisa militante, levando sempre em maior conta a segura orientação de *que* “É aconselhável ‘pensar no Mundo’, mas pesquisa histórica tem que ser desenvolvida no local. Já que a história das lutas e resistências dos camponeses faz parte da história subalterna, para resgatar a voz e atuação deles, ferramentas como história oral são essenciais” (WELCH, 2006, p.73).

Desta forma, os depoimentos registrados neste capítulo tentam ecoar a voz e os gestos de conquista dos assentados, homens, mulheres, jovens e crianças de Mulungú.

Assim, a pesquisa se deu durante 11 meses de 2013, sendo estes divididos em 06 visitas de 05 dias cada, com estudo de materiais já elaborados no assentamento, como é o caso do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, realizado por equipes técnicas em vivência com as famílias e entrevistas. A meta estabelecida para a realização das entrevistas foi de 10% do número de famílias que vivem no assentamento, totalizando 16 pessoas, neste sentido, nossa pesquisa contou com a colaboração de 17 assentados, em que 10 pessoas foram entrevistadas oficialmente, com falas gravadas e transcritas, e 07 em visitas conversadas, registradas em diário de campo.

Um dos acervos importante da pesquisa são as fotos de Elitiel Guedes, que nos acompanhando a campo, registrou vários momentos da produção de alimentos e do trato com a terra, do modo da organização do trabalho, a partir de cada momento do calendário agrícola e até as mudanças nas condições climáticas, da extrema seca para um período de início das chuvas, nos dando um contato com as mudanças na vegetação, o entusiasmo dos camponeses, o planejamento da plantação e produção.

3.1 Temos que Renovar Todo Dia Nossa Resistência

O Assentamento Mulungú, no município de Itapipoca, Ceará, cuja área é 1.176,0443 ha, conforme avaliação do módulo mínimo fiscal estabelecido para a região, tem capacidade para assentar 61 famílias, sendo a área média por família cadastrada de 19.2794 ha. Esse é o número de famílias cadastradas junto ao INCRA, no entanto, vivem em condições de agregadas 103 famílias. O assentamento constitui-se num exemplo concreto de resultado da luta pela terra, que para Fernandes (1996), é uma luta política, pois representa um passo significativo na direção da construção de novas formas de organização camponesa:

[...] é uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração [...] Dessa forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além [...] vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re) construção da propriedade coletiva dos meios de produção e, mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento da luta pela terra (p. 53).

Assim, a luta foi se constituindo como uma prática de negação da situação de extrema pobreza e exploração vivida pelos trabalhadores, motivados por uma identidade com o território onde sempre viveram, tendo com alicerce de vida social o uso da terra, a manutenção dos vínculos de família baseados nos frutos do trabalho e na conquista dos direitos à educação, à saúde; elementos que bem caracterizam o modo de vida partilhado pelos camponeses.

As famílias que vivem hoje neste assentamento são descendentes de famílias camponesas que viviam nessa mesma localidade sob um regime de trabalho que combinava conhecidas formas de subordinação, quando são obrigados a dividir a produção de seu trabalho com os senhores da terra, que também compravam o excedente de produção a preço por eles mesmos estabelecidos.

Os camponeses eram submetidos a comprar alimentos, na sua grande maioria de má qualidade, no sistema de “*barracão*”, a preços exorbitantes, sendo proibidos de cultivar na terra plantas frutíferas e desenvolver a criação de animais domésticos, formas possíveis de mitigar as ausências alimentares e prover a subsistência de seus núcleos familiares. Como se pode observar no depoimento adiante, trata-se de uma vida de dificuldades e de proibições em torno do uso da terra; qualquer iniciativa no cotidiano da vida e do trabalho – de construir uma casinha melhor, plantar um pequeno pomar, criar animais – era proibida, pois nisto o olho do patrão enxergava uma inversão no padrão de uso da terra. Afinal, tais prerrogativas eram apenas do dono da terra, como se percebe neste depoimento, cujo tempo da lembrança demarca o sentido da propriedade como vetor de exploração: “sempre nos contaram que mesmo com todo amor pelas terras não se podia plantar árvores frutíferas, nem fazer casas de madeiras forte, nem criar animais grande, que era saber que não eram donos da terra” (Graça, 2013).

Tais aspectos são também afirmados na pesquisa de Diniz (2009), em que atesta que as relações de dominação nesta forma de subordinação eram as mais perversas, “a lei do patrão, entre a opressão e a generosidade, era sempre

arbitrária, posto que, por trás destas relações, desvenda-se a cortina do processo de ocupação e formação desta região, e onde o poder dos donos e os donos do poder confirmaram historicamente sua hegemonia” (DINIZ, 2009, p. 14).

No decorrer da pesquisa, em convívio com as famílias assentadas, pudemos escutar e registrar depoimentos em que a memória é ativada, para recuperar as situações vividas por gerações de trabalhadores em que as condições de vida e trabalho foram marcadas pela exploração e expropriação de seus modos de vida, de seus costumes e das práticas ancestrais camponesas. É o que se pode observar da memória em ação de Fátima e Márcia que se dispuseram a falar do tempo do passado e de suas (des)continuidades na vida presente. Fátima destaca em sua narrativa o tempo de seus avós, quando a labuta de sol a sol, plantando arroz, resultava na expropriação da maior parte pelo dono da terra. A contestação, por tímida que fosse, era motivo de serem “corridos da terra”, como recorda: “No ano em que minha vó casou, ela contava que meu avô colocou nove alqueires de arroz e só puderam ficar com três, pois a outra parte foi toda para o dono da terra e quando contestaram quase foram expulsos” (2013). Márcia Gomes também fala da memória recolhida desde a experiência vivida pelos avós, destacando a situação de mando e exploração. Em seu depoimento ressalta a consciência sobre a exploração como decorrente da concentração da terra e o valor da liberdade, que se experimenta nos dias de hoje, em face do uso coletivo da terra, valor de subsistência e de vida: “nossos avós já viviam nestas terras, sem liberdade de produzir ou viver como gostariam, porque a propriedade da terra era do patrão, agora tem liberdade porque é das famílias” (2013).

Os depoimentos e testemunhos das famílias aqui apresentados indicam que as terras onde hoje foi consolidado o Assentamento Mulungú, assim como o vizinho Assentamento Novo Horizonte, compreendiam uma grande extensão de terras exploradas extensivamente por seus proprietários, levando aos baixos índices de produtividade, caracterizando as terras como improdutivas. Além disso, para obter renda da terra, o fazendeiro estabelecia taxas a serem pagas pelos camponeses que viviam e trabalhavam na terra.

Neste sentido, o estudo de Aldiva Diniz corrobora nossa percepção acerca do padrão de submissão que se instaura nas relações de trabalho, cuja expressão material mais evidente é o pagamento da renda e o estabelecimento da *meia*: “A expansão da atividade agrícola, no sertão cearense, trouxe a instauração da

submissão, uma vez que se generalizou a cobrança de pagamento de renda pelo uso da terra que, na sua maioria, era feito através do trabalho obrigatório e de parte do produto, geralmente a meia” (DINIZ, 2008. p. 96). De acordo com a autora, com base na análise de Barbosa (1998), tais efeitos espoliativos dos trabalhadores configuram também uma alteração substantiva no papel e na centralidade da terra, para além do processo produtivo e já se ampliando em direção à afirmação do poder: “A cobrança de pagamento pela concessão de uso da terra e a expansão da agricultura significavam também que a terra ganhou um novo papel e uma nova centralidade, não só no processo produtivo, mas também, como mecanismo de afirmação de poder, pois as terras ficaram mais valorizadas” (DINIZ, 2008, p. 99).

A renda da terra, frente à realidade de pobreza, instituía de fato a submissão dos camponeses, que tinham a força de trabalho como moeda de troca. Assim, conseguiam permissão para levantar suas pequenas choupanas de taipa, cuidar de pequenas plantações para sua subsistência, além de trabalhar três dias por semana para o patrão, de forma gratuita. Esta é também uma realidade na vida dos moradores nas fazendas de gado e algodão, como se observa dos estudos sobre o binômio gado-algodão na economia cearense.

Retomando a caracterização das terras onde hoje se situa o Assentamento Mulungú, se pode ainda sublinhar que decorre justamente da necessidade de sobrevivência, o fato de que aproximadamente 200 famílias continuaram nas terras, mesmo quando essas mudaram de dono. O novo proprietário manteve o velho regime, em que toda a produção de algodão só poderia ser comercializada diretamente com o proprietário da terra, com o preço por ele estabelecido. Já se sabe que as rígidas regras do mando e do controle deviam ser seguidas, ou seja, quem tentasse escapar à malha interna de expropriação, comercializando seu parco excedente fora da regra do patrão, seria expulso da fazenda.

No ano de 1984, o então fazendeiro decidiu vender as terras à empresa CBR – Companhia Brasileira de Ração e as famílias seguiram produzindo e vendendo seu produto à referida empresa. Quando em sua experiência prática tomaram conhecimento da possibilidade de lutar por aquela terra, através da participação em movimentos sociais de luta e resistência, as famílias começaram a se articular com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região. Quando essa articulação de natureza sindical chega ao conhecimento da empresa, começam os conflitos: a empresa tentou expulsar as cinquenta famílias da gleba Mulungú, uma vez que as outras

comunidades fizeram acordo para continuar nas terras sob o comando da empresa. Desse enfrentamento resultariam laços organizativos e o fortalecimento da luta dos trabalhadores, que conquistaram a área que hoje forma o Assentamento Mulungú. Saliente-se que esta luta e seus princípios organizativos contaram com o apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tururu.

Aqui é pertinente destacar que no contexto nacional se constrói o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, que começa a deitar suas raízes no Ceará a partir de 1988, contando com o apoio de militantes e dirigentes sindicais e do trabalho pastoral da Igreja da libertação, como frutificado na experiência da CPT e nas ações de luta e resistência das Comunidades Eclesiais de Base, uma história afirmada em tantas narrativas, como a que se segue:

O MST surgiu, no Ceará, em um contexto de intensas lutas e conflitos ocorridos no interior das fazendas, pois, das várias experiências de enfrentamento com o dono da terra, surgiu a necessidade de construir uma forma de organização social que pudesse articular os vários moradores que estavam em luta. Por isso, um grupo de camponeses, ligado ao Sindicato de Quixeramobim e outros vinculados ao Sindicato de Quixadá, composto de pessoas que já traziam no seu currículo experiências de enfrentamento com o patrão, decidiram que não queriam lutar para diminuir o pagamento da renda, mas queriam uma luta em que pudessem mobilizar e conscientizar um maior número de pessoas, em todo o estado (DINIZ, 2005, p.159).

A construção dos mecanismos de luta e mobilização, a partir de um sujeito de inspiração coletiva, o MST, se insere na dinâmica da luta pela terra quando da consciência por parte destes trabalhadores de novos direitos e da ampliação de horizontes quanto à melhoria de vida e a expectativa de conquista de direitos. Processo que tem a luta e o estar em movimento como instrumento primordial e a organicidade das famílias como força coletiva.

O depoimento de Zenaide Bezerra (2013), assentada, do alto dos seus 43 anos de vida, indicia alguns aspectos de interesse sobre o processo vivido no Assentamento Mulungú, as dificuldades enfrentadas e os novos horizontes abertos pelo engajamento no Movimento. Quanto à participação da família, enquanto núcleo de produção, Zenaide nos informa que “a gente planta roça, horta; só o menino que trabalha na mandala”, indicando, portanto a participação de todos, a partir de seu tempo e disponibilidade para as tarefas requeridas. Quanto ao produto do trabalho,

sua fala indica o autoconsumo da família como prioridade e apenas “quando sobra, aí é que a gente tira um pouquinho pra se manter”, revelando ainda as dificuldades por vezes encontradas na comercialização, porque, segundo ela, “quando os pobres têm as coisas, as coisas mais baratas, todo mundo bota defeito pra não comprar, né?” (ZENAIDE BEZERRA, 2013).

Quanto à participação no MST, Zenaide percebe o Movimento como lugar de *estudar, andar, aprender*, contando que foi seu filho que a estimulou a participar:

Eu no começo não achava forma não [de participar]. Mas depois que meu filho começou a entrar... o pai dele já era de tempo, sabe? E aí ele foi ficando já velho, [tinha que] sair, aí ele botou o filho dele. Perguntou se ele queria estudar, andar, aprender. Aí ele quis, graças a Deus, eu tô vendo a melhoria. Conhece muita gente, estudou, chegou aonde ele queria com a força do MST. Pra mim, Ave Maria! Foi uma grande importância (2013).

Zenaide expressa ainda seu sentido de comunidade, como experiência de união, de estar junto, da ajuda mútua: “Trabalhando todo mundo junto. Não é comunidade? Todo mundo junto, com interesse eu acho que melhorava mais as condições pra todos”. Para ela, a vida e a experiência no assentamento torna possível uma vida melhor, aqui materializada na casa de morada, sonho acalentado na história de vida dos pobres do campo e da cidade: “Melhorou cem por cento. Porque nós ter ganhado essas casas, todo mundo era casa de taipa. Todo mundo tem casa boa pra morar” (ZENAIDE BEZERRA, 2013). Apesar da melhoria de vida, seu testemunho indica também os limites de participação, a não adesão de alguns ao propósito de construção coletiva e, com algum desalento, diz do sofrimento como parte de sua vida:

Já, já melhorou, muito bom. Cem por cento. Eu acho que não precisava disso não. O pessoal sai das suas casas, arriscando suas vidas. Porque do jeito que tá as coisas hoje em dia, a gente já vive, né. Eu tiro pelo meu. Já tá velho, nervoso, nem sadio ele não é, se planta no meio do mundo. Pra arrumar benefícios não só pra ele como pra todos que ficam aqui. E muitos não agradecem. Só quem sabe quem tá lá passando fome, sede, sono e quando chega aqui uns faz é mangar, achar graça. Eu queria que fossem todos participar pra saber como era. Tudo o que a gente faz é com sofrimento, né? (Zenaide, 2013).

Como se pode perceber da fala de Zenaide, o processo de luta e conquista da terra no Assentamento Mulungú se realiza através dos vínculos organizativos no MST. Tais vínculos se observam, no início da década de 1990, quando, por

exemplo, é construída a primeira escola no assentamento, como símbolo concreto do esforço coletivo, adotando o princípio comunitário do *mutirão*, prática herdada dos costumes camponeses de viver em ato sua cultura de vizinhança, adjutório e solidariedade.

A conquista do assentamento, como parte da história de luta e mobilização por direitos historicamente usurpados é também a semente para que as famílias percebam a organização como processo, cujos frutos se vão enraizando nas novas conquistas, como um novo território de resistência. Tal resistência é fruto também de suas vivências ao longo de décadas, como se observa nas gerações das famílias que fizeram do lugar seu território de vida, retirando da terra, da natureza e dos meios ao seu dispor as formas de subsistência e convívio.

As moradias são organizadas em agrovila, e ao longo destes 30 anos alguns equipamentos sociais e de infraestrutura existentes no assentamento resultam dos modos de organização e conquista coletiva. Neste sentido, se destaca a construção de casas de moradia, a instalação de energia elétrica, o acesso à água canalizada, o que torna mais salutar a vida cotidiana, no âmbito doméstico, no trabalho e nas atividades de convívio comunitário. Quanto aos lugares comuns da sociabilidade e das práticas socioculturais, é de destaque a construção e manutenção do campo de futebol, das igrejas, do pavilhão para realização das festas e da escola. Chama a atenção também o apoio técnico à produção, a preparação de área agricultável, bem como a possibilidade de aquisição de trator e outros equipamentos necessários à agricultura e às demais atividades produtivas do assentamento, assim na imagem a baixo podemos visualizar a agrovila do assentamento território desta pesquisa.

A organização das moradias em agrovilas favorece a vida em comunidade, facilitando o acesso a questões como energia elétrica, água tratada, assim como a organização do trabalho, a facilidade para as reuniões dos grupos de famílias e ainda a circulação, troca e venda dos alimentos aqui produzidos, favorecendo a construção da soberania alimentar.

Do ponto de vista da organização no assentamento, predomina a forma coletiva, uma vez que não há um parcelamento da terra e, sendo esta de uso e propriedade coletiva, observa-se uma organização desta fração do território para as diversas demandas produtivas das famílias assentadas, que utilizam como fundamento os saberes e práticas tradicionais da cultura camponesa. Atividades

exemplares neste sentido dizem respeito às práticas relativas à saúde e à educação desenvolvidas no assentamento.

Figura 06 – Vista do núcleo de Moradia do Assentamento Mulungú.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

No que se refere à atenção à saúde, por exemplo, o assentamento é atendido pelo Programa Saúde da Família, com a presença de um médico que realiza visitas às famílias uma vez por semana e atenção médica diária no posto de saúde. Ainda neste âmbito e no contexto da seca tão predominante no sertão, a relação dos assentados com água nos chamou atenção durante a pesquisa. Anotamos suas tendências de maior convívio com a natureza, pois mesmo tendo acesso a água tratada pela companhia de abastecimento, disponibilizada numa torre de água no centro da agrovila, as famílias tendem a buscar água para beber e para o consumo doméstico básico junto às fontes e nascentes que existem no assentamento. Ou seja, embora recorram ao consumo da água encanada nas necessidades domésticas cotidianas “na hora de matar a sede tem que ser direto da fonte”, como se depreende da fala de Peixinho (2013), morador do assentamento.

Este conta também que através do aprendizado comum e da participação no Movimento Sem Terra, a comunidade se nutriu de saberes difundidos pelo Setor de Saúde do MST, e, em particular das campanhas pontuais, quando se desenvolvem reuniões compartilhadas de difusão de cuidados básicos de higiene e dos usos da água. De sua fala ressalta-se ainda o aprendizado em torno de novos hábitos no plano dos cuidados da saúde e melhoria de vida: “(...) passamos a aprender muitas coisas que antes nem pensava nelas” (PEIXINHO, 2013). Até então a água da fonte

e do riacho ainda não são poluídas apesar da proximidade com outros produtores que usam agrotóxicos.

Durante os períodos de vivência nesta pesquisa, pudemos ainda observar o quão significativa é a atenção à preservação dos saberes da vida camponesa para o fortalecimento dos cuidados com a saúde, através do uso de plantas e ervas medicinais, assim como demonstra a figura. Dentre as mais cultivadas no assentamento, se destacam o alecrim, a folha santa, a malva branca, o mastruz, a hortelã, o capim santo, a colônia, a babosa, a cidreira, entre outras. A observação de Fátima, moradora do assentamento, é significativa quanto à apropriação de seus próprios saberes e o recurso às plantas medicinais: “(...) essas doenças mais fácil como verme, febre, pressão, gripe, diarreia a gente mermo (si) cura” (2013). Na figura a baixo temos Vista de um quintal produtivo em uma casa do assentamento. Em destaque, o cultivo comum das plantas ornamentais e das plantas de uso medicinal, exemplo da forte aliança entre os saberes tradicionais da cultura camponesa e a preservação da saúde.

Figura 07 – Que é?



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

A importância dos saberes tradicionais camponeses acerca de ervas e plantas medicinais no combate e prevenção de doenças é notório e tem sido objeto de diversos estudos científicos. Sobre os estudos e pesquisas realizados no Ceará acerca das plantas medicinais e seus usos tradicionais, um livro pioneiro foi publicado pelo Professor Dias da Rocha em, que, em 1919, publicou seu estudo sobre a terapêutica indígena, *Botânica Médica Cearense*, apresentando 166 plantas nativas. O mesmo estudioso publica, em 1945, seu *Formulário Therapêutico de Plantas Medicinais Cearenses Nativas e Cultivadas*, em que dispõe para o leitor um

vasto levantamento de 421 espécies nativas e 60 espécies cultivadas, apresentando as características principais de todas as plantas, a parte empregada no uso medicinal (casca, folha, raiz, semente, etc.) e sua propriedade terapêutica.

Quanto à educação, no Assentamento Mulungú as famílias têm acesso à escola municipal, com matrículas e frequência desde a educação infantil para as crianças a partir de cinco anos de idade, até o nono ano do ensino fundamental. Também em certos períodos do ano escolar funcionam turmas de alfabetização para adultos. Mesmo assim, no assentamento ainda encontramos 15 jovens, entre 15 e 18 anos, sem estudar; sendo a principal justificativa a necessidade de trabalhar, inclusive pelo fato de casarem-se cedo. Cerca de 35 jovens cursam o ensino médio, na cidade que fica a 7 km do assentamento, e 20 jovens cursam ensino superior em outras cidades do Ceará, em diversas áreas do conhecimento. A escola do assentamento oferece cursos de técnicas agrícolas a 18 trabalhadores e, destes, 15 são do Assentamento Mulungú.

Em meio à constatação da presença do ensino formal no assentamento, trazemos o depoimento de Antônio Domingos, trabalhador assentado, que ao longo da entrevista quando perguntado se havia se formado em algum curso, se tinha um estudo regular, foi enfático: Não. Mas, ao mesmo tempo, enfatiza que seu saber provém do esforço próprio e da participação no MST, partilhando do entendimento de que para muitos, como Antônio Domingos, *“o movimento é uma escola”*, indicando inclusive sua percepção acerca da escola da vida em movimento, aquela que ajuda a transformar. Escutemos sua palavra:

É que eu estudei bastante em relação a essas coisas. Participei do MST, né? Passei mais de oito anos no MST. A minha escola foi o movimento. Isso eu não posso negar. Nego em canto nenhum. Escola de quatro paredes é pra ler e escrever e se se interessar. E só responsabilidade de professor não, porque é perca de tempo também, né? A verdadeira é aquela que você tá no meio da sociedade, dos conhecimentos, do movimento, acho que todo mundo participar nesse sentido aí é diferente. Porque todo mundo tava bem mais informado. Quem não gosta de reunião não adianta tá nessas coisas. Você tem que tá engajado no meio da sociedade. Quem gosta de participar desse movimento todo o ideal é você estar ali no pé da organização, da produção do assentamento. Participação, organização, produção, tú tá ali por dentro. E principalmente quando tem as reuniões. Isso é importante. Agora se tem uma reunião no assentamento e eu não vou de jeito nenhum eu nunca vou tá por dentro de nada. É difícil, né? A maioria das pessoas fazem isso (sic). Eu sempre gostei de reunião. É onde aprendi. A minha escola é o MST. Fui formado no MST. Não nego não. (Antônio Domingos, 2013).

A fala de Antônio Domingos amplia o entendimento de educação como processo de auto-aprendizado, destacando uma percepção acerca dos conteúdos que cercam as palavras-chave da *união, participação, organização*, recolocando as práticas tradicionais camponesas em foco.

Apesar de todas estas conquistas o assentamento poderia estar em melhores condições, pois está inserido dentro de um Território da Cidadania que se denomina Vale do Curu Aracatiaçu. Programa lançado pelo governo Federal, em 2008, que segundo documentos do governo tem como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico, permitindo acesso universal aos programas básicos de desenvolvimento territorial sustentável, o que poderia, inclusive, vir a fortalecer o projeto da soberania alimentar, uma vez que o problema da fome é um problema real e alarmante e que este programa tem em sua filosofia e linha política a participação social e uma maior participação social e integração entre governo federal, estadual e municipal.

Porém, concretamente, a comunidade até então não tinha conseguido acessar os recursos e projetos, embora possua representante no conselho deste território. Segundo informações recolhidas nesta pesquisa a partir das observações, existia uma grande disputa em torno do acesso aos escassos recursos para políticas de ampliação da cidadania, que estão diretamente ligadas à ampliação de direitos básicos de implantação de estruturas para beneficiamento de alimentos ou mesmo intensificação da produção. A inflexão e reforço de políticas públicas na garantia de direitos universais, como é o caso do direito ao alimento, e onde o caráter emergencial é o de combate à fome, este exercício do direito ao alimento exige a participação eficaz do Estado, porém, este só se encarregará desta tarefa se houver um sujeito impulsionador que exige um protagonismo e uma ação transformadora.

3.2 Contextualização do Assentamento Mulungú

O assentamento está situado sobre relevo movimentado, com solos rasos e muito afloramento de rochosos, com sérias limitações para a exploração agrícola e outra parte é formada por planícies, onde são desenvolvidas as atividades de exploração agrícola e pecuária. Diante dessas condições, o Assentamento Mulungú não é dividido em parcelas, permitindo assim às famílias definirem as melhores faixas de solo para desenvolverem seu sistema produtivo. Importa aqui ressaltar as

dificuldades a serem superadas em relação ao problema da falta de chuvas e ao agravamento das condições de vida nos períodos de seca, ou seja, é imperativo, neste estudo, atentar para as formas de convivência com a seca, como pensadas na realidade concreta dos assentamentos da reforma agrária. Na realidade do Ceará, a grande maioria dos assentamentos não é parcelada, o que se verifica em um primeiro momento, em decorrência da necessidade de organizar o uso da terra de forma que todos tenham acesso à água, às terras boas para cultivo de grãos, o plantio de pasto para os animais, entre outras necessidades da vida assentada. Deste modo, o que articula esta forma organizativa não é a lei do meu pedaço da terra, mas como organizo a sobrevivência comunitária nesta terra.

Uma das características do modo de vida camponês, como abordado nos estudos de Diniz (2008), Fernandes (2002) e Oliveira (2001), aponta no sentido de que este tem sido fruto de um movimento histórico e uma condição social que fortalece a família como núcleo central, com base na organização do trabalho e em sua relação com a natureza. Considerando ainda as variáveis sócio-históricas da diversificação de atividades coletivas e a vivência em comunidade como elementos de fato mobilizadores dos mecanismos de resistência.

No sentido do aprofundamento de estudos sobre as áreas de assentamento no Ceará, Diniz (2008) situa com pertinência o problema da relação com a natureza, apontando as diferenças irreconciliáveis entre as visões de mundo camponesa e capitalista. Neste sentido, o estudo de Diniz nos aponta a pertinência em observar internamente à experiência do Assentamento Mulungú, de que modo e o alcance da elaboração das estratégias de plantio, o trato e a escolha das sementes e a recusa ao agrotóxico:

À busca de uma relação mais equilibrada com a natureza tem levado os camponeses a discutirem estratégias de plantios para não agredir a natureza, diferindo do território do latifúndio, onde a concepção do mundo capitalista traz, como essencial à uniformização da produção, a monocultura, a produção em grande escala, a destruição da biodiversidade, pela erosão genética provocada pelas sementes transgênicas e pela adoção dos produtos agrotóxicos que matam a vida. Essas duas concepções de mundo, a capitalista e a camponesa, são antagônicas e, portanto, irreconciliáveis (DINIZ, 2008, p. 223).

O assentamento como essa fração do território capitalista vai vivendo esse movimento, por vezes coerente, outras vezes contraditório, de uma construção de sobrevivência. No entanto, ali se busca também a adequação a certas normativas

emanadas dos órgãos públicos ditos “responsáveis” pelo meio-ambiente, buscando as formas e relações que contribuam na construção de uma consciência social.

Relativo às questões de fundo ambiental, em face das citadas normativas, no Assentamento Mulungú existe uma reserva legal demarcada pelos órgãos competentes. De natureza coletiva, a comunidade dispõe de licenciamento ambiental e uma vez por ano a licença é emitida pelo INCRA, para que possam fazer o manejo de produtos florestais como fibras, madeiras e sementes. Tais produtos, na sua maioria, são usados para produção de artesanato e objetos utilitários e de uso costumeiro como vassoura e chapéu de palha de carnaúba. A comunidade também participa de projeto de reflorestamento, com a Petrobrás, em que as famílias são remuneradas em seu trabalho.

Quanto ao sustento econômico do assentamento, a principal fonte de renda das famílias vem da produção agrícola, sendo sua maior complementação vinda dos direitos da previdência social, adquiridos via aposentadoria e pensão, além do Programa Bolsa Família, bastante mencionando em todos os ambientes quando o assunto é a renda familiar e o sustento material de suas necessidades básicas.

As principais culturas agrícolas produzidas no Assentamento Mulungú pelas famílias se distribuem de acordo com os períodos chuvosos, com o uso de irrigação nas *mandalas* e aquelas mais permanentes. Assim, as culturas do arroz, feijão e milho são realizadas nos períodos de chuva; a abobora, pepino, melancia, abacaxi, alface, coentro e cebolinha se cultivam a partir do processo irrigado no sistema de *mandalas*, enquanto o plantio de caju e a mandioca é feito de forma mais permanente.

Aqui, é necessário destacar que as condições climáticas e socioeconômicas da região do semiárido nem sempre favorecem uma produção que supra a subsistência. Tal fato se observa nesta pesquisa ao nos defrontarmos com os depoimentos recolhidos, apontando seja no sentido da ação dos governos em benefício do agronegócio e em desfavor da agricultura de fase familiar, como relatado por Fátima (2013): “Primeiro o governo só investe em empresários e no agronegócio, aqui só se consegue um investimento ou equipamento se fizer muita luta”. Seja na direção do descompromisso do financiamento das agências de fomento às iniciativas camponesas, como é o caso do sistema irrigado das *mandalas*: “agora parece que vamos conseguir a implantação de mais dez mandalas, mas primeiro tivemos que fazer na pratica para, talvez, o governo

acreditar na nossa capacidade”, evidenciando a dificuldade prática de prosperidade de novas formas de cultivo no assentamento.

Na mesma direção, os depoimentos dos assentados, frutos de nossas conversas nesta pesquisa, evidenciam o tempo de renovação dos compromissos de luta, posto que a conquista da terra é um começo e já não se pode viver só deste começo: “Aqui tudo pra nós se transforma numa luta e temos que renovar todo dia nossa resistência porque a terra é só o começo e faz tempo que já temos esse começo” (Fátima e Márcia, 2013). Ressalta-se também das conversas geradas em nossa vivência de pesquisa o sentido de pertencimento à terra, a força da raiz como evocando um princípio identitário, a sensibilidade face à natureza e mesmo a noção possível de felicidade; ainda que a seca, como um fantasma, continue sendo apontada nos depoimentos: “nós temos um amor por essa terra, um apego, uma raiz muito forte se não fosse a seca, nossa!.... éramos as pessoas mais felizes”. São as palavras de Fátima e Márcia (2013), indicando em sua visão uma perspectiva, um projeto, uma noção de futuro permeada pelos conteúdos de um presente em ação.

3.3 A terra É Só o Começo: território e produção no assentamento Mulungú

De um ponto de vista da história recente dos movimentos sociais de base camponesa no Brasil, enquanto no cenário nacional a ocupação da terra indica a condição para territorialização dos camponeses, no caso do Assentamento Mulungú a resistência foi sua principal condição. Neste caso, é preciso entender as relações sociais em um determinado contexto, para estender a análise a um determinado território, aqui entendido como produto concreto da luta de classes, das conflitualidades inerentes ao sistema do capital. Recorremos à análise proposta em Oliveira (1999), para pensarmos a configuração histórica e específica do território:

Enquanto síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um plus ou um apriori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (p.74).

O território camponês, mesmo estando em permanente formação, é uma fração do território capitalista, forma hegemônica na sociedade, porém, num processo de luta, a terra passa a ter valor de uso ao invés de ter uma conotação de mercadoria. A terra conquistada é a possibilidade concreta da territorialização dos camponeses, assim para Fernandes (1996), “a fração do território é conquistada na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. O território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização, na espacialização da luta pela terra” (p. 242).

Desta forma, o processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e por outros movimentos sociais se configura como territorialização da luta pela terra materializada em cada assentamento conquistado, tendo presente uma dinâmica do processo, quando, a todo momento, se apresentam novos desafios. Aqui se examina a organização da vida nesta fração do território capitalista, sua produção de alimentos e condições materiais de subsistência coletiva, em que são fundamentais as atividades de manutenção e melhoria nas estruturas de uso coletivo. A fala de Francisco Cleiton é um testemunho de sua percepção do sentido da organização e, ao mesmo tempo, expressão de cultivo dos valores coletivos, indicando a família enquanto unidade de fortalecimento de um projeto que se materializa no assentamento:

Se tivesse uma área próxima pra assentar essas pessoas. Acho que seria um ponto importante, né? Primeiro, parte da organização. Acho que um assentamento sem organização é difícil de se levar o barco à frente em qualquer entidade, em qualquer organização a fundamental peça é a organização. Porque você organizado está com tudo nas mãos. A participação também é a mais importante. Não só eu assentado e nem a mulher assentada, mas a família toda engajada da produção à organização ou vice versa (Francisco Cleiton, 2013).

Do ponto de vista de sua organicidade, as famílias no Assentamento Mulungú formaram cinco grupos de trabalho, e do ponto de vista institucional são representadas pela Associação dos Trabalhadores Livres de Capelão - Mulungu, uma entidade cuja natureza se prende à garantia de condições para a organização social no assentamento, face às necessidades de manutenção dos equipamentos. A Associação tem por objetivo dar suporte às ações planejadas e executadas de modo cooperado, funcionando ainda como elo entre os associados, de modo a promover os sentidos da organização comunitária. Para que se cumpram os objetivos comuns,

as decisões são de natureza colegiada, adotadas em espaços coletivos – assembleias, reuniões, fóruns - em busca da construção dos meios de participação efetiva de todos e expressando seus graus de organicidade na assembleia geral, nos núcleos de famílias e nos grupos de trabalho.

A organização da produção no Assentamento Mulungú é baseada em um modelo misto, pois em sua implementação, os assentados e suas famílias buscam adotar formas consensuais em torno do uso da terra, dos equipamentos agrícolas, da não utilização de agrotóxicos, possibilitando, assim, uma forma de articulação e organização entre trabalho individual e coletivo. Na perspectiva desta unidade econômica as famílias estabelecem sua organização do tempo de trabalho e repartição das formas de convívio coletivo, atentando para os períodos de seca e de chuva e levando em conta até mesmo o grau de escolaridade. Deste modo, se recorre aqui à análise de Oliveira, para quem:

O trabalho coletivo na terra tem sido fruto de consensos constituídos pelos camponeses. Desse modo, penso que o caráter coletivo tem sua eficiência sustentada por um pacto. Um pacto que é fruto da decisão em reunião, pela maioria, ou seja, democraticamente. Essa decisão tida como “lei de convivência” hoje tem sua continuidade centrada na unidade camponesa, no fim do cativo e da sujeição, na propriedade da terra e na melhoria da qualidade de vida dos camponeses (1999, p. 247).

Com o propósito de entender essa forma de organização do trabalho e da produção, mais uma vez a pesquisa recorre aos estudos de Diniz (2008) quando aborda tais questões, com apoio de Chayanov, como se vê a seguir:

No trabalho individual, a família é base da produção, todos os membros da família se dedicam às atividades produtivas sincronizadas com a educação dos filhos. A necessidade de distribuição das tarefas entre a família visa manter o equilíbrio do sistema de produção, uma vez que, com o aumento da composição familiar, se necessita produzir mais para o seu sustento, bem como para a manutenção de cada atividade desenvolvida. Segundo Chayanov (1977), no sistema de produção, as famílias adotam suas estratégias, visando buscar o equilíbrio entre a necessidade da família e a rigidez do trabalho. (p. 187). ou Ao analisarmos as formas de organização percebemos que a família representa a força de trabalho mas também o núcleo organizacional do trabalho no Assentamento; sendo um dos elementos base de construção da vivência cotidiana. O trabalho individual envolve toda a família, com a repartição das tarefas entre mulheres, crianças, homens e os mais jovens. Acerca da reflexão sobre a unidade econômica de base familiar, este trabalho recorre à Chayanov (1974), para quem: La unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determina integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los

factores principales en la organización de la unidad económica campesina (p. 47).

Para o caso do Assentamento Mulungú, como em outros assentamentos no Ceará, ainda de acordo com Diniz (2008), temos o trabalho individual familiar “configurado em espaços da produção de autoconsumo (milho, feijão, batata-doce, jerimum, melancia e mandioca), bem como no cultivo de pastagens como: capim, cana e palma para criação de animais, tais como gado de corte e, principalmente, para a produção de leite, criação de aves e caprinos” (p.190).

O trabalho coletivo neste assentamento se concentra hoje nas *mandalas*, com a produção de hortaliças e no uso da terra e dos potenciais naturais, campo em que essa coletividade tem sua maior expressão. No período das chuvas, a maioria das famílias trabalha as roças de sequeiro, que consiste em uma técnica agrícola para cultivar plantações onde a pluviosidade é imperceptível, assim estas são implantadas individualmente por família e desenvolvidas em áreas cedidas para cada família explorar conforme seu planejamento. No sistema de sequeiro são cultivadas também fruticulturas como o caju, banana e ata, bem como a criação de caprinos e ovinos, sendo que em menor escala criam bovinos de dupla aptidão. As plantações são espaços de produção de grãos (feijão de corda, milho), mandioca e forragem para os animais; nesse caso o resultado da produção depende do regime pluviométrico, por estar localizado em uma região de transição climática entre o sertão e o litoral. Assim podemos observar na figura abaixo a passagem do assentamento Mulungú sob efeito da atual seca de 2012 (figura 07).

O Assentamento Mulungú, por sua localização, sofre com os efeitos da seca, com uma agricultura preponderantemente dependente da sazonalidade pluviométrica. O fenômeno da seca interfere diretamente na capacidade de produção de alimentos e renda do assentamento. A região, que é considerada como semiárido, devido o déficit hídrico anual, não sofre necessariamente com a falta de chuva. Dados da FUNCEME apontam um regime pluviométrico de até 1.200 mm, distribuído entre os meses de fevereiro e maio. Nos anos não atingidos pelo fenômeno da seca, no entanto, devido às altas temperaturas, com mínimas de 22⁰C e máximas de 34⁰C, a evapotranspiração potencial supera 3.000 mm/ano. Esse balanço hídrico caracteriza o clima semiárido, onde a evapotranspiração potencial é superior à precipitação.

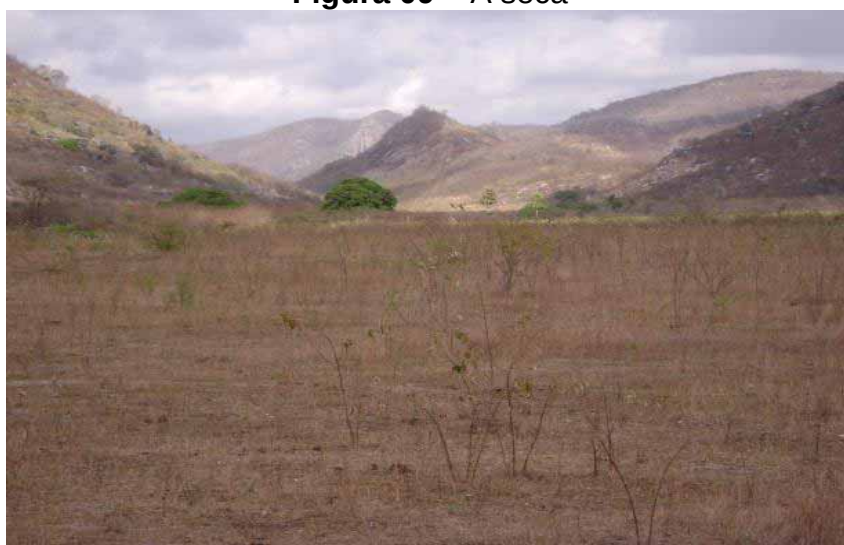
Figura 08 – Efeito da seca na vegetação da Caatinga.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

Para nosso estudo, consultamos a gama de estudos e pesquisas abordando o problema das secas no Ceará, como Monica Dias Martins (1990 e 2008), Holanda (2003), Barquete (2003), Ferreira (2004), Rigotto (2004). Tal questão é tratada também por muitos estudiosos do nordeste do Brasil, evidenciando que os graves problemas que atingem o povo pobre do sertão no período de secas decorrem em maior medida da ausência de políticas públicas adequadas ao real enfrentamento deste problema secular.

Figura 09 – A seca



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

Na figura acima temos a imagem de uma área destinada à construção das mandalas no Assentamento Mulungú antes de iniciar o projeto. O cenário e o desafio material da produção e reprodução da vida em um ambiente de seca nos remete ao diagnóstico de Jonas Duarte 2011, aqui apresentado, tenta por em evidência ao menos duas faces da questão: por um lado, a disponibilidade de conhecimentos técnico-científicos para o enfrentamento e a convivência com a seca nos sertões do semiárido; por outro lado, a ausência de adequado planejamento por parte dos órgãos de governo e, principalmente, o descaso político real, o que comumente se chama “ausência de vontade política”, o que contrasta com a realização de grandes obras voltadas aos interesses da infraestrutura requerida pelo agronegócio. O que se observa, por exemplo, na conjuntura atual de grande seca no Ceará, é a mais completa incúria administrativa, enquanto se avolumam negócios do interesse das empreiteiras, do capital financeiro, das transnacionais e das oligarquias controladoras do poder político e econômico. Deste modo, concordamos com as afirmações de Duarte, para quem:

Nas últimas duas décadas, produzimos conhecimento científico, tecnologias e técnicas suficientes para convivermos sem “aperreio” com as longas estiagens. ONG’s, Embrapa, Emater e uma gama de instituições governamentais e não governamentais já diagnosticaram e propuseram políticas públicas para promovermos condições de se viver dignamente nos sertões semiáridos do Brasil com a natural falta de chuvas. Então, o que falta para pôr em prática essas técnicas, tecnologias, conhecimento científico e saberes populares? Uma só resposta: vontade Política. Não é outra coisa. E quando falta vontade política, falta recursos financeiros, técnicos, carros, combustível e todo um instrumental material e metodológico capaz de criar outra lógica de desenvolvimento nas terras secas e boas do Brasil. E continuamos despreparados e despreparando as gentes do semiárido brasileiro para conviver com o fenômeno climático natural de seu território (DUARTE, 2011).

Na pesquisa, constatamos que a comunidade assentada precisa estar sempre atenta, no sentido de aproveitar o que a terra oferece. Assim, as famílias tomam para si uma preocupação quanto ao uso de cada parte do assentamento, ressaltando a necessidade de se realizar trabalhos de conscientização com o objetivo de melhoramento e recuperação do solo, para o aumento da cadeia produtiva. As áreas utilizadas para plantio de culturas anuais e para pastagem não recebem qualquer tipo de adubação. A única técnica utilizada pelas famílias é do descanso das áreas utilizadas para plantio, sendo estas utilizadas por um período de três anos e descanso de cinco anos.

A pecuária desenvolvida no assentamento é aquela praticada na própria região, observando-se que as famílias não desenvolvem uma adequada técnica de manejo. As matrizes, quando estão em lactação, pastam em regime semiextensivo e não têm assistência e acompanhamento, e os demais animais do rebanho bovino são criados no regime extensivo (pasto solto) e reunidos apenas para a aplicação da vacina contra a febre aftosa e outras.

As culturas produzidas no assentamento se restringem às culturas anuais, como milho e feijão, sendo trabalhadas com o uso da enxada e o preparo da área de plantio irrigado é feito com o uso do trator. A produção de grãos destas culturas destina-se basicamente ao consumo das famílias, assim como os demais produtos como ovos, carne, leite, entre outros. A forragem implantada pelas famílias, como o capim elefante, se encontra em uma escala abaixo do necessário ao se verificar o número de animais de que dispõe o assentamento.

Figura 10 – Área de plantio de feijão irrigado.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

Como demonstra a imagem acima, durante o levantamento de dados na pesquisa, em nossas vivências, verificamos que o Assentamento Mulungú apresenta um bom potencial para o cultivo irrigado, devido sua localização na bacia do rio Mundaú, um rio perene que passa na extrema da área do assentamento, permitindo assim os sistemas irrigados, o que é de destaque, uma vez que a seca, como dito anteriormente, é fator limitante no sistema produtivo local. As fotos acima e abaixo

ilustram o contraste ente agricultura de sequeiro (plantio de milho) e a cultura irrigada (de feijão).

Figura 11 – Área de plantio de milho.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

No entanto, em função da falta de apoio para agricultura camponesa, essa tecnologia é pouca usada, considerando a área do assentamento e a quantidade de famílias, pois as áreas irrigadas para as *mandalas* representam 4,5 hectares. As famílias avaliam esse sistema de produção como de grande significado, pois indica um novo modo de produzir alimentos saudáveis, além de trazer bons resultados no plano da produção.

O depoimento de Francisco Cleiton é revelador do seu entendimento acerca da necessidade de união e esforço coletivo para que as conquistas se afirmem e quanto ao plantio das mandalas revela certo orgulho diante da percepção externa – *do homem do INCRA* - que achou a mandala, *a coisa mais linda do mundo* ou como dito pelo próprio Francisco Cleiton:

(...) às vezes tem, por exemplo, quando o inverno é ruim aí eles: vamos se juntar pessoal e vamos trabalhar todo mundo junto? Porque a gente tem. Tem essa mandalas e se a gente trabalhasse juntos não faltava não. Tem plantio de mandala e por isso que é visto pela sociedade. Porque quase todo mundo já conhece esse assentamento. Aí a maioria diz: o assentamento de vocês é rico, tem árvore, tem plantio, tem mandalas. A maioria do pessoal que vem, por exemplo, ontem veio o homem do Incra aqui e foi para as mandalas e achou a coisa mais linda do mundo que ele disse (2013).

Apesar da falta de financiamento, as famílias também desenvolvem sistemas produtivos irrigados como uma estratégia de convivência com o semiárido. Nessas condições deve-se considerar a adoção de sistemas de captação e armazenamento de água das chuvas em cisternas, açudes, barragens subterrâneas e outras formas. O Assentamento Mulungú, ainda que sofra com a seca, que resseca a vegetação natural, demonstra que a estiagem não inviabiliza a atividade agrícola e a pecuária, em razão da capacidade de convivência com o semiárido desenvolvida pelos camponeses, como demonstrado acima nas múltiplas formas de captação e armazenamento d'água, bem como na seleção de sementes e adequação das terras ao cultivo.

Neste sentido, um dos exemplos praticados pelo Assentamento Mulungú, enquanto forma de alternativa tecnológica de convivência com o semiárido, é o sistema de mandalas, onde produzem os alimentos de hortifruticultura. As mandalas configuram um sistema produtivo para onde convergem a necessidade de potencializar o uso dos recursos naturais, a mão de obra disponível, o escasso capital financeiro e o uso adequado das áreas sem restrição para a exploração agrícola. Em linhas gerais, as mandalas caracterizam-se pelo uso racional dos recursos, permitindo, assim, um melhor uso da terra, dos equipamentos de irrigação, da força de trabalho, além de integrar os sistemas produtivos, o agrícola e o criatório, como nos demonstra a figura a baixo:

Figura 12 – Cultivo em sistema mandala no Assentamento Mulungú.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

De relevo também é o fato de se constituir enquanto uma alternativa de baixo custo desenvolvida pelas famílias. Neste sentido, os depoimentos escutados durante a pesquisa e as visitas aos locais onde se situam as mandalas dizem do êxito alcançado pelas famílias envolvidas no processo. Além disso, uma evidência de destaque em tal processo é o despertar do interesse pelo conhecimento técnico e a ampliação das relações sociais internas à comunidade, uma vez que o trabalho compartilhado é feito em grupos de famílias, o que supõe o estabelecimento de vínculos e a experiência prática do saber partilhado.

Cada grupo de famílias dispõe de uma mandala, onde são produzidas, de modo diversificado, as hortaliças e frutas, cuja principal função é o atendimento às necessidades de autoconsumo das famílias envolvidas no processo. O excedente de produção é comercializado na própria comunidade e na cidade próxima, Tururu. Nesse sistema de mandala, a comunidade envolvida aprende novos jeitos de relação com a natureza, inclusive utilizando os resíduos, agora transformados em adubo orgânico e alimento para os peixes. A água onde se cria o peixe é usada para a fertirrigação, dada sua riqueza em micro-organismos e nutrientes. Na mandala são praticados princípios agroecológicos, através da rotação de culturas, do consórcio entre espécies, da adubação com uso da matéria orgânica e adubação verde com plantio de leguminosas eficientes na fixação de nitrogênio no solo.

As imagens abaixo apresentadas são representativas do trabalho realizado no sistema produtivo das mandalas, quando se pode observar o aproveitamento das diversas áreas do assentamento, tendo ao longo do ano, a possibilidade de prática do auto-sustento e principalmente da composição de uma dieta familiar baseada em produtos de alto teor nutritivo. Também é relevante atentar, o quanto tal prática vai criando novos modos de relação com a natureza, com os alimentos; entendendo a *comida como cultura*, como abordado em instigantes pesquisas interdisciplinares no campo da história da alimentação e da antropologia, como é o caso dos estudos de Massimo Montanari (2009), entre outros.

Figura 13 – Assentado em seu trabalho de rega da mandala.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

Figura 14 – Reservatório com criação de peixes.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

Como se pode observar das imagens recolhidas na pesquisa, o cultivo é diversificado e se baseia na estratégia de provisão às demandas das famílias, oferecendo uma variedade de produtos que diminua a necessidade da compra externa, evitando assim a fuga da escassa poupança familiar, que pode ser dirigida para outras necessidades não atendidas pelas unidades de produção. Aqui, é relevante perceber em que medida estas iniciativas podem concretamente contribuir para a significativa alteração no padrão de consumo das famílias deste assentamento, uma vez que a vida cotidiana do consumo se fazia como resultante de uma lógica de dependência do mercado.

Do ponto de vista da experiência em estudo, as culturas produzidas no Assentamento Mulungú não se restringem às culturas anuais como milho e feijão, apostando também na mandioca e diversidade de frutas, legumes e verduras. Sendo estas trabalhadas com o uso da enxada para os tratos de cultivo e o preparo da área de plantio irrigado é feito com o uso do trator. A dedicação à produção de grãos e demais produtos como ovos, carne, leite acontecem somente em um período do ano - o período chuvoso - e no período sem chuva a produção é para as mandalas, produção está destinada ao consumo das famílias e ao mercado local, sendo a subsistência a grande prioridade.

Na verdade, a produção de alimentos voltada ao consumo das famílias cumpre importante papel em suas estratégias de reprodução social. Assim, o ciclo de plantar e colher condiciona a dieta alimentar dos moradores do assentamento que se vinculam aos ciclos naturais da zona, marcados pelos tempos de preparar, de semear e de colher os alimentos para o consumo. Determinantes também para a variabilidade da dieta alimentar dos camponeses são os períodos de seca e chuva. De acordo com as características que se reservam a cada período, a alimentação é distribuída ao longo do ano sendo mais ou menos variada. As estratégias agroalimentares desta comunidade camponesa articulam, portanto, três esferas fundamentais para a garantia da alimentação: acesso aos recursos naturais, as práticas tradicionais e a necessidade do seu coletivo de pertencimento.

Apesar das condições de recursos hídricos favoráveis e áreas com potencial para irrigação, o Assentamento Mulungú ainda é bastante limitado na exploração destes potenciais. Este fato pode ser melhor confirmado com a localização atual da área de Reserva Legal, situada em uma área de planície com solos agricultáveis. Cabe lembrar que esta área, apesar de não sofrer alterações significativas há cerca de 10 anos, caso venha a ser utilizada necessita do uso de técnicas de recuperação como aplicação de adubo orgânico e outros.

Uma das principais fontes adotadas pelas famílias provém do campo de saberes da agroecologia, aqui entendida em diversas e articuladas acepções: como ciência, como movimento e como prática. A palavra no seu sentido semântico é uma derivação do prefixo *Agro*, sua origem radica no prefixo latino *agru* que significa "terra cultivada ou cultivável"; Ecologia é uma ciência (um ramo da Biologia) que estuda os seres vivos e suas interações com o meio ambiente onde vivem. É uma palavra que deriva do grego, onde "oikos" significa casa e "logos" significa estudo,

conhecimento. Nesse sentido, a agroecologia não existe isoladamente, é uma ciência integradora que agrega conhecimentos de outros campos do conhecimento, além de se nutrir também dos saberes populares e tradicionais, provenientes e preservados como legado da experiência de agricultores familiares, de comunidades originais e camponesas.

Nos assentamentos, as noções de sustentabilidade e agroecologia derivam de interpretações feitas a partir das interações mútuas entre os processos biológicos e sociais. Essa abordagem é sistêmica e visa a construção de um todo estruturado, como indicam autores como Guzmán Casado et. al. (2000). Para estes a sustentabilidade em perspectiva multidimensional agrupa os elementos centrais da agroecologia em três dimensões: a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sociopolítica. Estas dimensões não são isoladas e se interpenetram, gestando conceitos originais que articulam o saber como ciência, movimento e prática, como afirmado neste trabalho.

Do mesmo modo, a agricultura sustentável, que se orienta pelos princípios da agroecologia, procura restaurar as funções naturais de fluxos e de ciclos minerais, hidrológicos e de energia nos agroecossistemas. Tal processo requer ensinamentos da ecologia, para que se possa trabalhar a necessária integração de processos complexos que ocorrem na agricultura, como são as interações e as sinergias. Assim mesmo, cabe destacar a necessidade de uma melhor compreensão acerca do papel e função da biodiversidade internos aos sistemas agrícolas para sua apropriação, em busca de maior sustentabilidade e equilíbrio dinâmico dos agroecossistemas.

Aqui destacamos a função da agroecologia no Assentamento Mulungú como estratégia de resistência das famílias na terra, uma vez que a sustentabilidade das pequenas unidades familiares de produção depende da diversificação dos sistemas de cultivo e de criação de animais, assim como o uso racional dos recursos naturais e adequado manejo do solo, sob o risco de degradação do meio, inviabilizando a capacidade de reprodução social das famílias no assentamento.

A agroecologia reivindicada e debatida no MST e nos assentamentos não é constituída por práticas frequentemente interpretadas de forma errônea como retorno a um passado idealizado. A sustentabilidade em construção pelas famílias se baseia, entre outros fatores, na visão de Petersen (2009), que indica caminhos consistentes para que o futuro seja enfrentado de forma a atalharmos a encruzilhada

civilizacional contemporânea em que nos encontramos. Isto porque, ao contrário do modo de produção capitalista e do seu gerenciamento empresarial, a agricultura camponesa constrói o seu modo alimentar a partir do emprego do trabalho e do conhecimento na valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais. Assim construído, o *progresso* do camponês contribui diretamente para o *progresso da sociedade* em que ele está inserido. “Não queremos o atraso, queremos uma matriz tecnológica que nos possibilite ter boa comida, ter tempo para jogar bola e ter uma renda que possibilite ter uma boa casa e uma boa vida”, afirma Gilmar Mauro (2012), um dos dirigentes do MST.

Dessa forma, é preciso escapar da armadilha do debate vazio de sentidos, que apresenta a agroecologia e a sustentabilidade ambiental em uma dicotomia oposta ao chamado desenvolvimento. Para Trujillo-Ortega (2009), o conceito de sustentabilidade surge como um limite para o desenvolvimento, no contexto de consciência da fragilidade ambiental, questionando, assim, a suposta racionalidade do crescimento econômico.

A irrefutabilidade do termo sustentabilidade, inclusive, oferece legitimidade ao conceito de desenvolvimento empregado por grandes empresas e pelos governos, que adotam o jargão para transmitir um grau de preocupação relativo ao meio ambiente e à justiça social. Estas instituições seguem fazendo planos e construindo políticas de intervenção, muitas vezes não questionadas pela sociedade, uma vez que o tema ambiental e social foi por eles incorporado com outros significados. Neste contexto, a ideia de agricultura sustentável é dividida em dois paradigmas, passando a ser usada tanto pelo agronegócio, com a “modernização” conservadora da agricultura e pela chamada “Revolução Verde” - OGM, com o uso intensivo de produtos químicos, como por setores da agricultura familiar de base ecológica.

A sustentabilidade necessária para os assentamentos requer uma visão holística, sistêmica e a construção coletiva da capacidade de agregação social que garanta a autonomia e autossuficiência dos grupos sociais. Isto implica no uso racional e sustentável dos recursos naturais, o manejo adequado do solo e das florestas, a manutenção da diversidade ecológica, a fertilidade natural do solo e a substituição dos insumos químicos (adubos químicos, herbicidas, fungicidas, entre outros) por defensivos e adubos naturais de baixo impacto. Ou seja, o uso de técnicas adequadas e adaptadas à realidade das famílias e do ambiente em que vivem (SANTOS, 2012).

Analisando a realidade do Assentamento Mulungú, podemos perceber as linhas gerais de sua construção como ponto de chegada e ponto de partida, “o assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa para o acesso à terra e, ao mesmo tempo, seu ponto de partida em um processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social”. (DINIZ, 2009, p. 113). O assentamento aqui estudado desenvolve um sistema produtivo baseado na diversificação agrícola (policultivo) e na criação de pequenos animais como estratégia para atender à demanda alimentar das famílias. Quanto à agricultura, o processo se realiza com o baixo uso de insumos externos químicos, donde se pode observar que as ações são de baixo impacto. No entanto, esse sistema produtivo apresenta limites quanto à capacidade produtiva e dependência da sazonalidade pluviométrica. Ao longo da pesquisa, pode-se notar, como demonstram os depoimentos recolhidos da experiência de Zenaide Bezerra, Francisco Cleiton e José Batista, que os assentados fazem uma opção consciente por não usarem agrotóxicos, associando-os à destruição da vida: “Não usamos agrotóxicos por que não vemos necessidade já que usamos insumos orgânicos que é mais acessível” (Zenaide Bezerra, 2013), ou “Não adotamos o uso de veneno, destrói vida, fauna, flora e vitamina (Francisco Cleiton, 2013), ou ainda, “Não uso veneno porque faz mal pra saúde e pra vida” (José Batista, 2013).

Nesta pesquisa junto ao Assentamento Mulungú, observamos outra experiência de convivência com o semiárido expressa no modo como se constituem os “*quintais produtivos*”, chamados de “*agroquintais*”, pelo significado concreto que adquirem na produção de frutas, verduras e criação de pequenos animais, propiciando o desejado grau de autossustento das famílias assentadas, bem como a concretização dos princípios acima referidos de agroecologia. O que seria, em concreto, o agroquintal, se não uma prática que alia as dimensões do saber como ciência, prática e movimento? A figura 14 nos oferece um ângulo desta prática, com destaque para o uso da água.

Os quintais produtivos, como percebidos nesta pesquisa, constituem experimentos e espaços de extrema importância para a economia familiar e sua convivência com o semiárido, pois permitem desenvolver sistemas de produção no quintal das casas, possibilitando uma maior organização do trabalho e participação de toda a família, pois demandam tarefas que podem ser assumidas pelos mais jovens e pelas mulheres, os quais, por suas obrigações escolares e tarefas

domésticas, ficam impossibilitados de se deslocarem até a roça, em geral, distantes das agrovilas.

Figura 15 – Forma de captação de água.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

A proximidade da moradia faz destes uma extensão da própria casa e da vida doméstica em seu cotidiano de trabalho. Os quintais potencializam o uso e aproveitamento da terra, a captação de água da chuva, que é feita para as cisternas a partir da captação de enxurradas por declive ou por captação da água do telhado, em que essa água acumulada em cisternas durante o período das chuvas possibilita a irrigação das plantas que vão desde de hortaliças, ervas medicinais e plantas ornamentais à criação de alguns animais de pequeno porte. Tudo isso vem favorecer a uma melhor dieta alimentar das famílias como também é um complemento na renda.

3.4 Mulungú, Território de Luta e Resistência Camponesa

Por sua autonomia sobre seu próprio sistema produtivo e alimentar, sem o uso dos insumos químicos e partindo de práticas adequadas aos princípios da agroecologia, que privilegiam a diversificação de espécies, obedecendo à cultura e à dieta alimentar da comunidade, consideramos essas práticas observadas no Assentamento Mulungú estreitamente relacionadas ao conceito de soberania alimentar trabalhado pelo MST. Aqui se acolhe o conceito, a prática e o princípio da soberania alimentar enquanto vetor de construção, na luta camponesa, de condições

dignas para viver e produzir alimentos saudáveis, sem a contaminação dos agrotóxicos e com o uso das sementes crioulas, tradicionais dos povos, afirmando na prática a luta contra os transgênicos. A reflexão proposta em entrevista por João Pedro Stedile (2012) nos ajuda a entender e historicizar como se constrói essa concepção:

A agroecologia pode ser interpretada de diversas formas, mas acho que na essência ela deve ser vista como um conjunto de técnicas de produção agrícola, que visam o aumento da produtividade física da lavoura, e da produtividade do trabalho, em equilíbrio com o meio ambiente. (...) Já há conhecimentos científicos, que reúnem milhares de técnicas de produção, que vem sendo desenvolvidos há milhares de anos, em todas as sociedades. Precisamos é sistematizá-las e adequá-las a cada bioma. (...) Agroecologia é a matriz produtiva, necessária e fundamental para alcançar a soberania alimentar, sem uso de venenos. (...) É uma nova forma de combinar a atividade agrícola, do desenvolvimento da agricultura, e da valorização do conhecimento do agricultor, em sua missão de produzir alimentos saudáveis, para ele, sua família e toda sociedade. (...) A agroecologia é a única matriz produtiva que pode gerar condições de sustentabilidade ambiental, energética, social e econômica na produção de alimentos.

Neste sentido, aprofunda-se o debate e a luta por reforma agrária como garantia de direitos, como elementos inseparáveis da proposta agroecológica, em oposição ao expansionismo, à violação dos territórios e à expropriação dos povos do campo pelo agronegócio. Assim, a estratégia para o campo passa pela implementação de mecanismos de resistência e construção de soberania alimentar, que articulem a diversificação produtiva em bases ecológicas com a valorização das culturas alimentares, dos alimentos de qualidade e com a organização de mercados a partir da ótica sustentável.

Aqui é preciso pontuar que a segurança alimentar e nutricional (SAN) apenas poderia concretizar o direito à alimentação adequada e garantida quando, todas as pessoas, de qualquer idade e grupo social, sozinhas ou em comunidade, tivessem acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e nutritivos em quantidade e qualidade suficientes sem comprometer o acesso ao atendimento de outras necessidades essenciais. A base da SAN deveria ser assentada, pois, em práticas alimentares promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural e, amplamente sustentável do ponto de vista ambiental, cultural, econômico e social.

Partindo deste entendimento, este direito não deve ser interpretado como um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes, mas compreendendo como adequada uma alimentação que esteja de acordo com as condições sociais,

econômicas, culturais, climáticas e ecológicas de um determinado grupo social (FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER, 2009).

Para que consigamos analisar o alimento como direito é pertinente observar a relação com os pressupostos da soberania alimentar, notadamente quanto ao respeito à autonomia da população na definição de políticas que oportunizem a produção de alimentos com qualidade, bem como, construir uma prática coletiva que problematize o modo como essa produção deverá acontecer e para quem este alimento se destina. Outra questão destacada nos termos da soberania alimentar é sua relação com a autonomia de decisão dos pequenos agricultores sobre o tipo de semente a ser utilizada, o que fortalece os novos significados na construção de outra relação com a terra e com os bens naturais. Aqui se recorre à imaginação, no verso cantado do poeta popular camponês Zé Pinto, para quem “quando chegar na terra lembre de quem quer chegar, quando chegar na terra lembre que tem outros passos pra dar”. Podemos também comparar as palavras do poeta ao que assevera Feliciano (2006, apud. DINIZ, 2009), sobre a construção da forma assentamento, como *ponto de chegada* e *ponto de partida* em processo e luta. Onde a autora afirma que desta forma, a resistência ganha materialidade ao produzir na terra conquistada.

Em relação aos assentados de Mulungú, sujeitos desta pesquisa, observa-se que sua articulação enquanto camponeses em luta, seja no MST ou na Via Campesina, se faz como ação concreta, sobretudo para seu fortalecimento enquanto categoria. Os depoimentos a seguir são esclarecedores quanto à percepção dos conteúdos da união, da organização, do estar em movimento como condições de avanço nas conquistas. Esclarecem, por exemplo, o sentido e o conteúdo histórico do vocabulário da luta social (*isolado = fraco; parar = perder*): “Quando vivíamos isolados éramos mais fracos e sempre vale a pena ir nas mobilizações nacionais, toda vez que ficamos parados perdemos” (Peixinho, 2013).

Deste modo, nos parece evidente que a experiência dos assentados em Mulungú se articula aos objetivos da Via Campesina, em seu conteúdo de solidariedade na construção dos processos coletivos e na caminhada em busca de uma vida mais digna, com a fartura de alimentos e o respeito ao modo de vida, baseado no convívio com a natureza, como se observa neste documento de enunciação de princípios de elaboração coletiva por parte da Via Campesina:

Desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade entre as organizações membros, para promover relações econômicas de igualdade, de paridade de gênero, e de justiça social, a preservação e conquista da terra, da água, das sementes e outros recursos naturais; defesa da soberania alimentar, da produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala (VIA CAMPESINA, 2007).

Deste documento se observa o destaque dado aos princípios da solidariedade e unidade como vigas-mestras da organização, atentando para o sentido histórico da especificidade, da diversidade e convergindo para a construção de relações sociais fundamentadas na igualdade, na paridade de gênero e na justiça social. Tais fundamentos, na elaboração da Via Campesina, convergem em síntese à proclamação da necessidade histórica de conquista e preservação da terra, da água, das sementes, da natureza.

Na pesquisa em curso, os momentos de vivência com as famílias do Assentamento Mulungú e observados seus modos de cultivo e organização da vida em comunidade, nos levam a afirmar que ali, como em outros lugares, se busca não apenas escapar das dificuldades das secas periódicas e da incúria permanente dos governos, mas se constrói uma perspectiva de troca, de reciprocidade nas relações, reaprendendo formas de ajuda mútua de vizinhança, elementos tão comuns na vida camponesa.

Construindo formas de convívio pautadas no respeito à natureza, como nos princípios norteadores da Via Campesina, aprendendo e ensinando o que se aprende nas folhas das árvores, na casca dos frutos, nas sementes para o cultivo, nas hortaliças do tempero, nos animais, na mistura reforçada do prato de comida de todo dia, nas raízes para os chás. Enfim, nos ensinam que há um jeito de viver que não seja na peia do latifúndio ou na ponta de rua das cidades, em barracos de aluguel.

O assentamento é essa fração do território conquistado, fruto da luta, promessa e esperança de vida digna. Utopia teimosa e perseverante de quem almeja justiça e comida no prato, liberdade e fartura na mesa. Assim, com as necessárias mediações, se pode perceber que a declaração de Quito, no Equador, pode ser difundida e compartilhada no Assentamento Mulungú, entre a serra, o mar e o sertão do Ceará, pois este é também o compromisso dos poetas camponeses, filhos da luta por reforma agrária neste canto da terra, em articulação com a Via Campesina e o MST:

Nós nos comprometemos a continuar a luta pela soberania alimentar, por nossas formas de vida, pela agricultura camponesa e por modos de distribuição de reciprocidade, que são desenvolvidos em harmonia com a natureza, dentro da qual temos implantado o exercício criativo da agricultura, a hibridização de semente, a produção de alimentos que atendam a toda a humanidade, e outros conhecimentos, através dos quais se alimentou o mundo. Nós rejeitamos as visões capitalistas que predominam na agricultura, que privatizaram a terra e a água e que impõem a dinâmica das empresas que destroem a vida rural (VIA CAMPESINA, 2010).

Percebemos durante a pesquisa que a produção de alimentos no Assentamento Mulungú é tida como um princípio primordial, uma ética de vida, que acompanha o vínculo com a terra e a afirmação de sua condição camponesa. Ainda assim, é no processo de organização do assentamento que são fortalecidas as esperanças - ver o verdor das roças, ter suas crianças alimentadas, ver os riachos limpos e em condição de prover a água de consumo e da labuta. Ver as plantas desabrochando no terreiro ou no oitão da casa florescendo e pintando a vida mais colorida. Pegar ali perto na horta o coentro e a cebolinha para a sopa que afaga o estomago. Ir até o rio pescar de anzol o peixe para fritar e comer com tapioca. Colher o feijão e sentar de noitinha em roda para debulhar o fruto da colheita e conversar os causos da vida e da luta. E até cantar o aboio ou a toada que os avós ensinaram.

Figura 16 – Vista de uma mandala, em destaque o cultivo diversificado.



Fonte: Simone S. Pereira – 2013.

3.5 Desafios e Perspectivas de uma Caminhada

No decorrer de nossa pesquisa procuramos entrevistar militantes sociais do MST e da Via Campesina, com o intuito de atualizar nossa compreensão acerca do marco conceitual da soberania alimentar. Para este tópico de nosso trabalho, foram destacadas das referidas entrevistas uma reflexão sobre os desafios e as perspectivas das lutas camponesas em curso. O objetivo de analisar as teorias em prática no assentamento levou em devida conta a leitura de vários documentos, declarações, artigos, cartas, relatórios e outros escritos emanados de dentro da experiência da Via Campesina, compreendendo, desde logo, a soberania alimentar no nível da terra e da vida dos camponeses em um contexto particular.

Na entrevista realizada com João Pedro Stédile (2013), abordamos questões atinentes aos desafios e perspectivas na presente conjuntura de lutas sociais, no plano da luta por soberania alimentar. Quanto ao avanço das questões referidas, em termos da luta camponesa no Brasil, Stédile apontou também a intensificação do debate da formação, destacando que um grande passo já foi dado, pois, segundo ele: “até 5 anos atrás, o tema ainda era desconhecido, e hoje, temos uma unidade programática, entre todos os movimentos, e agora estamos na fase do trabalho com nossas bases camponesas, para difundir o conceito, a linha política e práticas objetivas para alcançá-la, em cada país”.

No tocante aos desafios postos aos movimentos camponeses, Stédile compreende que, em primeiro lugar é imperativo “um amplo trabalho de conscientização das bases, levar conhecimento, informações, para que o camponês se convença dessa necessidade de priorizar a produção de alimentos, de acordo com os hábitos alimentares locais”. Em segundo lugar, o destaque é dado à difusão dos projetos de agroecologia, com o objetivo de incrementar *a produção dos alimentos, por hectare e por pessoa*. Em terceiro lugar, sua observação se estende à pressão sobre os governos, não apenas pela adoção de pontuais políticas públicas de fomento, mas pautando em simultâneo a luta *para garantir para a soberania nacional, como, por exemplo, a garantia de compra da produção dos alimentos locais*.

Por fim, destaca-se na entrevista de Stédile, a necessidade de um amplo *trabalho de conscientização da sociedade em geral*; o que implica determinadas mudanças no padrão alimentar, na composição da dieta, no conhecimento dos

produtos locais e das respectivas safras. Tal trabalho, propriamente de reeducação, requer o combate ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos e a importação de produtos pelas empresas transnacionais, que controlam o mercado mundial de alimentos. Aqui, segundo Stédile (2013), caberia uma afirmação de compromissos dos profissionais que atuam diretamente *no campo e na assistência técnica aos assentamentos* - técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários e demais operadores das agências de ATES – *bem como as universidades públicas para atender a necessidade dessa linha política da soberania alimentar.*

Bastante esclarecedora, para os propósitos desta pesquisa, é a entrevista realizada em outubro de 2012, com Itelvina Mazoli, também dirigente do MST e da Via Campesina, apresentada em parte neste tópico do trabalho, para nos ajudar a pensar os desafios que teremos que enfrentar nos territórios da luta por reforma agrária articulados às experiências em curso, que difundem os princípios da soberania alimentar. Para Itelvina Mazoli, *os desafios são muitos:*

Número um está em potencializar a luta pela terra e pela reforma agrária, porque não tem soberania alimentar se os camponeses e as camponesas do mundo inteiro não tem acesso à terra, não tem acesso à água, não tem acesso às sementes, às condições de produzir o alimento. Então a luta pela terra e pela reforma agrária é condição para a luta pela soberania alimentar (Itelvina, 2012).

O segundo desafio, segundo a análise de Itelvina (2012), reside no “próprio diálogo ou articulação, melhor dizendo, entre quem produz e quem consome”. Neste sentido, a análise propõe pensar em níveis de articulação entre o campo e a cidade, transformando a soberania alimentar numa luta do conjunto da classe trabalhadora, pois temos que:

Diminuiressa distância e entender que essa luta que os trabalhadores da cidade, que a sociedade de modo geral tem que defender também essa questão dos alimentos, exigir seus direitos a se alimentar com alimento saudável, porque é essa consciência que vai gerando força e dando força à essa luta política pela soberania alimentar na medida também que (...) o sujeito político e social tome consciência do que se alimenta e que exija, porque caso contrário, o alimento saudável ainda é um nicho pequeno, caro nos mercados, a burguesia se alimentando bem porque pode comprar um alimento de qualidade e os grandes pobres no mundo morrendo envenenado, comendo só veneno (Itelvina, 2012).

Nestes termos, o grande desafio converge para a luta política. Neste ponto, Itelvina destaca que em termos de avanço da consciência de direitos por soberania

alimentar e em face da necessária pressão social, um terceiro (e enorme) desafio que é “formar nas comunidades toda uma nova geração com essa nova concepção da luta, de envolver a própria prática agroecológica, o projeto da agroecologia”. Para ela, o desafio da formação nos dias de hoje é tanto maior em face à ofensiva permanente do modelo do capital.

Nós temos comunidades cercadas pelo agronegócio e sendo contaminada pelos transgênicos. Então isso exige também do movimento camponês uma capacidade de formação, de informação, de capacitação das lideranças das comunidades para que cada vez mais a nossa luta é uma luta árdua. Enfrentamos inimigos poderosíssimos e isso exige uma ação política na área da formação (ITELVINA, 2012).

Neste sentido, ao destacar, em linhas gerais, o que podemos chamar de desafios centrais na luta por soberania alimentar, nesta conjuntura marcada pela ofensiva do capital e resistência “dos pobres da terra”, Itelvina propõe para nossa reflexão “a participação das mulheres, da juventude, como desafios que vão sendo colocados nesse momento histórico de avançar a luta do movimento camponês”. No sentido da ação das mulheres camponesas no tocante à luta por soberania alimentar, Itelvina articula com propriedade o papel histórico das mulheres e sua prática agroecológica, recuperando os saberes ancestrais e as sementes crioulas. Neste ponto, a entrevistada convoca nossa atenção para entender o papel das mulheres assentadas em Mulungú como guardadora das sementes, no cuidado com o quintal, a horta, o jardim, ações fundamentais para a superação dos limites estruturais impostos pelo capital.

Dentre os principais desafios encontrados pelas famílias assentadas e observados no curso desta pesquisa, se destacam a ausência de condições materiais para implementar as tecnologias de “convivência” com a seca, fator que tem se agravado e até comprometido o potencial produtivo das famílias do assentamento. Frente a isso, temos ainda os baixos investimentos públicos e a falta de recursos dos órgãos de fomento para as experiências em curso – mandalas, quintais produtivos, captação e armazenamento d’água – assim como assistência técnica, saúde e educação.

A falta de investimentos para a agricultura familiar é um fator que tem causado a não potencialização das áreas de assentamento. Por estarem em uma área que lhes oferece um bom potencial hídrico e de solos agricultáveis, as famílias

estão dotadas de um potencial que pode lhes garantir um bom desenvolvimento econômico, que busque inserir todos (principalmente jovens e mulheres) na participação produtiva.

As mulheres devem participar ativamente do desenvolvimento social, político, ambiental e econômico do assentamento, dispondo-se a formar um grupo de mulheres e trabalhar em atividades como a confecção de produtos artesanais e produção de plantas medicinais a partir da construção de um horto, dentre outras atividades. Os jovens também se inserem dentro dos potenciais sociais em função da disponibilidade para formar um grupo e atuar ativamente no assentamento.

Dentro de um quadro de limitações, no entanto, algumas considerações são necessárias. Embora as mulheres devam participar ativamente de atividades dentro do assentamento, ainda persistem dificuldades por parte dos homens em seu interesse em ajudá-las. Quanto aos jovens, é importante que haja um apoio para que eles possam melhor se organizar no assentamento e auxiliá-los na formação do grupo e nas atividades que os mesmos podem desenvolver.

Levando em devida conta os limites estruturais com que se defronta o Assentamento Mulungú, é de plena validade ressaltar a experiência em curso, exatamente quanto à sua característica de *experiência em movimento*, recuperando elementos significativos das matrizes ancestrais da cultura e do modo de vida camponês e agregando os novos conteúdos dos debates em curso sobre a soberania alimentar e a agroecologia, não como meros conceitos operativos, mas como concepções articuladoras de princípios, de uma ética e de valores pautados por uma visão de mundo baseada na igualdade, solidariedade e justiça social, como afirmado nesta pesquisa.

Ao longo de nossa pesquisa, nos deslocamos ao Assentamento Mulungú, a cada visita pudemos perceber um novo ângulo de observação, uma descoberta, um conhecimento, uma conversa. Muito aprendemos e uma parte do aprendizado, fruto do diálogo generoso mantido no assentamento com dona Fátima Cleiton, Francisco, Domingos e tantos mais, chega à redação deste trabalho. Porém, muita coisa ficou lá ou retida na imaginação. É o caso de quando pensamos no frescor da água cristalina, no verdor das hortaliças e no cheiro das plantas de tempero da vida e cura do corpo. É o caso de quando ativamos a lembrança e vemos o desenho das mandalas, propondo novos jeitos de semear, de regar e de comer. Ou dos quintais produtivos, também chamados de agroquintais, demonstrando que pequenos

pedaços de terra boa podem mudar a face árida do sertão, da seca e dali se pode tirar a fruta e criar pequenas mudas para outras semeaduras em outros quintais. Entendendo que restam ainda muitas questões em aberto ao pesquisador do campesinato no Brasil, chegamos até aqui orientados pelo sentido de que “são muitas questões a serem investigadas para entender a história social do campo e compreender os conflitos do presente. São questões de fato e interpretações que só pesquisa e tempo podem ajudar resolver” (WELCH, 2006, p. 71).

Assim, tem sido a vida de trabalho e esperança das famílias camponesas do Assentamento Mulungú, entendemos que as imagens comparecem neste trabalho seja como anexo ou como texto por elas mesmas, oferecem um olhar interpretativo sobre variadas dimensões que tentamos captar em nosso estudo. O gado, as verduras, a hortaliça, a lavadeira, o riacho, as mandalas, a melancia, o abacaxi, o côco, o caju, o urucum e a bananeira, o tanque dos peixes, a vivacidade dos gestos da labuta de Dona Fátima, as plantas de cura, as pimentas de cheiro, a malagueta e o pimentão, as galinhas e os coelhos... São imagens que demonstram a mão de muitas famílias em convívio entre si e na terra, como ponto de partida e ponto de chegada. Da colheita da fartura e da justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de elaboração desta dissertação, entre os inúmeros aprendizados que esta caminhada nos trouxe, destacamos como elemento fundante a conclusão do predomínio do latifúndio na história do Brasil e como essa cultura irá determinar a construção e consolidação de uma prática política, cultural e ideológica conservadora e excludente dos trabalhadores do campo, indígenas, camponeses, criando uma massa de pobreza e todos os malefícios oriundos dessa forma de organização da sociedade. Daí a luta contra a fome e por soberania alimentar comparece como parte de uma estratégia, que prediz os caminhos para conquistar a reforma agrária, uma política de justiça no campo, onde a produção de alimentos se coloque como condição de vida e não como geração de mercadoria.

Sabe-se que o momento histórico em que estamos não apresenta a soberania alimentar como uma estratégia para eliminar a fome no mundo, o máximo que se apresenta, a partir dos organismos internacionais, é a ajuda humanitária para diminuir os índices desumanos da fome mundial, a chamada “pobreza extrema”. Por isso, a exemplo da Via Campesina Internacional e, no caso do Brasil, do MST, compartilhamos da aposta de organizações dos camponeses em relação à luta pela implantação de políticas radicais como aquela associada à soberania alimentar, com a possibilidade de reorganizar o campo para servir às necessidades de uma população desnutrida e sem emprego adequado e digno. O objeto desta pesquisa, o Assentamento Mulungú, se apresenta como um exemplo, onde alternativas ao modelo predominante estão em construção.

O estudo confirmou o senso comum que historicamente marca o abandono da região do semiárido nordestino em termos de políticas públicas, e, o estado do Ceará, onde está localizado o Assentamento Mulungú, faz parte desta política de exclusão. A pesquisa também detalhou a complexidade das políticas agrárias, que fazem escolhas de integração parcial na região, favorecendo os proprietários de unidades de exploração agrícola tipo monoculturas de exportação, com subsídios para o uso exacerbado e sistemático de agroquímicos e energia proveniente de fontes externas não renováveis. Assim, o abandono dos camponeses é duplamente problemático, pois a inclusão da monocultura traz danos para o ambiente e dificultam a resistência de um grupo já prejudicado devido à falta de políticas de

apoio para agricultura alternativa. Essa realidade gera uma crise socioambiental no campo, agravada pelo poder e a influência das oligarquias rurais.

Aqui se ressalta outra dimensão singular da questão agrária do Nordeste brasileiro, onde se verifica que a maior parte do campesinato não tem acesso às políticas de infraestrutura, insumos e tecnologias, e ao mesmo tempo “a região conta com 50% do campesinato brasileiro. A maior parte dos 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo, o bolsa família” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES 2012, p. 26), que só promove a perpetuação de sua condição de dependência.

De outra forma, a partir dos depoimentos dos assentados, as visitas ao Assentamento Mulungú e com maior familiaridade com o contexto da territorialidade onde se realizam as práticas locais de soberania alimentar, nossa pesquisa verificou um despertar do interesse pelo conhecimento técnico. Desta perspectiva, ficou evidente como é de importância fundamental a ampliação das relações sociais na comunidade, concretizada regularmente no trabalho compartilhado entre as famílias, a valorização da solidariedade e a compreensão de que a luta por soberania alimentar é ao mesmo tempo local e global.

Assim, o processo da pesquisa chegou a gerar algumas conclusões específicas. A luta do MST, na sua principal forma, a ocupação da terra, criou um tipo de organização para combater o latifúndio e lutar pela reforma agrária, e consequentemente pela soberania alimentar. Os acampamentos e assentamentos, enquanto comunidades de resistência, enfrentaram e ainda enfrentam ao modelo de desenvolvimento de um Estado preso aos interesses do agronegócio brasileiro.

A desterritorialização, na maioria das vezes, tem base em políticas econômicas e sociais capitalistas, que embora se manifeste de forma globalizada, sua materialização mais brusca se dá de maneira local e os processos de lutas e resistências começam no local, mas precisam se ampliar para o global. Neste sentido, a luta local dos camponeses tem construído estratégias de articulação com outras organizações em âmbito nacional e internacional, promovendo ações conjuntas com indígenas, quilombolas, ativistas dos direitos humanos, na intenção de que a classe trabalhadora articule luta política coletiva de enfrentamento ao agronegócio, pois compreende que sua expansão tem acarretado impactos socioambientais gravíssimos, não apenas para a vida dos sujeitos do campo, mas

de toda sociedade.

Tendo em vista a grande contradição que se estabelece entre a questão da fome e a modernidade, como contradição do tempo histórico que vivemos, a discussão do quadro estrutural da fome torna-se uma questão central no debate dos pressupostos da soberania alimentar. Assim, em perspectiva que se contrapõe ao conceito de *segurança alimentar*, os movimentos sociais vêm construindo, por dentro da luta social globalizada, o conceito de *soberania alimentar*. Neste sentido, as organizações camponesas adotam, como ponto de partida, o enunciado de um princípio: “o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional” (STEDILE 2013)

Como procuramos demonstrar em nossa pesquisa, observa-se que no país não há problema de indisponibilidade de alimentos, que são produzidos em quantidade suficiente para atender às necessidades energéticas de toda a população brasileira. Essa evidência vem corroborar a tese de que os problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional, que atingem contingentes enormes de nossa população, ocorrem devido à desigualdade de acesso à alimentação adequada. Essa desigualdade ocorre tanto em relação à quantidade de alimentos consumidos, como em termos da sua qualidade, se manifestando por deficiências de micronutrientes, que não podem ser mensuradas por alteração no peso corporal, visto também implicarem no excesso de peso, na obesidade e em outras doenças crônicas associadas.

Por este motivo, a busca pela construção da soberania alimentar é fundamentada em uma realidade concreta de fome e pobreza do Brasil, que, como abordado anteriormente, tem cerca de 40% da população convivendo com alguma forma de insegurança alimentar, tendo sistematicamente seu direito humano à alimentação adequada violado. A PNAD (2004) aponta, ainda, que existe uma desigualdade étnico-racial permeando esses dados, pois mais da metade da população negra (52%) vive em insegurança alimentar moderada e grave, contra 28% dos brancos (BRASIL, 2007, p.16).

A tese clássica de Josué de Castro (1946) de que a fome e a desnutrição são resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si, nos defronta com a lógica a que é submetida a “solução” dos problemas relacionados à fome, à desnutrição e à pobreza e que tem como fundamento as leis

do lucro e da acumulação capitalista, em que os governos comprem alimentos de grandes empresas e sua distribuição é feita como parte de políticas compensatórias, incapazes, portanto, de gestar mecanismos públicos que favoreçam mudanças estruturais desde a produção, inclusão e distribuição de renda, condições de trabalho e de acesso aos alimentos.

Desta feita, nossa pesquisa nos permitiu compreender que, em escala mundializada, o que ocorre hoje é uma “política da fome”, que articulada aos interesses econômicos de um punhado de empresas transnacionais, gerenciam e controlam a produção e comercialização dos alimentos no mundo, incidindo diretamente na definição do como vivemos, do que comemos e quem deve morrer de fome. A persistência global da fome, tendo em vista que é um problema solucionável, só pode ser compreendida como uma violação de direitos fundamentais de reprodução da vida, constituindo ainda uma das mais significativas evidências históricas das desigualdades estruturais gestadas pelo modo de produção capitalista.

Proposto pelos movimentos sociais do campo, especialmente pela Via Campesina, o conceito de soberania alimentar, como se vê neste trabalho, surge como um posicionamento crítico ao viés neoliberal do conceito de segurança alimentar, expresso nas políticas públicas destinadas ao suposto combate à fome e à desnutrição crônicas. Para além do acesso aos alimentos e das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais: o fortalecimento das práticas da agricultura camponesa, a preservação da biodiversidade e a autodeterminação, no sentido de definir o que e o como deve constar na dieta alimentar dos povos.

A soberania alimentar atualiza o debate sobre a questão agrária e o capitalismo agrário e, com seu pioneirismo, a Via Campesina coloca ao campesinato uma grande responsabilidade: desenvolver políticas que defendam a soberania camponesa, pois, como afirma Fernandes (2008), “defender o alimento, significa defender o território em que se produz o alimento” (p.15). Isso significa expandir ideias, ou seja, territórios imateriais e territórios materiais, configurados em terras produtoras de alimentos saudáveis. A proposta da soberania alimentar reorganiza o comércio local e mundial, colocando em questão a viabilidade do modelo do agronegócio.

Mais ainda, o modelo dominante de desenvolvimento econômico, que se

realiza em detrimento dos povos do campo (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assalariados rurais), só contribui para postergar as soluções, pois, na verdade, este modelo agrava a concentração de renda e de poder. Em resposta às lutas, a estratégia do Banco Mundial tem sido a de “combater a pobreza”, focalizando as regiões de maior tensão social, recorrendo às ONGs para legitimar o ajuste das políticas públicas neoliberais.

Neste passo, a Via Campesina nos avisa que é hora da soberania alimentar e a hora é agora, pois se trata de proteger a vida, a saúde das pessoas, o trabalho digno, a terra dos ancestrais, um jeito de viver, as nascentes d’água, os alimentos. É hora de *proteger a produção da energia mais importante no mundo: o alimento!*

Nesse sentido, o núcleo de nossa argumentação se estende à análise do Assentamento Mulungú, em sua condição de território de luta e resistência camponesa e, apresentamos aqui uma breve reflexão em torno dos desafios e perspectivas das lutas camponesas no tempo presente, tendo sempre em vista, os nexos da organização das famílias face ao MST e à Via Campesina e, em particular, quanto à difusão dos princípios e práticas da soberania alimentar.

Aqui destacamos a função da agroecologia no Assentamento Mulungú como estratégia de resistência das famílias na terra, uma vez que a sustentabilidade das pequenas unidades familiares de produção depende da diversificação dos sistemas de cultivo e de criação de animais, assim como do uso racional dos recursos naturais e adequado manejo do solo, sob o risco de degradação do meio, inviabilizando a capacidade de reprodução social das famílias no assentamento.

A pesquisa se configura como início de muitas indagações, e neste caso serviu também para fortalecer convicções, de que há entre o campesinato uma resistência ofensiva e a sabedoria que embora o Estado tenha o seu papel, a única classe que traz em si um potencial de transformação é classe trabalhadora. As conquistas para os camponeses só vem através da luta, e as mudanças através da unidade da classe. Assim se faz atual a necessidade do fortalecimento de uma articulação camponesa internacionalizada, e ainda mais atual o chamado clássico de Marx “Proletários de todos os países, Uní-vos!”.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. Setorização dos Sertões do Nordeste – 1: O caso do Ceará. **Scientific American Brasil**, São Paulo, v. 2, n. 15, p. 98, 2003.
- AB'SABER, Aziz. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
- ABRANDH. **Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos**. Elementos conceituais de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<http://www.direitohumanoalimentacao.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- ALENCAR, Francisco Amaro de. **Os impactos sócio-territoriais dos assentamentos de reforma agrária: O caso do sertão do Ceará**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Anais... João Pessoa, 2002.
- ALENCAR, Francisco Amaro de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.
- ALENCAR, Francisco Amaro de. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (org.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo, mundialización. In: SEONE, José Taaddei. **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BARBOSA, R. S.; FEITOSA, A. M. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: Júnior, J. C.; ZUBA, J. A.; FEITOSA, A. M. (Orgs). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEURLIN, Alexandra. **Direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas, **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no nordeste**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRANDÃO, A. S.; CASTRO de RESENDE, G.; COSTA MARQUES, R. W. **Crescimento agrícola no período 1999-2004: explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil**. Brasília, IPEA, 2005, 30p. Disponível em: <www.ipea.br>. Acesso em: 15 abr. 2005.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRASIL. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2004. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Outros/IIConferencia.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2013

BRASIL. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Regimento.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira**, 2006. Disponível em: <http://nutricao.saude.gov.br/guia_conheca.php>. Acesso em: 16 jan. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**/ Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu – MDA/SDT/AMUV**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo, nº 111, ano X, ago. 2010.

CADELHA, Edmar. **Regulamentação da lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Consea/static/noticias/artigo_EdmarGadella_Losan.html>. Acesso em: 13 jan. 2013.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, Aspásia A. A questão agrária: crise de poder e reformar de base (1930-1964). In: FAUSTO, Bóris. (Org) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**, vol. 3, São Paulo: Difel, 1981.

CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, T. M. de C. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. in: IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas". ABRH, Foz do Iguaçu, 2001. Disponível em: <http://www.barramentos.ufc.br/Hometiciana/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas%20no%20Nordeste%20do%20Brasil_08%20de%20junho_def.pdf>. Acesso em: 13 de jan. 2013.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. n. 245. , ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>>. Acesso em: 13 de jan. 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBA, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo**. Curitiba: Paz e Terra, 2007.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. Na Sombra da Imaginação: Reflexão a Favor dos camponeses. **Revista Nera** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente – FCT/UNESP, 2010, p. 1-14. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CASTELLS, MANUEL. **Fim de Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 [1925].

CLOC. Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. **Documento preparatório ao congresso da CLOC 2010**. Quito: Cloc, 2010.

DINIZ, Aldiva Sales. **TRILHANDO CAMINHOS: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DUARTE, Jonas. **Seca em Procissão**. Enviado por MPA em sex, 16/11/2012.

EDUARDO, Paulon Gerardi. **Atlas da Questão Agrária Brasileira e Cartografia Geográfica Crítica.** Confins [Online], 2009, Disponível em: <<http://confins.revues.org/5631>>; DOI: 10.4000/confins.5631>. Acesso em: 26 jan. 2013.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do Semi-árido cearense. In: DINIZ, Aldiva Sales; FURTADO, José Levi Sampaio. **A Modernização Excludente.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAO Por extenso. **Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional,** 2004. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/downloads/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M.. **A Formação do MST no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C.. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial.** [S.l.: s.n.], 2010.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Questão agrária e disputas territoriais no Brasil.** Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Governança da Terra no Século XXI: SESSÕES FRAMING THE DEBATE,** Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Framing the Debate Series, no. 2. ILC, Roma, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1981.

FERREIRA, Mônica Gomes. **Direito humano à alimentação adequada**. Monografia (especialização) -- Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2010.

FERREIRA, G. B. Sustentabilidade de agroecossistemas com barragens subterrâneas no semiárido brasileiro: a percepção dos agricultores na Paraíba. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.6, nº 1, pg. 19-36, 2011.

FILHO, G. C. F. **Teoria e Prática em Economia Solidária**: Problemática, Desafios e Vocação. V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: O Mundo Empresarial e a Questão Social. Porto Alegre: PUC-R S, 2006.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração Final**. Havana (Cuba), 2001.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni (Mali), 2007. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/temas/mujer/Declaracion_Mujeres_Nyeleni_PR.html>. Acesso em: 19 out. 2011.

FROMM, Erich. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado. Agroecologia: garantindo a segurança alimentar**. Disponível em: <www.agroecologia.inf.br>. Acesso em: 11 mai. 2013.

FURTADO, Sampaio. **Em busca de novo modelo** - Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coords.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HARTMANN, Philipp. **Reforma Agraria no Ceará** - Uma Análise dentro das perspectivas económicas. Fortaleza: Ed. Imigrantes, 1999.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1963.

HAROCHE, Claudine. Maneiras de ser, maneiras de sentir do indivíduo hipermoderno. **Ágora**, v. 7, n. 2, jul/dez. 2004.

IANNI, O. **Sociologia da sociologia**. O pensamento sociológico brasileiro. São Paulo: Editora Ática. 1989.

IANNI, O. Introdução. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: (org.). Florestan Fernandes. **Que livro?** São Paulo: Ática, 1986.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD)** - 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1982.

MALLEY, Holland Anthony, Análisis Social Crítico Y Desarrollo. In: VELTMEYER, (org.) **Herramientas para el cambio**: manual para los estudios críticos del desarrollo. Madri: Plural Editores, 2010.

MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata; TONEZER, Cristiane; GENESSINI, Alex. Circulação de Alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. IN: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária**: sonho, sonhei, sonhamos – luta de classes e assentamentos em terras do Ceará. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

MARTINS, M. D. . **Açúcar no sertão**: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981. Corrige ordem

MAZOYER, M. **Defendiendo al campesinado en un contexto de globalización**: crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea. Roma: FAO, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo. **Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais**. 1º ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: SENAC, 2008.

MOORE, L. F.; COLLINS, J.; ROSSET, P. **Doce mitos sobre el hambre: un enfoque esperanzador para la agricultura y la alimentación del siglo XXI**. Barcelona: Icaria, 2005.

MOREIRA, José Roberto. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, R. M.; STAMATO, B. **Instituto Giramundo Mutando: Programa de Extensão Rural, Agroecologia**. Botucatu: Giramundo, 2009.

NUNES, Mercês da Silva. **O direito fundamental à alimentação: e o princípio da segurança**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Crise dos Alimentos ou Crise do Neoliberalismo? 2012. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Renda da terra”. **Orientação**, São Paulo, nº 5, p. 94-95, IGEOG/USP, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “Renda da terra diferencial e II”. **Orientação**, São Paulo, n. 6, p. 93-104. IGEOG/USP, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e Tempo, compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Humanitas, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos Avançados**.

Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, n 43 (2001)
São Paulo: IEA, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

ONU. Por extenso. **Relatório do Relator Especial sobre o direito à alimentação**. Olivier De Schuster. MISSÃO AO BRASIL (12 a 18 de Outubro de 2009). Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/GT_ALIMENTACAO_Relatorio_Relator_Especial_sobre_direito_alimentacao_Missao_Brasil_outubro_2009.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

PETERSEN, P. (org.) **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: as-pta, 2009.

PIMENTEL, Álamo. **O Elogio da Convivência e suas Pedagogias Subterrâneas no Semiárido Brasileiro**. 2002. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Política, ascensão social e liderança num povoado baiano. In: **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1976.

QUIJANO, Aníbal. Los Movimientos Campesinos Contemporáneos em América Latina. OSAL – **Revista do Observatório Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Nº5. 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. In: DAYRELL, Carlos; LUZ, Claudia. (Org.) **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda, 2000.

RIGOTTO, R. M. **O “progresso chegou”. E agora? Tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

RIGOTTO, R. M.; SANTOS, A. L. Território e Territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica a saúde. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.08, n.3, p.387-406, nov/2010.

SAMPAIO, J. L. F. Novas Estratégias de Combate à Seca e à Fome no Ceará: a construção de um poder. **Revista de Geografia UFC**. Ano 01, nº 2, 2002.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: VÁSQUEZ, Guillermo Hoyos. **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. CLACSO, Buenos Aires. 2007.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995–2002**. Cad. Saúde Pública, 2007.

SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A. G. Agroecologia e Agricultura Familiar: um caminho para a Soberania Alimentar. **Anais...** 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

SANTOS, Gilvan. **sostenibilidad de sistemas productivos asociados o no a la ganadería bovina en un asentamiento de reforma agraria del estado maranhão, brasil**. 2012. 85 pg. Tesis en opción al Título Académico de Máster en Agroecología y agricultura Sostenible. UNAH – Universidad Agraria de La Habana. San José de las Lajas – Mayabeque / CUBA. Mayo 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério (org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: O corpo na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina. In: BORON, Atilio; LECHINI Gladys (Orgs.) **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: Lecciones desde África, Asia y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, C. R., WICHINIESKI, I. (orgs.) **Conflitos no Campo Brasil 2011, Goiânia: CPT Nacional Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SÍLVIA, Alvarez. **As garras das transnacionais sobre o sistema alimentar são a causa profunda da crise**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2013.

SINGER, Hans. A mecânica do desenvolvimento econômico (1952). In: ARGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

STEDILE, João Pedro (org.); **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1964-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO Horácio Martins. Dicionário da Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THOMAZ JR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. São Paulo: [s.n], 2009.

THOMAZ JR, Antônio. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. **Anais...** IX colóquio Internacional de Geografia, Porto Alegre, 28 de mayo-1 de junio de 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THORP, Rosemary. As economias latino-americanas 1939-1950. In: BETHEL, Leslie (org.), Trad.: Geraldo Gerson de Souza. **Col. História da América Latina**, vol. VI, A América Latina após 1930: Economia e Sociedade/ São Paulo: Edusp, 2005.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VELTMAYER Herry; PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento**. Campesinato Território em Disputa. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos sobre internacionalismos e a Via Campesina**. São Paulo: Alameda, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Revista Lutas e Resistências**, Londrina, n. 1, p. 60-75, set. 2006.

ZIEGLER, Jean. **Por que os preços dos alimentos dispararam no mercado internacional e em alguns países se agrava a crise alimentícia?** In: Subsídios para compreender o significado da elevação dos preços dos produtos agrícolas.

MST – textos de estudo sobre agricultura – 7ª Jornada de Agroecologia, Paraná, 2008.

ANEXOS

ANEXO 01 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DA PESQUISA



Criação de gado no assentamento, onde os animais são criados em pasto solto e o cuidado é coletivo funcionando por escala de trabalho.



A produção de verduras e hortaliças enriquecem o alimentar do dia a dia.



O riacho que corta o assentamento e o hábito das lavadeiras.



Produção diversificada nas mandalas.



Produção de abacaxi dentro das mandalas.



Produção de melancia.



Coco, o urucum e as bananeiras dão um verdor ao que antes era pura seca.



Produção de abacaxi.



Produção de bananas.



Satisfação em ver a terra produzindo alimentos.



Tanque ao centro onde se cria o peixe.



Dona Fatima contando como é importante aproveitar cada espaço da área irrigada para plantar.



O coelho é para alimento da família.



As mudas de ervas medicinais e plantas ornamentais também passaram a ser vendidas para complementar a renda.



Ovo que vai para os bolos e pães que são feitos para serem vendidos na feira.



Peixe para o alimento da família... só a pesca do fim de semana vai para a feira.



Diversidade da banana que vai da rocha a banana prata.



Produção de pimenta que embeleza a trilha rumo as mandalas.



Plantio permanente de caju.



Plantas para produção de mudas para serem comercializadas.

**ANEXO 02 - DATOS DE LAS ORGANIZACIONES SOCIALES MIEMBROS DE LA
VÍA CAMPESINA INTERNACIONAL**

REGION	PAIS	ORGANIZACIONES	
SUDAMERICA	PARAGUAY	OLT	Organización de Lucha por la Tierra
		MCNOC	Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas
		MCP	Movimientos Campesino Paraguayo
		CONAMURI	Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas
	ARGENTINA	MOCASE	Movimiento Campesino de Santiago del Estero
		COCITRA	Coordinadora de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Trabajadores Rurales de Argentina
		APENOC	
		MNCI	Movimiento Nacional Campesino e Indígena
		CAI	Consejo Asesor Indígena
	CHILE	ANAMURI	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas
		RANQUIL	Confederación Nacional Sindical Campesina y del Agro RANQUIL.
	BRASIL	MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
		MMC	Movimento de Mulheres Camponesas -
		MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
		MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
		PJR	Pastoral da Juventude Rural
		CPT	Comissao Pastoral da Terra
	URUGUAY	RMRU	Red de Mujeres Rurales de Uruguay
	BOLIVIA	CSUTCB	Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia CSUTCB
		MST-B	Movimiento de Trabajadores sin Tierra de Bolivia MST-B Silvestre Saissari
		Consejo Andino produc. COCA.	Consejo Andino de productores de Coca de Bolivia Asterio Romero Julio Salazar –
		CSCIB	Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia Presidente –
		CNMCIQB-BS	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas, Indígenas y Originarias de Bolivia –Bartolina Sisa
	COLOMBIA	CNA	Coordinador Nacional Agrario
		FENSUAGRO	Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria
		FENACOA	Federación Nacional de Cooperativas

			Agropecuarias
	PERU	CNA-PERU	Confederación Nacional Agraria
		CCP	Confederación Campesina del Perú
	ECUADOR	FENOCIN	Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras del Ecuador
		FENACLE	Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas libres del Ecuador
		CONFEUNASSC	Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino
		CNC - EA	Coordinadora Nacional Campesina – Eloy Alfaro
		FEI	Confederación de Pueblos, Organizaciones Campesinas Indígenas del Ecuador
	VENEZUELA	CANEZ	Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora
FNCEZ		Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora	
CENTRO AMERICA	HONDURAS	CNTC	Central de Trabajadores del Campo
		CODIMCA	Consejo para el Des. Integral de la Mujer Campesina
		OCH	Organización Campesina Hondureña
		UTC	Unión de Trabajadores del Campo
		ADROH	Asociación para el Desarrollo Rural de Honduras
		ANACHC	Asociación Nacional de Campesinas de Honduras
	NICARAGUA	ATC	Asociación de Trabajadores del Campo
		UNAPA	Unión Nacional de Productores Asociados
		CNOR	Coordinadora Nacional de Oficiales en Retiro
		ARNIG	Asociación de la Resistencia Nicaragüense
		MAFNIC	Mesa Agropecuaria Forestal
	EL SALVADOR	ANTA	Asociación Nacional de Trabajadores Agropecuarios
		FECORACEN	Fed. de Coop. de la Ref. Agraria Región Central:
		MPMR	Mesa Permanente de Mujeres Rurales:
		UNATA	Unión Nacional de Trabajadores Agropecuarios:
		AVEGSAL	Asociación de Veteranos de la Guerrilla Salvadoreña:
		FUNPROCOP	Fundación de Promotora de Cooperativas:
		FENACOPAZ	Fed. Nacional de Asoc. de Coop. de Prod. Agrops
			Asociación Agropecuaria “Monte

			Ararat"
	GUATEMALA	CNOC	Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas
		CUC	Comité de Unidad Campesina
		CONIC	Coord. Nacional Indígena y Campesina:
		CONAVIGUA	Coord. Nacional de Viudas de Guatemala:.
	COSTA RICA	UNAG	Unión Nacional de Productores Agropecuarios Costarricenses
		UPA NACIONAL	Unión de Pequeños Productores Agropecuarios
		MNC	MESA NACIONAL CAMPESINA
	PANAMA	UCP	UNION CAMPESINA PANAMENA
CARIBE	HAITI	MPP	Mouvement Paysan de Papaye
		MPNKP	Mouvman Peyizan Nasyonal Kongre Papay
		TK	Tet Kole ti Peyizan Ayisyen
	REPUBLICA DOMINICANA	CONAMUCA	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas
		FECAIMAT	Federación de Campesinos Independientes Mamá Tingó
		CONFENACA	Confederación Nacional Campesina
		MCCU	Movimiento de Campesinos Trabajadores "Las Comunidades Unidas
		ACALEN	Asociación Central de Agricultores Luz y Esperanza de Nagua
		RETOÑO	Confederación de Organizaciones Campesinas y Barriales del Sur
		FEDECARES	Federación de Caficultores del Sur
		FEPROBOSUR	Federación de Productores del Bosque Seco
	CUBA	ANAP	Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP)
	Windward Islands	WINFA -	Association of Caribbean Farmers
	Grenada		Cane Farmers Association,
	Dominica	WINFA	Dominica Local Branch
	St. Lucia		National Farmers Association
	St. Vincent		National Farmers Union
NORTH AMERICA	MÉXICO	UNORCA	Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas
		ANEC	Asociación Nacional de Empresas Comercializadoras de Productores del Campo
		CIOAC	Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos
		CODUC	Coalición de Organizaciones Democráticas de Uniones Campesinas
		CNPA	Coordinadora Nacional Plan de Ayala

		FDCC	
	CANADA	Quebec	Union Paysanne
		NFU	National Farmers Union
	USA	NFFC	National Family Farm Coalition
			Border Farm Workers Project - Proyecto de Trabajadores Agricolas Fronterizos
			Florida Association of Farmworkers
			Rural Coalition
			Association of National Latino Farmers and Ranchers Trade Association
AFRICA	MOZAMBIQUE	UNAC	União Nacional de Camponeses

ANEXO 03 - ENTREVISTAS COM DIRIGENTES

João Pedro Stédile, Maio de 2013

Como você caracterizaria a Soberania Alimentar?

Soberania alimentar é a buscar permanente, para que em cada país o povo tenha condições de produzir todos os alimentos que necessitam, de acordo com sua cultura e hábitos alimentares, ao longo do ano, em abundancia e com qualidade.

Para chegar a essa situação é necessário combinar a utilização de técnicas de produção Adequadas a cada bioma, organização dos agricultores na busca desse ideal, e aplicar políticas públicas por parte de governos e estados, que gerem as condições necessárias de produção.

E ao mesmo tempo, podemos ir aplicando esse conceito dentro dos países, para que cada região e município seja também auto-suficiente na alimentação necessária. E assim a longo prazo buscaríamos a meta, de que os alimentos sejam consumidos próximos a sua produção, sem necessidade de percorrer grandes distancias, e que se destine ao comercio internacional, apenas o excedente desses produtos para troca com outros povos e países.

(Vide no dicionário de educação do campo, onde elaborei melhor esse conceito)

Em sua experiência, o camponês de América do Sul está avançando na realização das metas da Via de soberania alimentar?

O primeiro passo é o debate entre os dirigentes das organizações que fazem a mediação política, para que essa linha política de produção seja adotada por todas as organizações. E isso acho que está se consolidando na realização dos congressos nacionais dos camponeses, de suas organizações e nas articulações do CLOC, que é a Conferencia latino americana que reúne o maior numero de movimentos camponeses do continente.

O segundo passo, é a necessidades das organizações irem desenvolvendo as iniciativas necessárias junto às suas bases, para organizar e conscientizar os

camponeses e ao mesmo tempo para que eles pressionem seus governos a adotarem políticas públicas com esse objetivo.

Acho que até 5 anos atrás, o tema ainda era desconhecido, já temos uma unidade programática, entre todos os movimentos, e agora estamos na fase do trabalho com nossas bases camponesas, para difundir o conceito, a linha política e práticas objetivas para alcançá-la, em cada país.

Em sua opinião, quais os principais desafios para realizar soberania alimentar?

Precisamos fazer um amplo trabalho de conscientização das bases, levar conhecimento, informações, para que o camponês se convença dessa necessidade de priorizar a produção de alimentos, de acordo com os hábitos alimentares locais.

Segundo é desenvolver técnicas de produção, agroecológicas, que consigam aumentar a produtividade na produção dos alimentos, por hectare e por pessoa.

Terceiro, convencer os governos a adotarem políticas públicas de fomento, estímulo e garantir para a soberania nacional, como por exemplo a garantia de compra de toda produção de alimentos locais.

E quarto lugar, um trabalho de conscientização da sociedade em geral, para que priorize alimentos locais, saudáveis, e do período da safra... para não caírem na ilusão de querer comer por exemplo uma determinada fruta que tem safra durante todo ano, e para isso teríamos que importar.

Ou seja é preciso uma reeducação alimentar de nossa população, para que valorize a dieta alimentícia dos produtos locais, que são mais saudáveis e preservam a saúde da população.

Combater o uso de agrotóxicos na produção de alimentos, e combater a importação de produtos que é realizada pelas empresas transnacionais, que controlam o mercado mundial de alimentos.

Conscientizar os técnicos agrícolas e agrônomos e os operadores das agências de ATES, de assistência técnica e as universidades para a necessidade dessa linha política da soberania alimentar.

4-Quais os principais motivos de aderirem a Agroecologia?

A agroecologia pode ser interpretada de diversas formas, mas acho que na essência ela deve ser vista como uma conjunto de técnicas de produção agrícola, que visam o aumento da produtividade física da lavoura, e da produtividade do trabalho, em equilíbrio com o meio ambiente.

Já há conhecimento científicos, que reúnem milhares de técnicas de produção, que vem sendo desenvolvidos há milhares de anos, em todas as sociedade. Precisamos é sistematizá-las e adequá-las a cada bioma.

A agroecologia é a matriz produtiva, necessária e fundamental para alcançar a soberania alimentar, sem uso de venenos.

E é uma nova forma de combinar a atividade agrícola, do desenvolvimento da agricultura, e da valorização do conhecimento do agricultor, em sua missão de produzir alimentos saudáveis, para ele, sua família e toda sociedade.

A agroecologia é a única matriz produtiva que pode gerar condições de sustentabilidade ambiental, energética, social e econômica na produção de alimentos;

5.Em sua opinião quais os principais desafios da realidade local hoje?

A agroecologia era combatida pelo agronegócio, e até pelas universidades. Havia muitos preconceitos contra ela, que tentavam reduzi-la a pequenas experiências de ambientalistas malucos. Porém, de uns 5 anos para cá, se multiplicaram jornadas locais, regionais e nacionais de agroecologia, que conseguiram ir motivando agrônomos, agricultores e trabalhadores rurais, da importância da agroecologia.

Também conseguimos organizar currículos e cursos de técnicos agrícolas e de agrônomos com esse programa de agroecologia.

Mas falta muito ainda pela frente. Precisamos multiplicar cursos de agronomia em todos os estados regiões. Precisamos reconverter os agrônomos mal formados que hoje atuam na ATER em todo país. Precisamos uma ampla campanha de conscientização dos agricultores e de fomento à agroecologia.

E o governo precisa ter políticas públicas de incentivo e valorização da agroecologia.

Entrevista com Itelvina Massiole _ 2012

Entendemos falando de soberania alimentar você vai ver a importância que tem a Via Campesina inclusive o movimento também vai elaborando teoricamente vamos dizer concepções da luta camponesa, né? A própria terminologia, o próprio conceito de soberania alimentar é fruto de um debate de toda uma concepção política que a via campesina desenvolveu pra se contrapor à tudo que é conceito de segurança alimentar desenvolvido pela FAO, pelos governos e mecanismos internacionais. Quando faz esse debate e define: nós como camponeses temos não a segurança, mas a soberania muito mais que um conceito, um princípio de vida, um princípio de luta. Soberania tida como nosso direito do acesso à terra, o direito de escolher o que plantar, o que comer, para poder desenvolver economicamente, socialmente, culturalmente as comunidades camponesas. Então, o princípio de soberania alimentar na Via ela tem a ver com todo um debate de projeto político, de projeto de agricultura que faz enfrentamento e se contrapõe à esse projeto da agricultura industrial, a esse projeto da concentração da terra, da renda, das sementes, né? Então, soberania alimentar tem a ver com todo esse debate mais amplo que tá em jogo a função social da terra e a função social dos camponeses e das camponesas do mundo produzir alimentos para a humanidade. Produzir alimentos, se alimentar e alimentar o mundo com alimentos. O princípio da soberania alimentar traz todo um debate na contestação à esse modelo que os alimentos, assim como a terra e assim como as sementes não são mercadorias.

Essa é uma luta permanente. Então, a soberania alimentar na prática é parte da luta política da organização dos camponeses e das camponesas em todo o mundo pra resistir à ofensiva do capital que ataca as comunidades, despeja, expulsa em todo o mundo, mas tá alí. Plantar, manter vamos dizer assim, cultivar e preservar as sementes crioulas, produzir de forma agroecológica e fazer essa luta que é uma luta

política de garantir os mercados locais, de produzir o alimento nas comunidades. Essa é uma luta que ela tem dois véis, um é a luta na comunidade da produção e a outra luta é as comunidades, a partir da produção dos alimentos agroecológicos, de manter o território, o território dos camponeses, as suas comunidades, pressionar também os governos para que tenham políticas públicas que de fato fortaleça as comunidades camponesas. Políticas públicas, vamos dizer assim, que contribuam no fortalecimento da agricultura camponesa como condição de produzir alimentos para toda a sociedade. Porque essa é uma pressão política que nós estamos entendendo que a Via tem orientado à todos os movimentos é que nosso papel é produzir. Agora o Estado, ainda que burguês, nós pagamos impostos e temos o direito de ter programas e políticas públicas que fortaleçam as comunidades camponesas na produção de alimentos. Então, a luta para efetivar a soberania alimentar é uma ação política, uma decisão política que parte da organização, da cooperação... uma prática modelo, mas também uma organização na luta política por conquistar políticas públicas que de fato potencializem a produção dos alimentos e consiga com isso fazer o enfrentamento na sociedade também, cumprindo seu papel social na produção dos alimentos.

Como a Via trata a questão da comercialização?

Essas são lutas que estão todas elas articuladas uma nas outras, todas estão articuladas então, a produção, a organização, a comercialização, a luta por políticas públicas, a industrialização do campo são lutas políticas, porque em todos os lugares e exemplo nosso aqui é o enfrentamento ao modelo do agronegócio que de fato não querem, querem ter um campo sem camponeses e vamos dizer assim, não tem nenhum interesse de investir. Então a comercialização na Via parte de uma lógica, de uma filosofia de que temos que lutar em cada um de nossos povos, de nossas comunidades pra potencializar os mercados locais. Os mercados locais é que desenvolvem a comunidade. Se nós estamos com uma luta articulada com uma outra concepção de mundo, olhando toda essa situação da própria crise ambiental deste modelo baseado no petróleo que tudo transporta e vai gerando toda essa ofensiva à natureza e se nós produzimos alimentos no mundo inteiro nas comunidades não tem que tá investindo dando lucro para as multinacionais, para as volkswagen, para as Toyota da vida na produção e tudo isso se nós podemos

produzir, comercializar, fortalecer a economia local. Esse é o princípio quando fala da comercialização na Via Campesina: lutar para potencializar os mercados locais.

Quais os principais desafios da Via Campesina para realizar a soberania alimentar?

Os desafios são muitos. Acho que é um pouco reafirmando que o desafio da soberania alimentar número um está em potencializar a luta pela terra e pela reforma agrária, porque não tem soberania alimentar se os camponeses e as camponesas do mundo inteiro não tem acesso à terra, não tem acesso à água, não tem acesso às sementes. Então, às condições de produzir o alimento. Então a luta pela terra e pela reforma agrária é condição pra gente poder está casada diretamente com a luta pela soberania alimentar. O outro grande desafio que está posto é no próprio diálogo ou articulação, melhor dizendo, entre quem produz e com quem consome. Então, desenvolver essa articulação campo e cidade, diminuir essa distância e entender que essa luta que os trabalhadores da cidade, que a sociedade de modo geral tem que defender também essa questão dos alimentos, exigir seus direitos a se alimentar com alimento saudável, porque é essa consciência que vai gerando força e dando força à essa luta política pela soberania alimentar na medida também que as pessoas, o cidadão e a cidadã (não gosto muito desses termos), mas o sujeito político e social ele tome consciência do que ele se alimente e que ele exija, porque caso contrário, o alimento saudável ainda é um nicho pequeno, caro nos mercados, a burguesia se alimentando bem porque pode comprar um alimento de qualidade e os grandes pobres no mundo morrendo envenenado comendo só veneno. Então, essa é uma luta política e um grande desafio. Como é que avança essa consciência e essa pressão social? E me parece que o desafio enorme está na própria questão da formação vinculada à essa questão de preparar, formar nas comunidades toda uma nova geração com essa nova concepção da luta, de envolver a própria prática agroecológica, o projeto da agroecologia, enfim. Então é um desafio enorme também porque o campo, no mundo inteiro, é uma ofensiva permanente do modelo do capital. Nós temos comunidades toda cercada pelo agronegócio e sendo contaminada pelos transgênicos. Então isso exige também do movimento camponês uma capacidade de formação, de informação, de capacitação das lideranças das comunidades para que cada vez mais a nossa luta é uma luta

árdua. Enfrentamos inimigos poderosíssimos e isso exige uma ação política na área da formação. Talvez por demarcar muito rapidamente esses desafios que são centrais. Daí desencadeia um conjunto da organização, da participação da mulheres, da juventude, como desafios que vão sendo colocados nesse momento histórico de avançar a luta do movimento camponês. E para encerrar, falando da participação e potencializar a ação das mulheres, creio que pra avançar nessa questão da luta e especialmente quando se trata da soberania alimentar a que se ter claro o papel das mulheres historicamente tem tido uma prática agroecológica. Você vê em muitas comunidades que estão resgatando a agroecologia, as sementes crioulas. Não perderam por que quiseram, por conta de uma ofensiva do capital que nós sabemos o que significou e ainda significa toda a questão do pacote verde. Mas as mulheres historicamente, o quintal, a horta, o jardim foi guardando suas sementes. É preciso o movimento camponês como um todo e a Via Campesina ir percebendo o potencial que tem as mulheres e fortalecer a agricultura camponesa e fortalecer a luta pela soberania alimentar. A gente costuma dizer: não há que ter medo da participação das mulheres, ao contrário, potencializar a participação das mulheres junto do movimento camponês é condição de fortalecer o movimento nesse período de ofensiva e de resistência

ANEXO 04 - QUESTIONÁRIOS

Questionário para dirigentes

1- O que significa para você a Via Campesina? Como avalia seu trabalho [dela/dele ou da Via no Brasil?] ?

2 - O que entende por articulação internacional de camponeses?

3 - O que entende por “soberania alimentar”? Como você caracterizaria a Soberania Alimentar? É importante para você? O que se faz para o realizar?

5 - Nas declarações da Via, a soberania alimentar é uma “paraguas” de muitos fatores e elementos, entre eles a participação da mulher na produção e controle dos recursos, acesso a terra, a produção camponesa para os mercados domésticos e locais, preços justos, a produção agroecológica e o livre cambio de sementes crioulas. Quais destes elementos são mais importantes e quais mais difíceis de realizar?

6 - Um fato meio novo do tema é a questão de comércio, do mercado. O movimento camponês precisa se preocupar que ao entrar na concorrência do mercado, vai perder sua autonomia ou precisar se transformar em agronegócio para sobreviver?

7 - Em sua experiência, o camponês de América do Sul está avançando na realização das metas da Via de soberania alimentar?

8 - Quando falamos do mercado externo o local dos camponeses – fora do assentamento, por exemplo – parece que já foi concluído que a produção deles atende as necessidades alimentares das famílias. É verdade, isso?

9 - Em sua opinião, quais os principais desafios para realizar soberania alimentar?

Questionário para os Assentados:

1- O que entende por articulação internacional de camponeses?

2 - O que entende por “soberania alimentar”? Como você caracterizaria a Soberania Alimentar? É importante para você? O que se faz para realizar?

3- Como avalia a relação do Assentamento com as instâncias do Movimento do qual fazem parte e como se concretiza a construção das bandeiras de luta? Vocês participam?

4- Como avalia viver no assentamento? No que se diferencia?

5- A produção de alimentos atende as necessidades alimentares das famílias?

6- Quais os principais motivos de aderirem a Agroecologia?

7- Na sua opinião, quais os principais desafios da realidade local hoje?